

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARCOS ANTÔNIO TAVARES SOARES

TRABALHO INFORMAL: DA FUNCIONALIDADE À  
SUBSUNÇÃO AO CAPITAL

**Orientador:** Prof. Dr. RENATO KILPP

CAMPINA GRANDE — PB

2003

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARCOS ANTÔNIO TAVARES SOARES

---

**TRABALHO INFORMAL: DA FUNCIONALIDADE À SUBSUNÇÃO AO  
CAPITAL**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural e Regional da Universidade Federal De Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre.**

CAMPINA GRANDE — PB

2003

**DIGITALIZAÇÃO:**  
**SISTEMOTECA - UFCG**

Marcos Antônio Tavares Soares

**TRABALHO INFORMAL: DA FUNCIONALIDADE À SUBSUNÇÃO AO CAPITAL**

Aprovada em 11 de dezembro de 2003

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Kilpp (UFCG)  
Orientador

Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UFCG)

Prof. Dr. Ivo Tonet (UFAL)

---

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pela vida concebida, amor e confiança e as minhas irmãs e irmãos pelo apoio, confiança, conselhos e carinho. Sem dúvida o meu porto seguro de apoio emocional e material;

A Andréa, pelo apoio afetivo, intelectual e paciência em estar ao meu lado;

Aos Amigos Jerônimo, Renato Macêdo, Olinto e Clodoaldo por terem me estimulado a fazer este mestrado e pela amizade;

Renato Killp, estimado orientador, pela tranquilidade transmitida, pelo companheirismo, pelas aulas e orientação que ajudaram-me a dar coerência às minhas idéias, resultando no que agora apresento. A ele o meu sincero agradecimento;

Ao camarada Zilas pela amizade, discussões (acaloradas) e pelo despertar para as reflexões econômicas-filosóficas;

Ao Companheiro Paulo Cândido pelos estímulos a continuar a seguir nessa caminhada e pela amizade;

Aos grandes companheiros do Mestrado em Economia Rural e Regional e da República Comunista Campinense: Patrício, Beto e todos os demais colegas do mestrado;

Ao professor Paulo Ortiz, pelas aulas, discussões, incentivos e pela participação na banca de qualificação do projeto com suas críticas construtivas que foram de grande relevância para o andamento do trabalho;

Ao professor Ivo Tonet, pela produção intelectual que tanto nos esclarece e prepara para uma melhor compreensão da teoria marxiana e, somado a isso suas críticas ao trabalho na banca de qualificação do projeto;

A Maria Augusta Tavares pelo incentivo no que se refere a trabalhar com o tema, pela produção intelectual, e pelo material emprestado e presenteado;

Aos funcionários do Mestrado Neuma, Everaldo e Joanice por tornar mais fácil a nossa vida de mestrando;

Finalmente, agradecimentos para todos aqueles que convivi, nestes últimos anos, não citados aqui, mas que contribuíram para o meu engrandecimento, enquanto pessoa.

“Gerações inteiras, milhões de pessoas, vivem e viveram seus cotidianos como se estivessem em uma realidade natural, sem que nunca lhes tenha vindo à cabeça a idéia de perguntar ‘qual o sentido disso tudo’”. ( Karel Kosic)

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender as causas da formação e expansão do trabalho informal no capitalismo, bem como analisar as relações de trabalho informal com o capital na contemporaneidade. Quanto ao objeto de estudo, o trabalho constitui-se de uma revisão bibliográfica a qual busca entender as diversas teorias que tratam das questões relacionadas ao mercado de trabalho e sua segmentação. A pesquisa teórica revelou controvérsias entre as diferentes escolas — clássica, neoclássica e marxiana — sobre o trabalho informal, no que se refere a sua definição e papel no modo de produção capitalista. Contrariando a visão hegemônica, partindo de uma análise histórica, descritiva e crítica, constatou-se que o germe do trabalho informal se faz presente desde a gênese do capitalismo. Apesar disso, verifica-se que o debate sobre o trabalho informal, deixa subentendido ser ele um fenômeno novo (surge por volta da década de 1970). A insustentabilidade teórica das análises que constroem suas fundamentações, com base nas escolas clássicas e neoclássicas sobre o (des)emprego da força de trabalho, deve-se ao fato delas não conseguirem ir além do aparente que dissimula as mediações que existem entre o trabalho informal e o capital. Ao analisar as teorias e a realidade, constatou-se a necessidade de ampliar o conceito de trabalho informal, entendendo ser este constituído pelas atividades que compõem o “setor informal” (atividades de sobrevivência) e por trabalho produtivo e improdutivo. Ao tratar do trabalho informal produtivo, mesmo quando a aparência nega a relação capital/trabalho, apreende-se que não só o trabalho informal pode ser funcional e subordinado, como também pode se encontrar subsumido ao capital, sendo este processo de subsunção intensificado pelas crises do capitalismo.

Palavras-chave: Trabalho informal; subsunção; capital; crise.

## **ABSTRACT**

This study has the objective of understanding the causes of the emergence and expansion of informal labor in capitalism, as well as to analyze contemporary relations between informal labor and capital. We start with a review of the literature on informal labor trying to understand the various theories dealing with questions related to labor market and its segmentation. The theoretical research revealed controversies among different schools of thought – Classical, Neoclassical and Marxian – about informal labor, relating to its definition and role in the capitalist mode of production. Contrary to the hegemonic view, we start with a historical, descriptive and critical analysis to show that the seeds of informal labor were present since the genesis of capitalism. Despite this, it was verified that the debate about informal labor presents it as something new (emerging around the 1970s). The theoretical unsustainability of analyses about unemployment of the labor force, having its foundations on the Classical and Neoclassical schools is due to its incapacity to go beyond the appearance that dissimulates the mediations between informal labor and capital. As we analyzed the theories and reality we noticed the need to amplify the concept of informal labor, to include both the activities of the “informal sector” (survival activities) as well as productive and unproductive labor. When dealing with informal productive labor, even when the appearance denies the relation capital/labor, we verified that not only informal labor can be functional and subordinate, as it can be subsumed to capital, being this process intensified by the crisis of capitalism.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	07
<b>ABSTRACT</b> .....	08
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I - ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO E EXPANSÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO CAPITALISMO EM RELAÇÃO AO TRABALHO INFORMAL</b> .....	15
1.1 Questões conceituais: trabalho, força de trabalho, mercado de trabalho e mercado. ....	17
1.1.1 Diferença entre trabalho e força de trabalho.....	18
1.1.2 Mercado de trabalho.....	20
1.1.3 Mercado.....	26
<b>1.2</b> A acumulação primitiva e a formação do exército de trabalhadores “livres”.....	34
1.2.1 O processo de assalariamento e os trabalhadores excedentes.....	40
1.2.2 Trabalho doméstico: indícios de trabalho informal no capitalismo?.....	48
<b>1.3</b> A produção da superpopulação relativa e a exploração do trabalho precário.....	52
<b>Capítulo II - AS CONTROVÉRSIAS SOBRE AS CAUSAS DO DESEMPREGO E SOBRE O CONCEITO DE TRABALHONFORMAL”</b> .....	59
2.1 Explicações teóricas a respeito do (des)emprego.....	59
2.1.1 A Escola Clássica.....	62
2.1.2 Escola Neoclássica.....	68
2.1.3 Keynes e o desemprego.....	72
2.1.3.1 O fordismo e a emergência do keynesianismo.....	72
2.1.3.2 As idéias keynesianas.....	76
2.1.3.3 O esgotamento do fordismo-keynesianismo e a expansão do trabalho informal.....	82
2.2 Controvérsias sobre o “setor informal”.....	84
2.2.1 A Visão Hegemônica.....	84
2.2.1.1 Abordagem Legalista.....	93
2.2.1.2 Avanços da Visão Hegemônica.....	95
2.2.2 Visões de Inspiração Marxista.....	97
<b>CAPÍTULO III - O PROCESSO DE SUBSUNÇÃO DO TRABALHO INFORMAL AO CAPITAL</b> .....	106
3.1 Crise capitalista e a expansão trabalho informal.....	107
3.2 Da funcionalidade à subsunção formal do trabalho ao capital.....	121
3.2.1 A funcionalidade.....	123
3.2.2 Sobre a subsunção formal.....	127
3.2.1 A subsunção formal do trabalho informal ao capital.....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	144
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	152



## INTRODUÇÃO

O presente estudo, sob a luz das teorias econômicas, tem o propósito de analisar o processo de surgimento e expansão do trabalho informal, as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, bem como a funcionalidade e o processo de subsunção do trabalho informal ao capital num contexto de reestruturação produtiva, mecanismo este que permite, de certa forma, ao capital um ajuste que venha a restabelecer a taxa média de lucro diante de uma crise sistêmica que vem se desenvolvendo desde a década de 1970.

As economias capitalistas estão diante da problemática do desemprego da força de trabalho, a qual é imanente ao próprio sistema, pois o avanço do modo de produção capitalista leva a uma busca incessante pelo lucro, tendo os capitalistas o crescente desejo de acumular com o intuito de aumentar o lucro. O capitalista, ao reduzir ao mínimo o trabalho humano, intensifica os investimentos em máquinas mais potentes.

O resultado desse processo é o *apartaid* sócio-econômico e a “barbarização” que se apresentam entre as classes sociais e entre as nações. Mais que isso, verifica-se não só o aumento da composição orgânica do capital, mas, também, novas formas de exploração do trabalhador realizada via trabalho informal que tem se manifestado na forma de subcontratações, terceirizações e cooperativismo, entre outras. Essas “novas” relações de trabalho – capital-trabalho – que asseguram a extração da mais-valia, têm se potencializado, principalmente, pós-reestruturação produtiva como uma forma do capital superar mais um momento de crise.

Essas transformações no mundo do trabalho geram uma série de confusões teóricas, ainda pouco esclarecidas. Será que o “fim do emprego” de fato emergiu? A princípio parece que o capital tem se metamorfoseado a tal ponto que consegue, mais do

que nunca, esconder as contradições entre o capital e o trabalho. Alguns teóricos do neoliberalismo, afirmam que o mundo “civilizado” está repleto de trabalhadores livres e autônomos, sendo estes, muita das vezes, confundidos com os capitalistas. As práticas comerciais entre trabalhador e patrão, devido à sua aparência, podem a princípio dar uma idéia de autonomia do trabalhador, mas ao analisar as mediações, centrando a atenção na relação capital/trabalho é possível inferir que: parte das relações entre os trabalhadores chamados de autônomos, independentes, etc., com os seus patrões se apresenta como uma relação entre iguais. O patrão aparenta ser um cliente, mas na realidade a aparência pode mascarar a verdadeira relação que se estabelece entre patrão e “empregado”.

Para eles (os neoliberais) os desempregados são aqueles trabalhadores sem qualificação, provavelmente preguiçosos (para o IBGE encontram-se em estado de desalento) e sem iniciativa. Recaindo, dessa forma, sobre as vítimas (os trabalhadores) o ônus da exclusão. Ficando a forma de funcionamento do sistema capitalista protegida de críticas.

O trabalho informal, nesse contexto, tem se apresentado como uma das alternativas de geração de ocupação e renda para um número cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal. Por outro lado, verifica-se que a expansão do trabalho informal tem beneficiado o capital no que se refere à exploração do trabalho e à produção de mais-valia.

Na perspectiva trabalhada nessa dissertação, a questão do crescimento da taxa de desemprego não é circunstancial e sim originada de um sistema que tem se mostrado incapaz de gerar empregos em número suficiente para satisfazer a oferta de mão-de-obra existente. Somado a isso, a opção ideológica de vários governantes e a adoção de políticas públicas pró-capital, tem agravado o quadro de precarização do mercado de

trabalho. Contudo, não é parte do nosso trabalho atribuir às políticas públicas as transformações na economia. Entende-se aqui que as políticas públicas são produto de leis intrínsecas ao próprio desenvolvimento do capital na busca da manutenção da taxa de lucro.

Por reconhecer a existência de leis econômicas, esse trabalho busca compreender a dinâmica econômica do modo de produção capitalista, centrando a atenção no mercado de trabalho e nas transformações nele ocorridas, bem como procurando também compreender quais os fatores que contribuíram para as mudanças e quais os resultados do ponto de vista da relação capital-trabalho. Assim, as perguntas essenciais são: Como se dá a relação capital-trabalho na dinâmica capitalista? Como se deu o processo de formação do *exército industrial de reserva e da superpopulação relativa*? Qual a função do trabalho informal para o “bom” desenvolvimento do capitalismo?

Na seqüência é feita uma revisão crítica das teses e conceitos acerca da problemática da economia informal com o intuito de definir melhor o que se entende por trabalho informal e que modalidades de trabalho este engloba para, finalmente, tentarmos tornar visível a subsunção do trabalho ao capital na contemporaneidade.

Para responder as perguntas postas acima e atingir os objetivos propostos, o presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trata dos aspectos históricos da formação do mercado de trabalho no capitalismo, abordando questões conceituais no que se refere a mercado, trabalho e força de trabalho, apontando para os indícios históricos da existência do trabalho informal desde os primórdios do capitalismo. O objetivo não é o de fazer uma análise histórica da acumulação primitiva, mas sim o de apresentar o processo pelo qual o trabalho informal emerge como produto histórico das condições que permitem a estruturação do capitalismo.

Apresentado o processo de produção do trabalho informal, da pobreza, da exploração do trabalho como inerentes ao modo de produção capitalista, o segundo capítulo do trabalho se detém em apresentar como as principais Escolas Econômicas (Clássica, Neoclássica, Marxiana e Keynesiana) entenderam a questão do (des)emprego da força de trabalho, e como os seguidores dessas Escolas compreendem o problema a partir, principalmente, da década de 1970 até a atualidade.

Com base nas Escolas supracitadas, verificou-se que instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e teóricos como Souza e Tokman (1976) e Cacciamali (1983) podem ser classificados como representantes do grupo de intelectuais e de instituições que compõem a aqui chamada “visão hegemônica” de orientação clássica e neoclássica. Isto se deve ao fato de que estes aceitam a tese de que há plena mobilidade do trabalho, estando a solução para o problema do desemprego a cargo da livre força do mercado.

A “visão legalista” do trabalho informal tem como fundamentação as teses neoclássicas, em especial a de Marshal. Este autor afirma existir automática substituição dos fatores de produção (capital e trabalho) no mercado de trabalho, encarregando-se o sistema de preços do equilíbrio a pleno emprego dos fatores de produção, sendo quebrado o equilíbrio de pleno emprego no caso de intervenção dos sindicatos e/ou do governo. Para a “visão legalista” o trabalho informal é aquele que não atende às exigências da legislação trabalhista em vigor e não as cumpre devido à alta carga tributária necessária para sustentar o Estado Keynesiano.

Na investigação são mostrados os avanços na “visão hegemônica”, em que são apresentadas as idéias de Cacciamali (2000) que chama a atenção para a necessidade da

ampliação das modalidades de trabalho que compõem o informal, tais como: as cooperativas de trabalho, agências de trabalho temporário, entre outras.

Contrapondo-se às visões anteriores, são apresentadas as idéias das “visões de inspiração marxista”, as quais detectam a funcionalidade e subordinação do trabalho informal ao capital. Para eles o problema do desemprego e a expansão do trabalho informal não tem, como causa primeira, a tecnologia, mas sim a necessidade que tem a reprodução ampliada do capital de fazer uso da tecnologia diante das oposições entre capital *versus* capital (KxK) e capital *versus* trabalho (KxT). Os trabalhos mais recentes de fundamentação marxiana, são os de Malaguti (2001) e Tavares (2002). O primeiro afirma que os trabalhadores que se encontram no “setor informal” encontram-se submetidos ao sistema salarial. Tavares (2002) chama a atenção para necessidade de ampliação do conceito, negando a idéia de que o trabalho informal deve ser compreendido apenas pelas atividades de sobrevivência, devendo-se incorporar também outras relações entre capital e trabalho nas quais se constate a extração de mais-valia de forma (in)visível.

Depois de apresentar o processo histórico e as leis econômicas no qual se desenvolve o trabalho informal, a discussão sobre o (des)emprego e como se fundamenta a compreensão sobre trabalho informal, o capítulo terceiro se ocupa em desvendar como se dá o processo de subsumção do trabalho informal ao capital. Inicia-se relacionando a expansão do trabalho informal na contemporaneidade com as crises econômicas; em seguida classifica-se o trabalho como funcional e subordinado ou subsumido formalmente. Se o trabalho informal não for nem produtivo, nem improdutivo, ou improdutivo afirma-se que a atividade desenvolvida pelo trabalhador é apenas funcional e subordinada ao capital. Caso o trabalho informal se classifique como produtivo, diz-se que ele é subsumido pelo capital. Para finalizar o capítulo são

apresentadas as formas em que o trabalho informal se apresenta de forma subsumida ao capital.

Nas considerações finais são sintetizadas as principais idéias que levam a um melhor entendimento do trabalho informal, enfatizando o processo de subsunção do trabalho informal ao capital e as tendências que apontam para maior uso deste trabalho, uma vez que na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, a reestruturação produtiva aponta para a necessidade de uma maior exploração da força de trabalho como forma de se contrapor a Lei Tendencial de Queda da Taxa de Lucro.

## CAPÍTULO I

### 1. Aspectos históricos da formação e expansão do mercado de trabalho no capitalismo em relação ao trabalho informal.

Para uma melhor compreensão da problemática do trabalho informal, será apresentado, neste capítulo, o processo da formação e da expansão da força de trabalho disponível para a exploração no mercado capitalista. Para tanto, serão analisadas as transformações ocorridas e seus impactos no mundo do trabalho, no período conhecido como *acumulação primitiva* e, em seguida, o processo que leva à produção do *Exército Industrial de Reserva*.

A investigação histórica deve-se ao pressuposto de que, para se entender o trabalho informal, é necessário analisar como este foi gerado, como se apresentou nos primórdios do capitalismo e como se apresenta hoje.

De acordo com a pesquisa feita, constatou-se que a *acumulação primitiva*, ao distribuir os meios de produção, cria as condições para o desenvolvimento do capitalismo, determinando a hierarquização no mercado de trabalho, que perdura até os dias atuais. É a partir deste processo que se verifica a passagem de uma forma de relação de trabalho, na qual o trabalhador dispunha dos meios de trabalho (feudalismo), para o trabalho “livre” assalariado, forma própria do capitalismo.

Já a geração do *Exército Industrial de Reserva*, ao mesmo tempo em que é reflexo do modo de produção e de seu desenvolvimento, também é condição para a consolidação e o avanço do capitalismo. Mais do que isso, a “superpopulação” de trabalhadores vai permitir que o capitalista aumente a exploração da força de trabalho e, com isso, mais acumulação, o que permitirá o desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias na produção, resultando, assim, numa mudança da composição orgânica do capital.

Antes de prosseguir com o assunto, será apresentada uma breve discussão sobre os conceitos *mercado*, *trabalho*, *força de trabalho* e *mercado de trabalho*, de fundamental importância para o entendimento da problemática tratada neste capítulo.

Com relação ao conceito de mercado, verifica-se uma simplificação da sua importância histórica, isso quando não é tratado de forma a negar as suas diferentes configurações e importância nos diversos períodos da história, como também a sua articulação com o sistema capitalista.

Quanto ao entendimento do conceito de trabalho, verifica-se uma discussão limitada que se apresentou, e ainda se apresenta, no *mainstream* econômico. Nos séculos XVIII e XIX, entre os precursores e seguidores da Escola Liberal Inglesa (A. Smith e D. Ricardo, dentre outros) e ainda hoje, apesar da contribuição dada por Karl Marx, em *O Capital* e, mais tarde, por Harry Braverman, em *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, este último publicado em 1974, o que se constata é que o debate se apresenta (quando se apresenta!) de forma reduzida, ocorrendo muitas vezes um obscurecimento das diferenças entre os conceitos de trabalho e força de trabalho. Essa distinção só fica mais visível na teoria marxiana e nos trabalhos dos teóricos que partem do pressuposto analítico marxiano.

Com relação ao mercado de trabalho, partindo das concepções reducionistas, o resultado não poderia ser outro senão o de um entendimento simplista, que não contribui para uma compreensão que possa levar a solucionar o problema do desemprego da força de trabalho disponível. Diante disso, procurar-se-á compreender melhor esses conceitos com o intuito de contribuir para desvendar as causas do desemprego, que afligem o proletariado.

Constata-se que a subtração dos meios de trabalho dos camponeses e artesãos permitiu a exploração do trabalhador e da trabalhadora, pelo capitalista, resultando na



extração da mais-valia. A formação do mercado de trabalho moderno, o desemprego, a desocupação e o trabalho informal encontram, no curso e na dinâmica capitalista, a sua causa. Portanto, a compreensão do que é o capitalismo, de como germinou e das leis intrínsecas a ele, é de fundamental importância para a interpretação da realidade e para a apreensão dos motivos que levam à expansão do trabalho informal.

### 1.1 Questões conceituais: trabalho, força de trabalho, mercado de trabalho e mercado

Com o intuito de evitar qualquer confusão no que tange aos conceitos expostos acima, serão apresentadas suas definições, uma vez que eles estarão presentes no decorrer de todo o trabalho. Uma boa compreensão deles conduzirá a um melhor entendimento do problema do desemprego da força de trabalho e do trabalho informal.

Verifica-se que o mercado não é apenas o local onde as trocas são realizadas, característica esta que vem desde da antiguidade. Embora continue a ser o mercado o espaço no qual ocorre o intercâmbio de mercadorias, ele assume, com o advento do capitalismo, uma nova função, que é a de realizar a extração de mais-valia, passando a ser guiado por outros interesses que não são mais da simples troca para consumo imediato, mas o da troca como meio de compra da força de trabalho para a geração de mais-valia e, troca para a venda de mercadorias como meio de realização da mais-valia.

Nessa nova configuração do mercado, surge um mercado específico em que é transacionada uma mercadoria fundamental para o nascimento e o desenvolvimento do capitalismo: o mercado nascente é o *mercado de trabalho*<sup>1</sup>. Este surge quando os trabalhadores são expropriados dos meios de produção e de subsistência. Nele, a negociação básica é a compra e venda da força de trabalho.

---

<sup>1</sup> Apesar de ter existido a compra e a venda de força de trabalho desde a antiguidade, esta não se tornou numericamente importante na Europa, até o advento do capitalismo industrial, no século XVIII.

Mas o que é mesmo trabalho? E força de trabalho, esse elemento que é negociado no mercado e que virou mercadoria? Qual a distinção entre trabalho e força de trabalho? As respostas a essas indagações são fundamentais para o prosseguimento da investigação.

### **1.1.1 Diferença entre trabalho e força de trabalho**

Trabalho é o ato consciente de transformação da natureza, planejado (ideação) e executado (objetivação) pelo homem. Através do trabalho o homem constrói materialmente a sociedade e se constrói a si próprio, e essa dinâmica permite a construção de uma nova realidade, na qual novas relações sociais se desenvolvem, num processo de acumulação constante.

No que se refere à importância do trabalho, o professor Lessa (2002: 13) diz: “O trabalho é o fundamento do ser social porque é ele que possibilita aos homens se construírem, como indivíduos e como sociedade, na medida em que transformam a natureza para produzir o que precisam para se reproduzirem”. Observa-se, dessa forma que o trabalho apresenta-se como um elemento de fundamental importância para a compreensão do mundo dos homens. No caso aqui específico, um estudo sobre o trabalho, mostra-se pertinente para a compreensão do trabalho informal na contemporaneidade.

Quanto ao que se refere à força de trabalho, de acordo com Soares (1980: 06), “[...] força de trabalho é a capacidade produtiva do homem, é a mercadoria particular que só existe na carne e no sangue deste”. E continua ele afirmando que “[...]o trabalho é a força de trabalho em ação, é a aplicação da força de trabalho”. Dessa forma, pode-se concluir que o que o trabalhador vende é sua força de trabalho e não o trabalho.

Braverman (1987) chama a atenção para a necessidade de distinguir a força de trabalho humana da não humana, uma vez que se observa uma certa confusão no trato dos termos, considerando “qualquer outro meio de executar uma tarefa” a exemplo do vapor, do cavalo, da água ou do músculo humano, como semelhantes, reduzindo estes a simples fatores de produção.

A não compreensão dos termos leva a direcionamentos que conduzirão à simplificação da questão e ao distanciamento da realidade, servindo, desta forma, à conservação do estado das coisas, da manutenção da exploração do trabalho e da ociosidade forçada de uma grande parte da classe-que-vive-do-trabalho<sup>2</sup>.

Diante da compreensão de o que é *trabalho* já é possível refletir sobre a seguinte questão: sendo o trabalho condição para sobrevivência do homem, uma vez que a fonte de energia (física e psíquica) necessária para a sobrevivência do homem não se apresenta pronta, pergunta-se como a civilização moderna chegou a um estado em que uma classe passou a só dispor da sua força de trabalho para sobreviver? E por que a ociosidade da força de trabalho, na maioria dos países, tem crescido?

As respostas a estas indagações podem ser dadas por meio de uma investigação histórica que analise a gestação e germinação do modo de produção capitalista e, também, através da compreensão das leis de funcionamento do sistema capitalista, as quais, por conseguinte, impõem a dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Antunes (2000) em *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. O uso desse termo no trabalho, deve-se ao fato de no nosso entendimento ele exprimir o que queremos dizer ao se referir ao trabalhador enquanto integrante de uma classe que só tem a força de trabalho para assegurar a sua sobrevivência. Assim sendo, entendemos aqui que mesmo o trabalhador domiciliar (“autônomo”), o cooperativado e o pequeno empresário não são capitalistas, pois a base da propriedade se funda no trabalho do produtor direto e da sua família, não sendo estes produtores diretos possuidores de meios de produção em escala social acima da capacidade da unidade familiar de gerar riqueza. É comum encontrar integrantes da classe dos trabalhadores afirmando serem capitalistas, só porque recebem/obtem um “salário” e/ou renda maior que a média salarial corrente. Doce ilusão! Contudo, é importante salientar que o termo tem limitações. No caso de uma discussão acerca da consciência de classe e/ou sobre a revolução o termo classe-que-vive-do-trabalho pode levar a distorções. Uma vez que, ao se tratar da revolução é importante salientar que dentre os trabalhadores, os operários assumem uma condição que os distingue dos outros trabalhadores e, portanto colocá-los todos numa mesma condição pode implicar em um grande equívoco.

O nascimento do capitalismo tinha como pré-condição a existência de duas classes em pólos opostos: uma classe que só dispusesse da sua força de trabalho para sobreviver, sendo assim obrigada “livremente” a vendê-la; e uma outra que possuísse os meios de trabalho. Satisfeito este pré-requisito, formado o mercado de trabalho, o mecanismo que assegurou o desenvolvimento continuado do capitalismo foi o processo pelo qual o dinheiro se transforma em capital; o capital se constitui como “produtor” de mais-valia e a mais-valia transforma-se em fonte de mais capital (MARX, 1996).

O surgimento de um *quantum* significativo de trabalhadores livres criou as condições para a exploração do trabalho, assegurando a produção/extração de mais-valia que conduz à acumulação de capital, que vai levar a uma maior extração de mais-valia e, por conseguinte, mais acumulação. Esta última permitirá ao capitalista fazer investimentos em novas tecnologias para superar o seu concorrente, bem como reduzir a pressão do trabalho sobre o capital. Essa tendência de aumento da utilização de máquinas leva à criação de uma população excedente de trabalhadores, saturando, dessa forma, o mercado de trabalho. Sendo bom salientar que a busca de novas tecnologias vai se dar não só em função da concorrência Capital *versus* Trabalho (KxT), como também devido à concorrência Capital *versus* Capital (KxK).

### 1.1.2 Mercado de trabalho

Voltando à discussão acerca dos conceitos, observa-se que, corriqueiramente, a questão do mercado de trabalho, *locus* onde as negociações entre capital e trabalho se realizam, apresenta-se nas discussões atuais (na Academia e na sociedade) de forma

reduzida, limitando-se ao que é posto pelos famosos dicionários, e por alguns teóricos neoclássicos, como Chahad (1998), das ciências humanas e sociais aplicadas.

De acordo com o senso comum, entende-se mercado de trabalho como a relação entre a oferta de trabalho e a demanda de trabalhadores, num dado momento, e em lugar específico.

Segundo Chahad (1998), o mercado de trabalho é o lugar onde os trabalhadores e os capitalistas se encontram e se confrontam; um – o trabalhador – vende a força de trabalho e o outro – o capitalista – compra. As negociações ocorrem entre o ofertante e o demandante de força de trabalho, podendo ocorrer intervenção por parte do Estado.

As duas definições são comumente muito usadas. Contudo, é importante, de início, observar que, enquanto a primeira limita-se a definir “mercado de trabalho como a relação entre a oferta de trabalho e a procura de trabalhadores”, a segunda vai além, quando coloca que é no mercado de trabalho que o capitalista compra a força de trabalho, apresentando aí uma compreensão da diferença entre trabalho e força de trabalho. Apesar disso, a compreensão sobre o funcionamento do capitalismo e o reconhecimento de suas leis não parecem fazer parte das definições dos trabalhos *do mainstream econômico*.

O não reconhecimento ou não entendimento da estruturação e do funcionamento do modo de produção atual, pelo fato de parte significativa dos economistas estarem mais preocupados com a boa reprodução do capital e com a criação de riqueza fictícia do que com as relações sociais de trabalho, leva à prorrogação e ao agravamento da enfermidade que assola o mercado de trabalho e assombra os próprios economistas, sem, contudo, estes apresentarem medidas aplicáveis e coerentes com as leis de funcionamento do mercado de trabalho no capitalismo. Resultado: precarização do

trabalho e o crescimento do desemprego em todo o mundo e, por conseguinte, barbarização das relações sociais.

Outra observação importante é a de que o Estado estará sempre presente nas negociações, uma vez que na troca que ocorre no mercado de trabalho, na negociação de compra e venda da força de trabalho, verificam-se interesses antagônicos entre capital e trabalho. Por isso, mesmo quando o capital pede o afastamento do Estado nas relações entre capital e trabalho, na verdade a intenção é a flexibilização das leis trabalhistas que asseguram direitos sociais conquistados pelos trabalhadores. Direitos peculiares aos detentores da mercadoria força de trabalho. E os tem porque é uma mercadoria (entendida assim no capitalismo) diferente de qualquer outra. Ela só existe no corpo e no sangue do trabalhador. Contudo, mesmo assim, os capitalistas querem promover o igualamento da mercadoria força de trabalho com as demais, que são resultado da aplicação da força de trabalho.

Continuando com a definição de Chahad sobre o mercado de trabalho, este afirma:

O mercado formal de trabalho, o qual contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo que são objeto de legislação específica que as regula. Em contraposição, existe o chamado mercado informal de trabalho, onde prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental (1998; 403).

O A. apresenta, com grande naturalidade, a relação capital/trabalho, sendo esta determinada pura e simplesmente pela mão invisível do mercado (forças do mercado). Dá-nos a impressão de que esse mercado é determinado de forma natural no capitalismo, estando, tanto o comprador como o vendedor, nas mesmas condições. Diante da sua afirmação, pode-se concluir que foram e são as forças de mercado e não

um processo de expropriação do camponês de “suas” terras, o roubo dos bens da igreja, a rapina, entre outros métodos, que Marx ironicamente chama de “idílicos”, que determinaram as forças no mercado de trabalho, impactando, de forma direta, a relação capital/trabalho, que se manifesta até os dias atuais.

A relação de troca que se apresenta como compra e venda da força de trabalho é apenas a aparência da sociedade no capitalismo, e não o seu real, a sua essência, ou melhor o seu conteúdo (AUED, não publicado)<sup>3</sup>. E é justamente o que determina essas relações de troca, os movimentos da “mão invisível” que deve ser investigado para se compreender o mundo do trabalho e os problemas que afligem a classe dos trabalhadores.

Entretanto pode ser feita a seguinte questão para se entender a composição deste mercado de trabalho: por que a classe-que-vive-do-trabalho só tem a força de trabalho para vender, enquanto outros possuem os meios para explorar o trabalho alheio? E por que surge o trabalho informal?

Chahad não se preocupa com essas questões quando trata de discutir o mercado de trabalho. Também não aprofunda a suposta diferenciação existente entre o mercado de trabalho formal e o informal, ficando apenas com uma definição legalista acerca do trabalho informal. Com relação a este último ponto, ele será aprofundado no capítulo II. Assim sendo, a discussão continuará no sentido mais geral, nesta parte do trabalho.

Partindo do pressuposto de que é necessário responder a pergunta “por que uma classe só tem a força de trabalho para vender e uma outra dispõe dos meios para explorar o trabalho alheio” e entendendo a origem (causa) e o desenvolvimento da relação de troca entre comprador (capitalista) e vendedor da força de trabalho (o trabalhador), pode-se chegar às respostas das questões que derivam da pergunta inicial.

---

<sup>3</sup> Texto do professor Idaleto M. AUED, do Departamento de Economia da UFSC, *Dois dedos de prosa com Karl Marx sobre o capital*, s/d.

Necessário é salientar que a pré-condição para o surgimento do capitalismo foi a existência de trabalhadores “livres” e que estes ficaram livres não só das obrigações com os seus senhores feudais e das corporações de ofícios, mas também se viram “livres” dos meios de produção capazes de assegurarem a reprodução da vida; que ocorrendo esse processo de “libertação”, os trabalhadores passaram a dispor apenas de sua força de trabalho para possibilitar-lhes o acesso aos bens necessários à sua sobrevivência. Restou-lhes ofertar a força de trabalho no mercado.

A definição de mercado de trabalho que se apresenta hoje leva ao reducionismo fenomênico que se prende à superficialidade, escondendo as origens (históricas) e o funcionamento do mercado de trabalho, dinâmica guiada por leis intrínsecas ao capitalismo. Uma vez não entendido, ou partindo de um pressuposto que não tem o poder de apreensão da realidade na sua totalidade, a compreensão dos problemas que afligem o mercado de trabalho fica num horizonte longínquo e, por sua vez, a resolução do problema não se apresenta como algo factível.

Como consequência, passa-se a aceitar a desocupação forçada da força de trabalho como algo natural, produto de um excedente populacional<sup>4</sup>, como um preço que se tem que pagar pela modernidade. Para esses senhores, o trabalho informal é visto como algo fenomênico<sup>5</sup>, acreditando ser ele produto de modelo de desenvolvimento econômico equivocado adotado pelos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Contrariando esse reducionismo, entende-se nesta investigação que, no capitalismo, o mercado de trabalho passa a ter a função de regular a pressão do trabalho sobre o capital, e não só de simples *locus* de realização de trocas, mas principalmente

---

<sup>4</sup> Por exemplo, ver a teoria da população de Malthus e/ou a política moderna de esterilização das mulheres pertencentes à classe dos que vivem do trabalho.

<sup>5</sup> A OIT, em 1972, chega à conclusão da existência de novas relações de produção (CACCIAMALI, 1989).



um componente do capitalismo que assegura a realização de trocas que tiveram sua hierarquia determinada nos primórdios do capitalismo.

Dessa forma, o mercado de trabalho capitalista pode ser entendido como o espaço em que o comprador da força de trabalho encontra a mercadoria fundamental para o modo de produção capitalista. Só que encontra a classe ofertante da força de trabalho em condições de desvantagem, uma vez que esta, embora “livre”, encontra-se obrigada a vender a sua força de trabalho se quiser sobreviver. Mas não é só isso! O modo de produção capitalista também é responsável pela produção de um excedente de trabalhadores, os quais vão pressionar, para baixo, os salários, aumentando a extração de mais-valia, o lucro do capitalista.

A dinâmica capitalista ao mesmo tempo em que impulsiona a reprodução ampliada do capital por meio de uma maior exploração, produz mais força de trabalho excedente. Essa superpopulação, à medida que promove maior exploração da força de trabalho, é também resultado dessa maior exploração.

As atividades precárias e, potencialmente o trabalho informal<sup>6</sup>, aparecem aí como produto da dinâmica capitalista, que leva à produção de um excedente populacional e ao rebaixamento dos salários. Ora os trabalhadores vão se dirigir ao que é chamado de trabalho informal, porque o salário recebido no chamado “trabalho formal” não dá condições dignas de sobrevivência, ora irão se dirigir para o “trabalho informal” porque não dispõem de outra opção a não ser montar um negócio<sup>7</sup> de estrutura precária, que sobreviverá à margem da economia legal.

---

<sup>6</sup> Conceito a ser discutido no capítulo II, que, no momento, pode ser entendido como forma de trabalho ou relação de trabalho diferente da forma predominante e hegemônica em que se verifica o contrato de trabalho, o salário e outros direitos e obrigações próprias das relações de trabalho no capitalismo.

<sup>7</sup> Entre outros motivos, o negócio pode nascer da necessidade de uma empresa legalmente constituída de terceirizar a produção e, com isso, fugir de encargos trabalhistas; ou pode nascer da “livre” iniciativa do trabalhador, para assegurar a sua sobrevivência.

### 1.1.3 Mercado

Para finalizar, ainda no que se refere aos conceitos, pode-se entender mercado como o lugar de trocas dos resultados das práxis humana, existindo mesmo antes do capitalismo. Comumente, o termo mercado designa um local onde um grupo de compradores e de vendedores entram em contato, para que as trocas entre eles se realizem (VICECONTI & NEVES, 2002).

Os agrupamentos humanos produzem bens diversos e se especializam em determinados produtos, devido a fatores climáticos, geográficos, culturais, dentre outros. Assim sendo, constata-se que o mercado, por meio de mecanismos próprios, facilita o acesso a uma variedade de bens e serviços, o que pode ser traduzido em ampliação da satisfação das necessidades humanas.

No que se refere ao surgimento do mercado, Sandroni (2002) afirma que “A formação e o desenvolvimento de um mercado pressupõem a existência de um excedente econômico intercambiável e, portanto, de certo grau de divisão e especialização do trabalho. Historicamente, isso ocorre nas cidades européias no final da Idade Média. Com a formação regular de um excedente, a antiga economia natural ou de subsistência passa a ser substituída por um mecanismo de mercado [...]” (p.378-379).

É exatamente sobre este mecanismo que se deve centrar a atenção no tocante ao mercado moderno e, a partir daí, pode-se tentar responder a pergunta: *por que o mercado não tem facilitado o acesso da população em geral aos bens e serviços produzidos? Ou esta outra pergunta: por que sob a égide da economia de mercado se vê tanta miséria, tanta desigualdade social?*

Apesar de a definição do mercado, citada anteriormente, ser coerente com uma análise preliminar e primária do mercado, não se pode afirmar que, no capitalismo, esta seja a melhor definição para o mercado. Por que não? Porque verifica-se, neste sistema, uma ampliação da importância e maior complexificação do mercado e uma transformação na sua finalidade, constatando-se que este passa de mero meio para a realização das trocas, assumindo, no capitalismo, a função de orientação dos investimentos para realização dos lucros e, por conseguinte, privando uma série de pessoas da realização das suas necessidades.

De acordo com Galves (1985), o mercado é formado, basicamente, pela oferta de bens e serviços, e pela demanda (ou procura) desses bens e serviços. Segundo esse autor, “[...]o sistema de mercado cabe em quatro palavras: demanda, oferta, preços e liberdade. O entrelaçamento destes quatro elementos organiza, dá vida, e faz progredir – a economia do país” (Idem, p.231). Da interação desses elementos surge um sistema de preços que vai orientar a economia, no sentido do aumento ou da redução da produção.

É justamente o sistema de preços, e a “livre” competição que darão o rumo da economia. Vai ser a lucratividade do negócio o determinante do que, como e quanto será produzido e não as necessidades sociais. E liberdade, no que se refere ao trabalhador, pode ser entendida também como a obrigatoriedade de vender a força de trabalho caso queira sobreviver, e, mesmo assim, se tiver a “sorte” de encontrar comprador.

O problema não reside essencialmente no mercado, mas, sim, na própria forma de surgimento do modo de produção, quando foi determinado quem será o explorador e quem será o explorado. Depois desse processo, pode-se encontrar, na própria dinâmica e nas leis próprias do sistema capitalista, as quais ditam as regras de funcionamento do mercado, as causas do desemprego.

O mercado, no capitalismo, assume o papel de orientador da economia e vem daí a expressão *economia de mercado* como sinônimo de capitalismo. Braudel (1986) chama a atenção para a necessidade de se fazer a distinção entre capitalismo e economia de mercado. Para ele,

[...] o capitalismo decorre, em absoluto, das actividades económicas de cúpula ou que tendem para a cúpula. E, consequentemente, este capitalismo de grande fôlego paira sobre uma dupla camada subjacente, constituída pela vida material e pela economia corrente de mercado, e representa uma faixa de lucro elevado (1986:116).

De acordo com esse A., o capitalismo afasta-se de um sistema perfeito, que abarcaria toda a sociedade em atividade. Ele aponta para um sistema *tripartido* que se divide da seguinte forma: primeiro, *o rés-do-chão*, que se caracteriza pelo autoconsumo, oficinas artesanais, entre outros, que não são computados na contabilidade social; segundo, *o andar intermediário* onde se dá a lei feroz da concorrência; no *último andar*, encontra-se a cúpula<sup>8</sup>, os monopólios e oligopólios. Apesar de fazer essa divisão, Braudel ressalta ao leitor que a fez com o intuito de melhor compreender a realidade, e salienta, ainda, que a realidade econômica é muito mais complexa, sendo necessário apreender o conjunto das relações no capitalismo.

Afirma, ainda, que a relação de força, própria do capitalismo, pode estar presente em todos os estratos da vida social (no *rés-do-chão*, no *andar intermediário* e no *andar de cima*). Contudo, reafirma ele: “[...] é na cúpula da sociedade que o primeiro capitalismo se manifesta, que afirma a sua força e se revela aos nossos olhos” (BRAUDEL, 1986, p. 68). Ou seja, é no andar de cima que o poder político se encontra com o dinheiro (grandes capitalistas). Aí o “fantasma” da livre concorrência se afasta e

<sup>8</sup> No que se refere à cúpula do sistema, ele chama a atenção para o fato de que não é o único que tem essa opinião, citando Lênin, em seu conhecido livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, que afirma: “O capitalismo é a produção mercantil no seu mais alto grau de desenvolvimento; dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, enquanto milhões de pequenas empresas nada são” (BRAUDEL, 1986: 116).

os lucros podem superar a média, uma vez que o “preço de equilíbrio” só é de equilíbrio para o capitalista.

Já os pensadores clássicos como J. Batiast Say e A. Smith, entre outros, entendiam que capitalismo e economia de mercado seriam sinônimos e afirmavam que as forças do mercado tenderiam a levar ao equilíbrio econômico e maximização do bem estar da sociedade, ficando o progresso a cargo da livre iniciativa, sendo desaconselháveis as intervenções do Estado (ROSSETI, 1988).

Contrariando a tese dos pensadores clássicos, observa-se, na realidade, uma importância da intervenção estatal na economia e no mercado, diferente do que é pronunciado pelos apologéticos do mercado auto-regulador. Para tanto, basta investigar o processo de formação dos mercados, que se constatará o grande envolvimento do Estado<sup>9</sup> na economia.

É, inclusive, lógica a participação do Estado no mercado capitalista, uma vez que, este sistema é dominado por relações antagônicas como capital versus trabalho (K x T) e capital versus capital (K x K). Diante dessa constatação, parece óbvio que a intervenção do Estado ora regulando, ora oprimindo e ora impondo determinações aos trabalhadores, faça-se necessária para a manutenção do sistema capitalista.

O que se verifica é que a coordenação espontânea do mercado não se aplica na economia real e, diante dos interesses antagônicos (K x K) e (K x T) se faz necessária a atuação do Estado. Além disso, o mercado capitalista é integrante de um sistema globalmente imposto por leis sanguinárias, saques, expropriação e exploração do trabalhador<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Giovanni Arrighi em *O longo século XX* (1996), mostra o papel desempenhado pelo Estado nos países que assumiram a hegemonia da economia mundial. Através de uma profunda, extensa e detalhada retrospectiva histórica, ele constata que o poder político (Estado) na lógica de acumulação capitalista é um elemento de grande importância e fundamental para a compreensão da dinâmica do sistema. Arrighi constata que o poder político associa-se ao capital (dinheiro) desde a gênese do capitalismo.

<sup>10</sup> Parte dessa história será discutida no tópico 1.2, deste capítulo.

Logo, pode-se concluir que a função maior desse mercado capitalista não é mais a de assegurar a simples troca e a realização das necessidades humanas, como poderia ser aceito para o mercado em outras formações sociais, mas, sim, a de realizar a extração da mais-valia, do lucro capitalista.

Contudo, mesmo no século XX, apologistas do mercado, como Hayek, insistem na supremacia do mercado, como se pode ver no seguinte trecho:

Encontramos-nos agora na situação paradoxal em que, apesar de vivermos em mundo no qual uma população grande e crescente só se mantém viva graças a prevalência do sistema de mercado, a vasta maioria das pessoas (eu não exagero) já não acredita no mercado. É uma questão crucial para a preservação futura da civilização e que deve ser enfrentada antes que argumentos socialistas nos levem de volta a uma moralidade primitiva. Temos que *suprimir* novamente esses sentimentos inatos, que brotaram em nós desde que deixamos de aprender a *rígida disciplina do mercado*, antes que eles destruam nossa capacidade de alimentar a população através deste *sistema coordenador que é o mercado*. Caso contrário, o colapso do capitalismo assegurará que uma parte muito grande da população do mundo morrerá porque nós não pudemos alimentá-la (HAYEK *apud* MÉSZÁROS, 2002: 909).

Hayek procura justificar a necessidade do mercado em função de este se apresentar como o grande coordenador das trocas, numa sociedade com um grande grau de complexidade, na qual não se encontra nenhum outro mecanismo capaz de substituí-lo. Mais do que isso, defende o capitalismo, entendendo que o seu colapso levará, à morte, parte significativa da população. Portanto, de acordo com esse autor, deve-se disseminar e argumentar em favor do cumprimento rigoroso da disciplina do mercado para o bem da humanidade.

Parece que a fome não faz parte do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo. Será que, mesmo hoje, a *intelligentsia* não consegue constatar o grande número de famintos e de mortes por subnutrição, roubos e seqüestros seguidos de

assassinatos e, guerras imperialistas? Será que nem as estatísticas de organismo como as da FAO (Organização para Alimentação e Agricultura), órgão das Nações Unidas, não servem de instrumento para as suas análises? Com relação à última afirmação do Sr. Hayek, constata-se que parte significativa da população morre de fome, porque grande parte do que é produzido não é distribuído para os famintos. Isso quando a concorrência capitalista não leva à guerra e mata mais outro tanto de seres humanos.

Polány (*apud* MÉSZÁROS, 2002: 902), em seu livro *A grande transformação*, referindo-se aos mecanismos de mercado, diz: “[...] mas nenhuma sociedade poderia resistir aos efeitos de um tal sistema de ficções cruas, mesmo por um período muito curto de tempo, a menos que sua substância natural e humana, como também sua organização empresarial, fossem protegidas contra as devastações deste moinho satânico”.

Em 1944, Polány já chamava a atenção para os problemas advindos de uma economia de mercado, como a própria demolição da sociedade. Em *Para Além do capital*, Mézáros (2002) afirma que esse moinho satânico do qual fala Polány é o próprio sistema do capital. E é a esse sistema que a crítica deve se dirigir e aprofundar suas análises. O problema não é necessariamente o mercado, mas o sistema no qual o mercado se configura.

Mesmo que o mercado seja auto-regulado ou regulado por um Estado forte, os problemas sociais como, por exemplo, o desemprego, continuarão, uma vez que não é a configuração que assume o mercado que cria os problemas sociais nem a ociosidade forçada da força de trabalho, mas o fator que leva o mercado a assumir as variadas formas. E esse fator é a dinâmica do sistema capitalista.

Nesse sentido, é preciso entender melhor a produção e a distribuição no capitalismo, uma vez que a troca é apenas um momento integrante da produção. Como

diz Marx (1978: 115), “Na medida em que a troca é momento mediador entre a produção e a distribuição determinada por ela e o consumo, na medida em que entretanto, este último aparece como momento da produção, a troca é manifestamente incluída como momento na produção.”

Diante dessa afirmação, verifica-se a necessidade de uma investigação mais atenciosa da produção e da distribuição do sistema capitalista, para se entender o motivo pelo qual a troca realizada no mercado moderno não tem alcançado os resultados de formações econômicas pré-capitalistas, como também as funções esperadas por alguns apologistas do mercado.

Para tanto, serão considerados, na análise, os elementos constituintes da produção como: terra, capital e trabalho; e da distribuição: renda da terra, juros e lucros e salários respectivamente. De início, pode-se afirmar que a distribuição (renda da terra, juros e lucros e salários) é determinada pela produção, pelo modo como estão dispostos os meios de trabalho, e por quem os possui.

E o que determina ou determinou a distribuição dos meios de trabalho? Para responder esta questão é preciso uma investigação histórica. Ressaltando a importância dessa compreensão, Marx (1978,113) declara que: “[...]o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição”. Dessa forma, constata-se que uma análise de como se determinou a produção no capitalismo torna-se fundamental para uma melhor compreensão do problema.

Como se determina a produção no capitalismo? No primeiro momento, pode-se imaginar que as relações de produção encontradas hoje são a única forma possível e naturalmente determinada de sociabilidade. Contudo, com base na história, pode-se afirmar que antes da distribuição dos salários e lucros e, por conseguinte, dos bens de consumo e de capital socialmente produzidos e negociados no mercado, ocorreu na



economia, nos últimos quatro séculos, um processo de distribuição que precede a distribuição de bens de consumo e de capital, exatamente como se vê nos dias atuais.

A distribuição de que se trata agora é a dos meios de produção (terra, capital, trabalho e instrumentos de trabalho), que vai impactar diretamente na produção e na distribuição dos bens produzidos e no futuro da humanidade. Para esclarecer melhor, observe-se o que Marx diz acerca da distribuição:

Antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade para diferentes tipos de produção [...] A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado desta distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina (1978: 113).

A compreensão do capitalismo é a chave do enigma do mercado, que levará ao entendimento do por que um elemento tão venerado por alguns (Smith, Say, Friedman, Hayek, dentre outros), como o mercado, não consegue cumprir a função de coordenar, de forma satisfatória, a distribuição de bens necessários para a vida humana e levar ao equilíbrio econômico. O problema reside justamente na compreensão de o que é o mercado. Mészáros (2002) conclui: “O mercado mais ou menos auto-regulador é tão somente um componente essencial daquela variedade de sistema de capital na qual o trabalho excedente é extraído majoritariamente por meios econômicos” (Idem, p. 904).

Nota-se, então que, por caminhos diferentes, Mészáros (2002) e Braudel (1986) chegam a um ponto em comum sobre o papel do mercado no capitalismo. É preciso compreender o sistema capitalista na sua totalidade e não ficar preso a análise do mercado, atribuindo a este as causas dos sucessos e insucessos no capitalismo.

Sendo o mercado apenas um componente do sistema de capital, certamente a resposta para os desequilíbrios econômicos e sociais, para o desemprego da força de trabalho e, por conseguinte, a expansão do trabalho informal, entre outros reflexos da

dinâmica do capitalismo (baixo crescimento econômico, fome, desemprego, pobreza, escassez de investimentos, superacumulação, superprodução e subconsumo), reside no entendimento de como funciona o capitalismo e como este germinou e se desenvolveu.

No que se refere à distribuição dos instrumentos dos meios de produção, verifica-se, na germinação e conseqüente desenvolvimento do capitalismo, um processo de *distribuição dos instrumentos de produção*, do qual nos fala Marx (1996), conhecido como acumulação primitiva.

O tópico seguinte deterá sua análise exatamente nesse período histórico, no qual se verifica como o capitalismo avança e se elevam os pilares que darão sustentação às relações sociais de produção necessárias ao sistema de capital.

É a partir daí que se forma o mercado de trabalho moderno e, *pari passu*, são também produzidos excedentes de trabalhadores. Estes vão buscar meios de sobrevivência em variadas atividades, como, por exemplo, biscates em geral, vendedor ambulante, produção doméstica, e outras atividades que compõem o que é hoje conhecido como economia informal.

## **1.2 A formação do exército de trabalhadores “livres”**

A formação do mercado de trabalho capitalista dá-se em meio a uma série de transformações em que vive a Europa ocidental do século XIV ao XVIII, quando se observa o feudalismo em processo de decadência<sup>11</sup> e, por sua vez, as relações de trabalho, típicas desse modo de produção, deixando de predominar na Europa. O surgimento do capitalismo trouxe consigo novas relações de trabalho. Agora, o trabalhador que vende a sua força de trabalho passa a ser uma parcela significativa e

---

<sup>11</sup> Aquino, em *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais* (1980), considera que a crise geral da sociedade feudal acontece nos séculos XIV e XV.

essencial da nova sociedade em desenvolvimento. Dessa forma, o assalariamento ganha espaço nas relações de produção.

É importante salientar que, no processo de transição feudalismo/capitalismo, verifica-se a passagem na esfera da produção do predomínio do valor de uso para o valor de troca. No feudalismo, havia a predominância do valor de uso, sendo apenas o excedente transformado em mercadorias a serem trocadas no mercado. A troca, nesse caso, visava à aquisição de outras mercadorias que viriam a satisfazer as necessidades da comunidade. Com o capitalismo, o valor de troca passa a preponderar e dominar toda a economia.

Se antes a produção estava voltada para a satisfação da comunidade local, agora, no novo modo de produção em desenvolvimento, a produção de mercadoria passa a ser a regra dominante. E a forma de produzir mercadorias no capitalismo está fundada na exploração da força de trabalho “livre”, que também virou mercadoria, responsável pela produção de mais-valia. Observa-se, então, a passagem para uma “sociedade de mercado generalizado” onde a troca está orientada para a reprodução do capital, e não mais para a satisfação das necessidades.

Nesse novo modo de produção apresentam-se duas classes: uma que explora o trabalho alheio e uma outra que vive do seu trabalho, vendendo a única riqueza que possui, qual seja, a força de trabalho. Esta é uma pré-condição para que funcione a relação social de produção capitalista.

É no processo de produção que se encontra a exploração do trabalho e, por sua vez, a produção de mais-valia, também conhecida como lucro. Como diz Marx (1996: 339), “A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias”.

Para que o sistema capitalista possa funcionar é necessário que uma condição fundamental seja satisfeita: os trabalhadores devem se encontrar livres da propriedade dos meios físicos de produção, dispondo apenas da sua força de trabalho, sendo obrigados a vendê-la para garantir o seu sustento. O comprador será o capitalista, proprietário do dinheiro e detentor do monopólio dos meios de produção (monopólio de classe). Estes dois agentes vão se encontrar no mercado, onde serão realizadas a compra e venda da força de trabalho.

O encontro entre o trabalhador e o capitalista, na condição posta acima, requer que, num momento anterior, os trabalhadores tenham sido separados dos meios de produção, uma vez que, nos modos de produção anteriores ao capitalismo, o trabalhador apresenta-se, direta ou indiretamente, como proprietário/possuidor dos meios de produção. Por exemplo, o escravo apresenta-se ligado de forma indireta aos meios de produção; já no caso do pastoreio (1ª forma de sobrevivência – vida nômade), dos povos germânicos, do camponês e do artesão no feudalismo, o trabalhador apresenta-se ligado diretamente aos meios de produção, e, nestes casos, o trabalhador “é um proprietário e o proprietário trabalha”(MARX, 1978, 91-92). Ainda sobre a propriedade afirma ele:

Propriedade – e isto se aplica às suas formas asiática, eslava, antiga clássica e germânica – originalmente significa uma relação do sujeito atuante (produtor) (ou um sujeito que produz a si mesmo) com as condições de sua produção ou reprodução como suas, próprias. Portanto, conforme as condições de produção, a propriedade terá formas diferentes. O objeto da produção, em si, é reproduzir o produtor em e simultaneamente com aquelas condições objetivas de sua existência. Seu comportamento como proprietário – que não é o resultado mas a condição prévia do trabalho, ou seja, da produção – toma a existência específica do indivíduo como parte de uma entidade tribal ou comunal (da qual ele próprio é, até certo ponto, propriedade). A escravidão, a servidão, etc., onde o próprio trabalhador aparece entre as condições naturais de produção de um terceiro, indivíduo ou

comunidade – e em que a propriedade, portanto, não mais constitui o relacionamento de indivíduos, que trabalham independentemente, com as condições objetivas do trabalho – é sempre uma relação secundária, nunca primária, embora seja o necessário e lógico resultado da propriedade baseada na comunidade e no trabalho da comunidade. (Este caráter da escravidão não é aplicável ao caso da escravidão no oriente, em geral. É considerado assim apenas do ponto de vista europeu) (MARX, 1978: 90).

Com a manutenção dessa forma de relação do trabalhador com os meios de subsistência e de produção, não poderia, o capitalismo, emergir. Para este se estruturar e passar a dominar as relações de produção de forma hegemônica, pressupõe-se a ocorrência de um processo em que “[...]os meios sociais de subsistência e de produção são convertidos em capital, e os produtores imediatos em trabalhadores assalariados” (MARX, 1996: 340). É exatamente sobre esse processo, conhecido como *acumulação originária*, que o presente estudo se deter-se-á neste tópico. No dizer de Marx, “uma acumulação primitiva, precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (1996: 339). Nessa fase da história, o mercado de trabalho moderno vai se formar ao mesmo tempo em que o capitalismo vai se organizar.

Pode-se já, nesse momento, observar que uma classe vai se constituir como trabalhadora, classe-que-vive-do-trabalho, pois teve os meios de subsistência e de produção subtraídos e uma classe que, por meio da violência, tomou esses mesmos meios e passou a ser detentora dos meios de produção.

A produção capitalista pressupõe a separação do trabalhador das condições objetivas de produção, exige a existência de um mercado de trabalho onde o trabalhador “livre” possa vender a sua força de trabalho em troca de um salário. Como diz Marx (1978: 65),

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro – não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural - significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental.

Observa-se aí, nas palavras de Marx, que, para a formação do mercado de trabalho e o surgimento do capitalismo, fez-se necessário um processo em que o trabalhador deixasse de possuir os meios de produção e ocorresse a expansão do trabalho “livre” e, por conseguinte, a sua troca por dinheiro. Por outro lado, é necessário que surja também o capitalista possuidor de dinheiro e dos meios de produção e que pretenda valorizá-los mediante a compra da força de trabalho.

Diante das condições necessárias para o “florescimento espinhoso” do capitalismo, pode ser feita a seguinte pergunta: como se deu o processo que levou os trabalhadores a se tornarem livres vendedores da força de trabalho a uma outra classe que detinha os meios de produção? A resposta não pode ficar na simplificação de que: há muito tempo atrás ... existiam pessoas (os capitalistas) que eram mais inteligentes, econômicos, parcimoniosos, e outras pessoas (os trabalhadores) gastavam tudo o que tinham ou, ainda, que uns são ricos, porque Deus quis assim. É bem verdade que essas respostas devam fazer parte, em grande magnitude, do subconsciente popular. Contudo, o que ocorreu concretamente foi um violento processo no qual os meios de produção e de garantia da subsistência dos trabalhadores, comuns no feudalismo, lhes foram violentamente arrancados. E com eles são dissolvidas as relações de produção voltadas

para a produção de bens para o uso, sobrepondo-se, nesse novo estágio, o valor de troca ao valor de uso.

O que possibilitou a produção capitalista de se realizar foi o processo de expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção, conhecido como acumulação primitiva, que se deu por meio da força, do roubo e do terrorismo, como pode ser verificado nas palavras de Marx: “O roubo dos bens da igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade moderna” (1996:355).

Dessa forma, verifica-se que não foi um processo natural o responsável pela formação do mercado de trabalho no capitalismo, mas um processo violento, promovido pela burguesia e defendido pelo Estado, conhecido como *acumulação primitiva*. Este processo implicou na distribuição dos instrumentos de produção, ou seja, determinou nas mãos de quem ficaria a terra e os instrumentos de trabalho, como as ferramentas, as máquinas, etc., e, como ficariam distribuídos os membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção: “a distribuição dos produtos é manifestamente o resultado desta distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina” (MARX, 1978: 113).

Esse processo vai não só criar as pré-condições para o surgimento das relações de capital (capitalismo), como também estabelecer a hierarquização social, determinando a classe que vive do trabalho alheio e a classe que vive do próprio trabalho.

A condição do trabalhador livre citada acima e a do capitalista, disposto a valorizar o que possuía mediante a compra de força de trabalho, configura-se no século XVI. Aí já se observa a estruturação econômica típica da sociedade capitalista, principalmente na Inglaterra. “Ainda que os primórdios da produção capitalista já se nos

apresentam esporadicamente em algumas cidades mediterrâneas, nos séculos XIV e XV, a era capitalista só data do século XVI” (MARX, 1996: 341).

É bem verdade que o capital comercial e usurário data de época anterior ao século XVI. Saliente-se também que o florescimento do capitalismo se deu de forma variada e em momentos diferentes em cada nação. Nesse cenário, a Inglaterra se apresenta como a forma clássica de desenvolvimento do capitalismo. Diante disso, uma análise do processo de assalariamento e de formação do mercado de trabalho na Inglaterra, apresenta-se com um objeto que serve para elucidar a dinâmica do sistema capitalista e as implicações no mercado de trabalho.

### **1.2.1 O processo de assalariamento e os trabalhadores excedentes**

Na Inglaterra dos séculos XIV e XV, a servidão já havia sido abolida, sendo grande parte da população composta por camponeses livres e economicamente autônomos. Parte dos trabalhadores assalariados de então, eram os próprios camponeses que aproveitavam seu tempo ocioso para alugar sua força de trabalho aos grandes proprietários, a outra parte era composta por trabalhadores independentes que viviam do aluguel da sua força de trabalho, contudo, também recebiam, além de seus salários, terra para plantar. Estes últimos eram pouco numerosos e são considerados como trabalhadores assalariados propriamente dito (MARX, 1996).

A violenta expulsão dos camponeses da sua base fundiária e a usurpação de sua terra comunal dá-se em paralelo com o florescimento da manufatura flamenga de lã e da expectativa de lucratividade que se apresentava para aqueles que forneciam a sua matéria prima, a saber, a lã.



Antes porém, a Inglaterra passa por um período de escassez de força de trabalho, proveniente da matança causada pela Peste Negra, que se estima ter levado cerca de um terço da população europeia antes do fim do século XIV. Com isso, a oferta de força de trabalho tornou-se menor do que a procura, e isto fez com que os salários se elevassem (CASTELS, 1999).

Com relação a essa melhora temporária nas condições de vida dos trabalhadores, afirma Castels (1999: 107): “Essa explosão salarial, atestada por todos os documentos da época, não significa que as medidas de bloqueios dos anos 1350 tenha sido ineficazes. Sem elas não há dúvida de que a derrapagem teria sido maior”. As medidas das quais fala Castels, tratam mais especificamente daquelas que constavam no *código do trabalho* de 1349. Para conter os avanços salariais, produto da escassez de força de trabalho causada pela Peste Negra e pela expansão comercial, o rei da Inglaterra, Eduardo III, promulga o decreto conhecido como o *Estatuto dos trabalhadores* na tentativa de pôr fim no que ficou conhecido como idade de ouro. Eis parte de suas disposições:

Dado que uma parte importante de população, especialmente entre os trabalhadores [*workmen*] e os serviçais [*servants*], foi, recentemente, vítima da peste, muitos, vendo a necessidade em que se encontram os senhores e a grande penúria de serviçais, não querem mais servir [*to serve*], a não ser que ganhem salários [*wages*] excessivos, e alguns preferem mendigar na ociosidade a ganhar sua vida trabalhando. Nós, considerando os graves inconvenientes que, a partir de agora, uma penúria desse tipo provoca, após deliberação e de acordo com os nobres, os prelados e as pessoas instruídas que nos assistem, com seu consentimento ordenamos:

Que cada súdito, homem ou mulher, de nosso reino da Inglaterra, qualquer que seja sua condição, livre ou servil [*born*], que seja válido, com menos de sessenta anos de idade, que não viva do comércio [*not living in merchandise*] ou que não exerça ofício de artesão [*craft*], que não possua bens dos quais não possa viver, nem terras a cuja cultura

possa dedicar-se, e que não esteja a serviço de ninguém [*not serving any other*], se for requisitado para servir de um modo que corresponda a seu estado, será obrigado a servir àquele que assim o tiver requisitado; e receberá, pelo lugar que será obrigado a ocupar, somente o pagamento em gêneros, alimento ou salário que estavam em uso durante o vigésimo ano de nosso reinado, ou durante um dos cinco ou seis anos precedentes. Que fique entendido [...] se um homem ou uma mulher, sendo assim requisitado para servir, não o fizer, este fato sendo atestado [...] ele ou ela será imediatamente levado por esses, ou por um desses, à prisão mais próxima onde será mantido sob rigorosa vigilância até que se tenha certeza de que servirá sob uma das formas enunciadas acima.

Que, se um trabalhador ou serviçal deixar seu serviço antes do tempo requerido, será preso.

Que os antigos salários, sem nenhum acréscimo, serão dados aos trabalhadores.

Que, se o senhor de uma cidade ou de um domínio infringir de algum modo esta disposição, pagará uma multa equivalente ao triplo da soma [*dada*].

Que, se um artesão [*artifice*] ou um operário receber um salário mais alto do que aquele que lhe é devido, será preso [...] (CASTELS, 1999: 97-98).

Nessa época, os trabalhadores assalariados correspondiam ainda a uma fração minoritária da população, numa economia dominada por camponeses independentes e por artesãos vinculados às corporações de ofício nos centros urbanos. O cenário estava marcado pela escassez de mão-de-obra, fator este que emperrava a acumulação de capital e, por conseguinte o florescer do capitalismo. É no sentido de se contrapor aos empecilhos à acumulação do capital que o *estatuto dos trabalhadores* é formulado. Entretanto, esse problema só é resolvido mais tarde com a expropriação camponesa da base fundiária, impactando o estatuto, apenas na redução da pressão dos trabalhadores por aumento de salários.

No final do século XV, a produção de lã já chama a atenção dos novos senhores feudais ingleses, anunciando “o prelúdio do revolucionamento que ocorre já no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” (MARX, 1996: 343), processo que levou à expulsão em massa dos camponeses pelos novos senhores feudais, criando, dessa forma, agora, um proletariado urbano em demasia. A classe-que-vive-do-trabalho passa de sua *idade de ouro* (século XIV e meados do século XV) para a idade de ferro, fogo e *leis sanguinárias*.

Outro elemento importante no crescimento do numerário de trabalhadores “livres” foi a Reforma Protestante<sup>12</sup> que teve como consequência o roubo dos bens da igreja e, por conseguinte, mais expropriação de camponeses que viviam em terras da igreja. Estes últimos, já empobrecidos, ficaram ainda mais pobres.

Verifica-se que o processo de expropriação dos camponeses, começado no século XV, com a ampliação do espaço para a pastagem das ovelhas para a obtenção de lã, uma vez que o preço da mesma se encontrava em ascensão; o roubo dos bens da igreja e, logo depois, a tomada dos domínios do Estado<sup>13</sup>, bem como a transformação da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, serviram para a ampliação da massa de proletários e, ao mesmo tempo, contribuíram para a acumulação originária, que criou as condições iniciais para o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, constata Mello (1999, p. 37)

Desde então, inverteu-se a situação da penúria quantitativa de braços que configurava as carências do século anterior. Agora o problema passa a ser, o inverso, a abundância de trabalhadores livres, que já não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente na mesma proporção em que se tornavam *disponíveis*.

---

<sup>12</sup> Na época, a igreja católica era grande proprietária de terras, e cedia parte delas para os camponeses excluídos. Para saber mais ver Marx, O capital, Cap. XXIV, I.1, Vol. II.

<sup>13</sup> Para saber mais, ver Cap. XXIV, livro I, Vol. II, O Capital, K. Marx, 1996.

Apesar de Mello entender como problema a abundância de mão-de-obra disponível, na verdade, esse excesso tem um papel importante no desenvolvimento do capitalismo.

Esses trabalhadores (ex-camponeses, ex-artesãos, ex-jornaleiros ocupados) foram compor o *Exército Industrial de Reserva*<sup>14</sup> (EIR), ou *superpopulação relativa excedente*, que apresenta três formas: a líquida, a latente e a estagnada.

De acordo com Marx (1986), as suas características são as seguintes: a primeira ora é repelida, ora é atraída, sendo que, a longo prazo, o número de trabalhadores em maior proporção e mais lentamente que a escala de produção; a segunda, refere-se à população rural que se encontra continuamente na iminência de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro; a terceira categoria refere-se à superpopulação estagnada que constitui o exército industrial de reserva, apresentando ocupação irregular e condições de vida abaixo da média:

Ela proporciona, assim ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos da exploração do capital. Sob a rubrica de trabalho domiciliar, já tomamos conhecimento de sua principal configuração. [...] Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a “produção da redundância” (MARX, 1996: 272-273).

Nesse momento, pode surgir a pergunta: o que faziam para sobreviver os trabalhadores excedentes? Parte significativa será encontrada desenvolvendo trabalho precário, outros vão compor o lumpenproletariado e, outra parte, de acordo com Castels (1999) iam para os albergues<sup>15</sup>:

---

<sup>14</sup> Composto pela força de trabalho desempregada e parcialmente empregada, criada e reproduzida no processo de produção capitalista. V. K. Marx, cap. XXIII, L. I, Vol. II, 1996.

<sup>15</sup> Albergados nos depósitos de mendicância no fim do antigo regime.

O de Soissons, à véspera da Revolução, tem 854 internados. Entre eles, 208 indivíduos que o diretor classifica como “muitos perigosos”, “flagelos da sociedade”, a saber 28 vagabundos “acabados” e 32 vagabundos “sem asilo”, cerca de 50 loucos e loucas, 20 detidos por ordem do rei, 32 militares “sem asilo ou desertores”. Cerca de 60 “verdadeiros” vagabundos, portanto, segundo representação da época. Porém, sobretudo dois grandes grupos constituem mais dois terços dos efetivos do depósito: 256 “trabalhadores braçais”, “exceto um notário”, e 294 “trabalhadores rurais sem recursos”. A grande maioria dos albergados do depósito é então composta, prioritariamente, por representantes de um subproletariado urbano e rural (CASTELS, 1999: 129).

Esse processo de produção de uma massa de trabalhadores “livres” (que passaram também a ser classificados de mendigos, vagabundos, etc.) superava a necessidade que tinha a manufatura nascente por força de trabalho, logo, esta não absorvia o contingente de trabalhadores que tiveram os seus meios de subsistência subtraídos.

No caso dos 854 internados no albergue de Soissons, para mendigos, no século XVIII, 64,3% deles eram trabalhadores que perderam os meios de produção, passando a serem classificados de vagabundos. Hoje poderiam ser classificados de desempregados, miseráveis, pobres, excluídos, marginais, e, se dessem sorte, poderiam vir a compor o grupo de trabalhadores classificados como biscateiro, subempregados, autônomos, conta própria, ou seja, trabalhadores informais.

É importante observar que boa parte do discurso atual trata esses mesmos homens e mulheres como responsáveis pelo estado em que se encontram, esquecendo-se do processo histórico que influenciou neste resultado, e das leis de funcionamento do capitalismo que produzem o *Exército Industrial de Reserva*. Mais que isso, atribuem as formas precárias de assegurarem a sobrevivência como, por exemplo, o trabalho

informal, como “alternativas” de trabalho, e não como imperativas determinações do capitalismo.

Diante do crescimento do contingente de trabalhadores despossuídos dos meios de trabalhos, surgem as leis na Europa ocidental (séculos XV e XVI) contra a vagabundagem, as conhecidas *leis sanguinárias*<sup>16</sup>. Embora não determinantes, contribuíram para o “sucesso” do processo de acumulação originária.

É bom salientar que esse método de acumulação, via uso da força e do terrorismo, fez-se presente também em séculos subseqüentes, “Quando a acumulação originária ocorre depois do século XVI, já integra, então, a própria história do capitalismo. Somente em termos europeus, portanto, é que a acumulação originária é pré-condição para a formação capitalista [...]” (MARX, apud MELLO, 1999: 38).

Numa fase seguinte, já integrando o capitalismo, ela volta a se manifestar com todo o requinte de crueldade. Isto pode ser visto na seguinte passagem de o *Capital*, em que Marx relata as ações empreendidas pela duquesa de Sutherland, da Escócia:

Essa pessoa economicamente instruída decidiu, logo ao assumir o governo, empreender uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagem de ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. [...] Dessa forma, essa madame apropriou-se de 794 mil acres de terras, que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela destinou aproximadamente 6 mil acres de terras, acres por família, na orla marítima. Os 6 mil acres tinham até então estado desertos e não

---

<sup>16</sup> O início do capitalismo é marcado pelo uso da força e do poder do Estado para assegurar a disciplina e o quantitativo de trabalhadores dispostos a serem explorados e participar ativamente do processo de acumulação de capital. A legislação francesa e inglesa amplia a jornada de trabalho, estabelecem salários

haviam proporcionado nenhuma renda aos proprietários. [...] No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já tinham sido substituídos por 131 mil ovelhas. Aquela parte dos aborígenes que foi jogada na orla marítima procurou viver da pesca. [...] O cheiro de peixe subiu ao nariz dos grandes homens. Farejaram algo lucrativo por trás dele e arrendaram a orla marítima aos grandes comerciantes de peixes de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez (1996: 353).

Verifica-se, de acordo com o relato acima, que o processo que levou a formação do mercado de trabalho moderno não é produto apenas de séculos longínquos, como também de um período histórico recente. Observa-se que, mesmo depois da Revolução Industrial, o método violento de roubo da base fundiária continuou a ser executado, como pode ser visto no caso acima da duquesa Sutherland. Também os trabalhadores nativos dos países vítimas do colonialismo e do neocolonialismo sofreram com a usurpação e o roubo dos meios de produção.

Os herdeiros desses trabalhadores expropriados são as vítimas, hoje, da globalização imperialista sob o comando do capital financeiro. Encontram-se excluídos, vivendo em condições sub-humanas e destinados a pagarem o pecado dos seus antepassados, tendo que comer o pão, quando comem, com o suor do seu rosto.

A história da acumulação primitiva apresenta o processo no qual a sociedade capitalista se estruturou, onde se observam relações de propriedade entre os usurpadores dos meios de produção e, por isso, detentores do poder de propriedade dos meios de produção e de subsistência, e os que foram violentamente expropriados da base fundiária e dos meios de trabalho em geral, só dispondo, depois dos episódios conhecidos como acumulação originária, da força de trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência e da sua família.

---

máximos – ver estatuto dos trabalhadores de 1349/1350, Inglaterra - e combatem as associações de trabalhadores. Para saber mais, ler cap. XXIV, tópico 3, L. I, Vol. II, 1996.

### 1.2.2 Trabalho doméstico: indícios de trabalho informal no capitalismo?

Marx (1996), quando trata do trabalho domiciliar e da legislação fabril de 1861, dá uma série de exemplos, em que se constata irregularidades no emprego da força de trabalho humana, como, por exemplo, a contratação de trabalhadores com idade menor do que a permitida e com carga horária acima da estabelecida assim como a execução de atividades em domicílios, onde parte significativa dos trabalhadores era mal remunerada, abaixo da média, e a jornada de trabalho acima da estabelecida.

Quanto às condições do trabalho desenvolvido nesses domicílios, não restam dúvidas acerca da sua precariedade. E seria ele o que hoje se conhece por trabalho informal<sup>17</sup>? De acordo com a definição corrente de trabalho informal, pode-se afirmar que estes já existiam na infância do capitalismo, pelo menos em potencial!

Barudel (1998) aponta para a existência de atividades que desafiam o mercado e a ordem estabelecida na França do século XVII. Diz ele: “Aumentam as reclamações contra os vendedores ambulantes, que são prejudiciais ao comércio, que vendem ilicitamente suas mercadorias e, por isso, são perseguidos pelas autoridades municipais” (BRAUDEL *apud* KARYCHET, 1998: 85). É interessante observar que isto acontece hoje nas grandes e médias cidades brasileiras, mas, não só, podendo ser constatado em Nova York ou mesmo na França do século XXI. Braudel, corrobora a idéia de que formas de trabalho que fogem das regulamentações oficiais se faziam presentes em séculos anteriores. E que coexistiram (e coexistem) com o desenvolvimento do capitalismo.

---

<sup>17</sup> Discussão a ser apresentada no capítulo segundo.



Mais que isso: no capitalismo, a tendência é o crescimento do desemprego e, logo, a possibilidade de que parte significativa da população desempregada busque formas alternativas de assegurar a sua sobrevivência é um tanto evidente.

Essas atividades vão integrar o *rés-do-chão* ou o *andar intermediário*, onde a concorrência é feroz e, portanto, a remuneração tende a ficar abaixo da média.

Diversos exemplos de relações de trabalho que fugiam do assalariamento e das determinações típicas do sistema capitalista podem ser apresentadas aqui, partindo do pressuposto de que a tendência da produção, nesse sistema é tornar-se intensiva em capital. Isso vem se manifestando desde a consolidação do sistema capitalista e, em paralelo a esse processo, vem ocorrendo um crescimento populacional. O resultado é o desemprego de parte da força de trabalho disponível, uma vez que os novos investimentos não são capazes de absorver toda a mão-de-obra disponível (jovens ingressantes e trabalhadores dispensados).

Até 1929, não se aceitava a hipótese de desemprego involuntário por parte dos economistas clássicos e neoclássicos. Entretanto, como pode ser visto pelos dados apresentados por Rezende (1991), o desemprego existia e os países desenvolvidos adotaram medidas para que não se agravasse.

Nesse sentido, Rezende observa que a população européia salta de 180 milhões, em 1800, para 390 milhões em 1900. Como o “progresso” no capitalismo é poupador de mão-de-obra, o crescimento populacional só tende a agravar a já precária situação da classe-que-vive-do trabalho.

Para ele o crescimento demográfico, associado “à racionalização do trabalho que as novas condições técnicas propiciaram, resultaram no desemprego ou na emigração [...] descontando-se os emigrados que retornaram, de 1870 a 1913, mais de 25 milhões deixaram a Europa” (1991:165-166). A solução encontrada para a crise foi a política

imperialista, em que as áreas periféricas passaram a importar produtos industrializados, capitais e excedentes populacionais<sup>18</sup>.

Dessa forma, observa-se que uma das saídas para conter o avanço do desemprego foi a exportação do excedente populacional. Apesar dessa medida, será que não ficou um contingente de desempregados nos países centrais, e que estes procuravam formas alternativas de assegurarem a sobrevivência? “Depois de um levantamento do trabalho doméstico realizado para a indústria de metal pré-fabricado, constataram-se que: [...] casas superlotadas, sujas e em mau estado [...] caracterizam os lares pesquisados [...] crianças de menos de 16 anos trabalhavam em 96 das 129 famílias estudadas. [...] Metade delas tinha idade inferior a 12 anos. Trinta e quatro tinham 8 anos e menos, e doze tinham menos de 5 anos[...].” (HUBERMAN, 1986:116-117).

Pode parecer que se está descrevendo o trabalho domiciliar<sup>19</sup> ao longo do século XVIII e XIX. Entretanto, Huberman chama a atenção de que está relatando as condições de trabalho na cidade de Connecticut, EUA, em agosto de 1934.

Braverman (1987), ao analisar o processo de assalariamento, observa que, nos EUA, estima-se que, no início do século XIX, quatro quintos da população trabalhava por conta própria; por volta de 1870, a participação dessa categoria no mercado de trabalho cai para aproximadamente um terço; e, em 1940, para um quinto; já em 1970, apenas um décimo dos trabalhadores no mercado de trabalho designavam-se conta própria. Se a mesma pesquisa for realizada no século XXI, irá constatar que o número de conta própria, depois desse descenso, cresceu.

Dessa forma, não contrariando os pressupostos levantados, Braverman aponta para uma redução dos “conta própria”, que não necessariamente são os mesmos que

---

<sup>18</sup> O Brasil foi um dos importadores de mão-de-obra: dentre outros, vieram alemães e italianos.

<sup>19</sup> Marx, no capítulo XIII, L. I, Vol. II, apresenta as características do trabalho domiciliar e a importância deste antes da ampla difusão das máquinas e das limitações impostas pela lei fabril de 1861. Ele dá o

compõem o segmento dos trabalhadores autônomos que integram a economia informal. Contudo, existe aí, nos “conta própria”, um potencial de trabalhadores informais e o indício de que o sistema não conseguiu absorver todos os trabalhadores disponíveis. É bom salientar que, de acordo com a investigação feita até aqui, acredita-se que o capitalismo não esteja interessado em acabar com o desemprego.

Outro aspecto a ser observado é que o período em que se constata uma forte queda do número de “conta própria”, refere-se ao período em que foi adotada a política do estado do bem estar social (*Welfare State*), ocorrendo aí uma forte intervenção do Estado no mercado de trabalho. Além disso, a estratégia imperialista dos americanos por certo contribuiu para o assalariamento dos trabalhadores dos EUA.

É nesse contexto que se estrutura a sociedade capitalista e onde se forma o mercado de trabalho, que há muito apresenta problemas de desemprego em todo o mundo. Contudo, é importante salientar que o desemprego é inerente às relações de capital. Problemas derivados como o subemprego, precarização das relações de trabalho e surgimento/expansão do trabalho informal são produtos do capitalismo, sem solução, se mantidas as relações de capital.

A confirmação da afirmativa feita acima é encontrada nas leis intrínsecas ao modo de produção capitalista, as quais permitem a compreensão do processo de formação do *exército de trabalhadores de reserva*, de uma *superpopulação relativa excedente*, que joga milhões de trabalhadores não no *ócio criativo*, como quer De Masi (1998), mas no *ócio forçado*, que leva os trabalhadores a buscarem estratégias de sobrevivência precárias, como as que são classificadas de trabalho informal.

---

exemplo da fábrica de camisa de Sr. Tillie em Londonderry, Irlanda, que emprega 1 000 trabalhadores na fábrica e 9 mil trabalhadores domiciliares, espalhados pelo campo (Marx, 1996: 92).

### 1.3 A produção da superpopulação relativa e a exploração do trabalho precário

Os métodos “*idílicos*” da acumulação primitiva promoveram a formação do mercado de trabalho no capitalismo, quando separou os trabalhadores dos meios de produção e de subsistência e concentrou esses mesmos meios nas mãos dos capitalistas.

Com a estruturação do modo de produção capitalista, as leis econômicas burguesas saem do estado germinal, tendo a força necessária para se reproduzirem como movimento social próprio e, portanto, passando a determinar o processo histórico de seu próprio metabolismo.

Tão logo organizada a sociedade capitalista<sup>20</sup>, esta passa a ser orientada pela acumulação de capital. É através da compra da força de trabalho (capital variável) que o capitalista extrai a mais-valia. A compra da força de trabalho tem, como finalidade, a valorização do capital, que se realiza pela venda da mercadoria. “Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 1996: 251). E a contínua transformação e retransformação da mais-valia em capital leva à acumulação, ampliando a sua concentração nas mãos de capitalistas individuais.

O processo continuado da acumulação levou, e continua a fazê-lo, à produção de uma “população excedente”, superpopulação relativa e/ou exército de reserva. Este “existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente” (MARX, 1996: 270-271).

É importante observar, na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, dois processos que levam a mudanças na composição orgânica do capital e, por conseguinte, diminuem a participação do capital variável (trabalho vivo) em relação ao capital constante.

---

<sup>20</sup> Pós-acumulação *primitiva*.

O primeiro deles é a concentração do capital que se dá em função da expansão do capital em ritmo crescente, resultando no aumento de recursos nas mãos dos capitalistas individuais. O segundo, é a centralização de capital que se dá por meio da reunião de capital já existente. Ambas ampliam e aceleram o aumento na composição orgânica do capital.

No processo de concentração e centralização do capital, observa-se a existência de dois movimentos que concorrem para o aumento do desemprego. São os antagonismos intrínsecos ao sistema: a concorrência do capital versus o trabalho (KxT), e a concorrência capital versus capital (KxK). Essas contradições contribuem para a busca de novas tecnologias que venham a reduzir os seus custos e aumentar a produtividade do trabalho. O capitalista, em conseguindo isso, terá grandes chances de anular as ameaças, do concorrente, de ganhar mercado, assim como a do proletariado, de exercer maior pressão sobre os lucros.

No caso (KxT), o capitalista procura extrair mais trabalho (mais-valia) do trabalhador por meio do aumento da intensidade do trabalho ou da jornada de trabalho. No caso (KxK)<sup>21</sup>, os capitalistas concorrem com eles próprios. Ocorre, então, a expropriação de capitalistas por capitalistas, sendo que os mais eficientes superam os menos eficientes. Neste último caso, a concorrência se manifesta na luta de preços.

Apesar dos antagonismos, o processo de acumulação vai seguindo a passos largos, levando a mudanças na composição orgânica do capital<sup>22</sup>, em que a parte constante do capital (máquinas e equipamentos – trabalho morto) torna-se cada vez maior quando comparado com a parte variável (trabalho vivo) na composição total do capital. Com isso, diminui o emprego de força de trabalho no processo produtivo,

---

<sup>21</sup> É bom salientar que nesse caso pode ocorrer também a fusão de capitais por meio do processo que Marx chama de centralização do capital.

<sup>22</sup> Trata-se da relação entre capital constante e capital total que pode ser expressa pela seguinte fórmula  $q = c/c+v$ , onde  $q$  representa a composição orgânica do capital,  $c$  capital constante e  $c+v$  o capital total.

Os capitais adicionais (ver cap. XXII, 1) constituídos no transcurso da acumulação normal servem preferencialmente como veículo para a exploração de novas invenções e descobertas, sobretudo de aperfeiçoamentos industriais. Mas também o velho capital alcança com o tempo o momento de sua renovação da cabeça aos pés, quando ele muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas [...] Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção ao seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele (MARX, 1996: 259-260).

Verifica-se aí a criação de uma superpopulação como resultado da dinâmica capitalista ser intensiva em capital, desprezando, em cada novo ciclo de reprodução, parte da população economicamente ativa (força de trabalho existente), e dispensando outra parte que se encontrava ocupada. Amplia, dessa forma, o *quantum* de força de trabalho disponível no mercado de trabalho. E para onde vão estes trabalhadores dispensados e os impedidos de entrarem no mercado de trabalho? É certo que resta ao trabalhador buscar alternativas de ocupação que vão constituir o que se conhece por subemprego, trabalho informal, economia subterrânea, etc.

É importante salientar o impacto do desenvolvimento da maquinaria no mercado de trabalho, uma vez que esta amplia a oferta de material humano disposto a ser explorado, expandindo o *quantum* de força de trabalho a ser vendido no mercado de trabalho, como também o *exército industrial de reserva*. Amplia a oferta de força de trabalho por dois motivos: primeiro, porque amplia o número de pessoas que fazem parte do mercado de trabalho, devido à inclusão do trabalho feminino e infantil; segundo, porque, com a introdução da maquinaria e o avanço da acumulação de capital,

a parte variável do capital tende a sofrer um decréscimo, quando comparado com o capital constante. Nesse sentido, afirmava Marx,

A produção de superpopulação relativa ou a libertação de trabalhadores avança ainda mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção de qualquer maneira já acelerada com o progresso da acumulação e o correspondente decréscimo proporcional da parte variável do capital em relação à constante. Se os meios de produção, ao crescer em volume e eficiência, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores (*id. ib.*, 266)

Vê-se que, ao diminuir o capital variável, a pressão dos trabalhadores sem emprego aumenta sobre o mercado de trabalho, o que permite ao capitalista aumentar a exploração sobre o trabalhador ocupado, via mais-valia relativa e mais valia absoluta<sup>23</sup>. Ao explorar mais o operário ocupado, ele necessitará de menos trabalhadores. Com isso, cresce o *exército de reserva*.

Contata-se, assim, que o desenvolvimento da indústria e o avanço tecnológico atendem à finalidade maior do capitalista, que é a de maximizar lucro e, por isso, ele busca elevar a eficiência do processo de produção, que se manifesta através do aumento da produtividade do trabalho que é produto do avanço das forças produtivas.

Diante do exposto, observa-se que a “população excedente” é produto do desenvolvimento capitalista, da acumulação de capital e, ao mesmo tempo é, também, estímulo para esta. Configurando-se como condição para a produção capitalista, ‘essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército

---

<sup>23</sup> Mais-valia absoluta é a mais-valia que se obtém pelo prolongamento da jornada de trabalho; mais-valia relativa se obtém mediante a diminuição do tempo de trabalho necessário.

industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa” (id. ib., 262-263).

Dessa forma, para se tratar da questão do desemprego é preciso entender a origem e a sua funcionalidade para o sistema de capital, uma vez que o desemprego não é produto de um casual descompasso econômico, de um fortuito desequilíbrio econômico, ou voluntário, por parte dos trabalhadores, mas, sim, produto necessário do modo de produção capitalista.

Diante disso, a discussão sobre a ociosidade forçada de grande parte da população trabalhadora ou População Economicamente Ativa (PEA) deve ser deslocada da esfera da política econômica, onde comumente se encontra, para a esfera da economia política<sup>24</sup>, onde são analisadas as relações sociais de produção.

Por ser produto da relação de capital,

Nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção [...]. Essa população excedente relativa, o exército de reserva da indústria, assume formas variadas na sociedade moderna, inclusive os desempregados; os temporariamente empregados; os empregados em tempo parcial, a massa de mulheres que, como donas de casa ou domésticas constituem uma reserva para as “ocupações femininas[...]” (BRAVERMAN, 1987:326-327).

Entendido dessa forma, o desemprego deve ser tratado como intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo. A sua “cura” só virá com a superação desse modo de produção. A superpopulação relativa só é excedente em relação ao crescimento econômico, à dinâmica de acumulação e reprodução ampliada do capital.

---

<sup>24</sup> Economia política entendida aqui como ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais, definindo as leis que regem tais relações.



Verifica-se que o planeta terra, na sua totalidade, ainda se encontra parcialmente povoado e potencialmente capaz de assegurar a produção dos bens necessários para a sobrevivência da população mundial, desde que a produção de bens e serviços seja determinada por um outro tipo de metabolismo social que leve em consideração as reais necessidades humanas e não a valorização do valor.

Só há o *exército de reserva* porque a acumulação e reprodução do capital não têm como empregar a todos, mesmo porque foge da sua lógica ter toda a classe trabalhadora ocupada.

Apesar das tentativas de diversas políticas econômicas, os governos não conseguiram conter o avanço do desemprego no mundo. Sendo que, a partir do terceiro *quartel* do século XX, até o momento, início do século XXI, o desemprego vem atingindo também os países centrais, apresentando-se, dessa forma, como um problema que afeta todo o mundo e por completo o sistema capitalista.

Nesse contexto, os trabalhadores vão buscando diversas formas de garantir a sua sobrevivência e da família. Verifica-se aí a crescente precarização das relações de trabalho, o crescimento de atividades classificadas como subemprego, trabalho informal e a exclusão por completo de uma parcela significativa da classe trabalhadora.

Mesmo com a manifestação do desemprego, já no século XIX, e agravada no século XX, diversos teóricos da economia resistiram em aceitar o desemprego da força de trabalho, a produção da superpopulação relativa como algo intrínseco ao sistema capitalista. Ainda hoje, muitos intelectuais de grande notoriedade resistem em admitir que o trabalho informal é produto da relação de capital (os trabalhadores aí localizados compõem a superpopulação), sendo, dessa forma, parte integrante do sistema capitalista e funcional a este.

No capítulo que se segue, serão discutidas, com maior profundidade, as teses de diversos teóricos sobre o desemprego e sobre o surgimento do trabalho informal. Quando da discussão acerca do trabalho informal, este conceito será também debatido.

## CAPÍTULO II

### **2. As controvérsias sobre o desemprego e sobre o trabalho informal**

#### **2.1 Explicações teóricas a respeito do (des) emprego**

Com base na investigação feita até aqui, constata-se que, com o surgimento do sistema capitalista, o desemprego da força de trabalho passa a ser um problema social e econômico. Antes, o desemprego estava mais relacionado a problemas de ordem natural, como catástrofes, geadas, secas, dilúvios. Até a estruturação do capitalismo, os camponeses e artesãos, os primeiros em maior número, tinham sua sobrevivência assegurada, uma vez que dispunham dos meios de produção.

O desemprego da força de trabalho em grande magnitude é um fenômeno típico das economias capitalistas, estando suas causas diretamente relacionada com o processo de gestação, nascimento e desenvolvimento do capitalismo, como pôde ser visto no capítulo I deste estudo. Nele, foi apresentada a gênese do desemprego da força de trabalho e o mecanismo que conduz a elevação do ócio forçado da força de trabalho até a manifestação e a apropriação do trabalho doméstico pelo capital. Apesar das evidências empíricas e das investigações científicas oriundas dos séculos XIX e XX, muitos intelectuais ignoraram a existência do desemprego involuntário e sistêmico até a década de 1930.

Contrariando a idéia de Chahad (1998) sobre o mercado e a mão invisível, o que se observou com a investigação é que são as leis intrínsecas ao sistema de capital que comandam a economia e o mercado de trabalho, que apontam para a dinâmica de contínua exploração da força de trabalho para a geração da mais-valia. E, para que isso

pudesse vir a acontecer, foi necessário um processo primeiro de acumulação (acumulação primitiva) que viesse a permitir o desenvolvimento do sistema capitalista.

Respondida a questão *por que se apresenta de forma persistente o fenômeno do desemprego?*, ou, pelo menos, elucidadas as principais causas estruturais da ocorrência deste último, será enfocado, aqui, um outro fenômeno que, perceptivelmente, vem crescendo no interior da dinâmica do capital: o trabalho informal.

No que se refere ao *por que do trabalho informal estar se expandindo?*, acredita-se que, ao se demonstrarem as causas da produção da superpopulação como algo imanente à dinâmica capitalista, aponta-se o principal elemento que implica na busca, por parte dos trabalhadores, de atividades alternativas (informais) frente à dificuldade de inserção nas formas clássicas de produção capitalista.

Contudo, constata-se que a resposta ainda não se encontra completa. Apesar de ter sido apresentada a lei do valor e o processo que leva à produção da superpopulação, falta apresentar melhor a relação entre esses dois fatores, para se entender por que o trabalho informal tem se expandido e, diante disso, o que tem feito o capital, para se apropriar do resultado dessas atividades.

Para responder de forma mais completa à questão, será necessário fazer-se uma discussão a respeito da segmentação do mercado de trabalho, e do que se entende por setor informal, conceito que tem se apresentado ambíguo na discussão, precisando ser melhor trabalhado, para se chegar ao cerne da questão posta por esta investigação.

No capítulo anterior foi feita a análise de como se deu o processo de formação do mercado de trabalho no capitalismo, quando se constatou que é próprio do metabolismo do sistema de capital a produção de um excedente populacional, que só é excedente porque o sistema não consegue criar o número de empregos necessário para absorver todo o contingente populacional existente. Ante essa realidade, observa-se que, parte da

população desempregada e também a empregada e mal remunerada, vai buscar desenvolver trabalhos que não se configuram na forma clássica de emprego capitalista. Os teóricos neoclássicos vão chamá-los de trabalhadores do setor informal, analisando as relações desses trabalhadores na ótica da unidade produtiva ou do ponto de vista da legalidade. Os teóricos marxistas, por sua vez, apresentam divergências com os neoclássicos na compreensão da questão. Estes deslocam a discussão para a relação capital/trabalho, fazendo com que neguem a dualidade setor informal e setor formal.

Neste capítulo, serão apresentados as matrizes teóricas dos autores contemporâneos que interpretam a problemática do desemprego no século XX e XXI, bem como suas explicações para esse fenômeno, que tem levado milhões de pessoas à ociosidade forçada. A análise das teorias clássica, neoclássica, keynesiana e marxiana, sobre o (des)emprego da força de trabalho, permitirão um melhor entendimento das bases das teses que interpretam o processo de expansão do trabalho informal, bem como a existência ou não de relação entre desemprego, trabalho informal e o metabolismo do sistema capitalista.

Os autores que partem de uma perspectiva marxiana entendem a questão do crescimento da informalidade como produto do metabolismo do sistema capitalista. Neste caso, pode-se dizer que o crescimento do trabalho informal é produto da dinâmica capitalista, em que se verifica descenso da taxa de lucro como resultado do processo que eleva a composição orgânica do capital. Nesse quadro, a expansão do trabalho informal que se deu, principalmente, a partir da década de 1980, apresenta-se como forma de reduzir os custos de produção, o que tem se dado por meio do aumento da exploração do trabalho, e, por conseguinte, com uma maior extração da mais-valia absoluta.

Aqueles que partem dos fundamentos econômicos neoclássicos compreendem a expansão do trabalho informal como uma alternativa que o trabalhador busca, ao se

defrontar com um mercado de trabalho saturado, ou com baixos salários. No primeiro caso, os excluídos irão procurar atividades em que, na sua maioria, predominam relações precárias de trabalho, mas que passam a ser a única fonte de renda. No segundo caso, os trabalhadores se dirigem às atividades informais devido aos baixos salários do mercado de trabalho formal, buscando ocupações que venham a complementar a renda familiar, com o intuito de assegurar a sua reprodução e a de sua família.

É certo que a Escola Clássica e a Escola Neoclássica, esta última até o surgimento das idéias de J. M. Keynes, não admitiam o desemprego involuntário. Entretanto, o conhecimento das teses dessas Escolas é de fundamental importância para a compreensão do discurso, ora utilizado, acerca da problemática do mercado de trabalho. A título de exemplo, pode-se verificar como os (neo)liberais têm encontrado sua fundamentação teórica em intelectuais do século XIX e XX (Clássicos e Neoclássicos), bem como em autores contemporâneos, para orientar os chefes de Estado na formulação das políticas públicas, naquilo que se refere ao mercado de trabalho.

### **2.1.1 A Escola Clássica**

A Escola Clássica admite a existência de três classes: trabalhadores, latifundiários e capitalistas e, dentre estas, só os capitalistas têm a função de acumular. Como a preocupação dessa Escola é com o crescimento econômico a longo prazo e, sendo que este se dá por meio da acumulação, assim, seria benéfica para a economia a divisão desigual da renda, privilegiando a classe parcimoniosa. Essa distribuição desigual favorece a poupança e, por conseguinte, a acumulação de capital. Dada a acumulação, os capitalistas criam as condições para a expansão econômica que tende a levar ao progresso da nação.

As teorias econômicas da Escola Clássica partem do pressuposto de que o mundo econômico é governado por leis naturais, que garantem que o mercado é auto-regulador, que a oferta cria sua própria procura, sendo a “mão invisível” responsável pelo bom funcionamento da economia, que, por sua vez, operaria a pleno emprego, a longo prazo.

Os teóricos clássicos (liberais) atribuem, ao Estado, um papel passivo na economia de guardião do livre mercado. Adam Smith (1996) no século XVIII, no seu livro *A Riqueza das Nações*, afirma que o interesse próprio levaria a economia a uma alocação ótima dos recursos, não precisando o Estado intervir. No caso de desequilíbrio, esse seria passageiro e, logo, o sistema de preços proporcionaria um ajuste.

Para J. Bastiat Say, “a mera circunstância da criação de um produto imediatamente abre um mercado para outros produtos” (SAY, apud MIGLIOLI, 1981, p.15). A “Lei de Say” estabelece que tudo que for ofertado encontrará uma demanda, os salários e os lucros são gastos, na sua totalidade, na compra de mercadorias e serviços. Resultando, daí, um equilíbrio de pleno emprego, não há por que se preocupar com questões como o desemprego da força de trabalho. Caso isso ocorra, constitui-se em algo passageiro e, de acordo com as livres forças do mercado, a economia será ajustada, só ficando desempregado quem assim o queira, ou melhor, quem não esteja disposto a vender sua força de trabalho pelo salário corrente.

A força de trabalho e os meios de produção são controlados pela própria produção. A ociosidade da força de trabalho ou de capital só ocorre em ramos específicos. Tão logo se manifeste o desemprego dos fatores de produção, eles migram para setores que apresentem maior rentabilidade. Assim, o capital encontra um novo setor para investimento, e o trabalhador, novas oportunidades de emprego (SAY apud MIGLIOLI, 1981).

Os Clássicos acreditam que o equilíbrio da economia a pleno emprego dos fatores de produção dá-se em função da dinâmica de acumulação de capital. Numa fase de crescimento econômico, a demanda por força de trabalho aumenta, e se eleva também a taxa de salário. O aumento do salário estimula o crescimento da população e, por conseguinte, o número de trabalhadores dispostos a vender a força de trabalho. O crescimento da oferta de força de trabalho pressiona os preços desta para baixo até o *salário natural*<sup>25</sup>. No caso de um desaquecimento da economia, ocorre uma queda nos salários o que leva a uma redução da população. Verifica-se, dessa forma, que a expansão ou a retração da oferta de força de trabalho dá-se em função do processo de acumulação de capital. No caso de uma acumulação reprimida, os salários tendem para baixo, levando a uma redução da oferta de força de trabalho, até o ponto de equilíbrio (MIGLIOLI, 1981).

Ricardo (1982) observa que, com o progresso tecnológico, poderia não ocorrer uma reabsorção automática da força de trabalho, caso este desenvolvimento tecnológico não fosse acompanhado pelo crescimento econômico. Nesse sentido, ele afirma: “o descobrimento e uso da maquinaria podem ser acompanhados de uma redução do produto bruto, e, sempre que isso ocorrer, haverá prejuízo para a classe trabalhadora, já que alguns deles perderão o emprego e a população se tornará excessiva, comparada com os fundos destinados ao seu emprego” (RICARDO *apud* BUARQUE, 1987, p. 30).

De acordo com a concepção ricardiana, o desemprego tecnológico pode ocorrer, mas não necessariamente, considerando-se a tese central de que, com a redução dos salários até o salário natural, ocorre, em contrapartida, um aumento na demanda por trabalho, e que o progresso tecnológico tende a levar a uma redução dos preços das

---

<sup>25</sup> É o salário que permite a aquisição de uma cesta mínima de bens, que garanta a subsistência dos trabalhadores, sendo que esse mínimo depende do grau de desenvolvimento da civilização (Araújo, 1989. p. 41). Para saber mais, ver, também, Ricardo (1982).



mercadorias, uma vez que, um mesmo *quantum* de trabalho gera, agora, um excedente maior. Com isso, cai o preço dos bens de consumo da classe trabalhadora, fazendo cair o fundo de salário. Essa dinâmica tenderia a levar a uma maior acumulação de capital, por parte dos capitalistas, o que permitiria a inversão desse capital na esfera produtiva da economia, criando-se, assim, novos empregos.

A realidade, entretanto, mostrou que não é bem assim que a economia funciona. Talvez o equívoco cometido por Ricardo deva-se ao fato de ele ter aceitado a “Lei de Say”, não percebendo, pois, que poderia ocorrer uma demanda insuficiente, que acarretaria uma redução dos investimentos. Assim sendo, o efeito do progresso técnico nem sempre resulta em novos investimentos e, portanto, o efeito negativo do progresso tecnológico sobre o trabalho não seria compensado por novas inversões. Um outro elemento que parece não ter sido levado em consideração por Ricardo é o caso da concorrência entre capitalistas (capital x capital), o que leva à busca incessante de novas tecnologias, como forma de superar os capitais concorrentes.

A Escola Clássica, por partir de pressupostos falsos<sup>26</sup>, como a “Lei de Say”<sup>27</sup>, a existência de leis naturais, o mercado auto-regulador e o sistema de preços, como promotor dos ajustes necessários, não conseguiu entender os motivos que levavam os trabalhadores à desocupação involuntária, só aceitando a tese do desemprego voluntário. Mais do que isso, acreditava que o sistema de preços também condicionava a dinâmica demográfica.

Ora, diante das evidências de desajuste econômico (superprodução, desemprego etc.), Marx, Kalecki e Keynes, entre outros, reconhecem que era falsa a proposição de

---

<sup>26</sup> As teorias marxiana, kaleckiana e keynesiana tornaram evidente e cientificamente mostraram que a “lei de say” não corresponde a realidade. Marx foi o primeiro a verificar isso, depois Kalecki e, por último, Keynes.

que a oferta cria a sua própria procura. Pode-se concluir, então, que o mercado não tenderia naturalmente para o equilíbrio de pleno emprego.

No que se refere ao sistema de preços, outro mecanismo que levaria ao ajuste no mercado de trabalho, Marx observa que os movimentos gerais dos salários não são determinados pela dinâmica demográfica da população trabalhadora, mas,

Grosso modo, os movimentos gerais de salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida e ora liberada (MARX, 1996, p. 267).

O que leva às flutuações da magnitude da população trabalhadora é a contração e expansão do capital nos ciclos industriais. Dessa forma, o fator que leva o salário ao nível compatível com a reprodução ampliada do capital não é a variação absoluta da população, mas a variação na superpopulação relativa, e as oscilações nesta dependem das contrações e expansões do capital.

Diante da proposição clássica, num momento de crescimento econômico ocorreria uma elevação da demanda por força de trabalho por parte dos capitalistas, resultando numa elevação dos salários e, por conseguinte, uma redução dos lucros dos capitalistas. Pergunta-se: os capitalistas esperariam por vários anos, até que a população crescesse, para poder rever as parcelas dos lucros perdidos, devido ao aumento dos salários? Certamente que não. Antes, eles fariam (fazem) um ajuste, via introdução de novas técnicas ou relações de trabalho, que venham a reduzir custos. Para tanto, os capitalistas

---

<sup>27</sup> É bom salientar, aqui, que T. Malthus discordou dessa lei, ao se preocupar com o problema da superprodução, ao mesmo tempo em que atribuía a solução do problema da superprodução aos rentistas (latifundiários). Para saber mais, ver: Malthus (1996), Miglioli (1981) ou Araújo (1989).

poderiam tentar o aumento da extração da mais-valia relativa, via aumento da intensidade do trabalho, que pode ocorrer por meio de novas técnicas poupadoras de mão-de-obra.

De acordo com os clássicos, em virtude da acumulação de capital, os salários sobem, sendo, dessa forma, benéfico, para os trabalhadores, o processo de acumulação. Na verdade, o que ocorre é a introdução de novas técnicas que venham a economizar trabalho. Hoje, diante das evidências da dinâmica capitalista, fica fácil de comprovar a afirmação de Marx, feita no século XIX, de que não é a dinâmica de capital que depende da dinâmica populacional, mas a demanda e oferta de trabalho são reguladas pela expansão e contração de capital (id., ib.).

Já no que se refere à tese de Ricardo, acerca dos efeitos da introdução de novas tecnologias no mercado de trabalho, observa-se que uma maior acumulação de capital, promovida pela redução do preço da cesta de bens de consumo dos trabalhadores, não necessariamente leva ao aumento do emprego. Um *quantum* maior de capital deve ser invertido na esfera produtiva, e, mesmo que se dê uma procura maior por força de trabalho, a acumulação leva também a um aumento da oferta de força de trabalho:

O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto torna a oferta de trabalho dependente da oferta de trabalhadores (id., p. 270).

Diante do exposto, observa-se que a acumulação, mesmo tendo um efeito positivo na demanda por trabalho, ela tem um duplo efeito na redução da demanda, pois ao mesmo tempo em que libera trabalhadores, esses mesmos liberados exercerão pressão sobre os empregados, de forma que o capitalista aumente a exploração do trabalho. A

discussão sobre o desemprego tecnológico terá continuidade no tópico seguinte, detendo-se na visão dos (neo)clássicos.

### 2.1.2 Escola Neoclássica

Sem abandonar a “Lei de Say”, pelo menos até Keynes, a Escola Neoclássica acredita que a economia caminha para o pleno emprego, sendo que o contingente de trabalhadores empregados passa a depender dos níveis de salários e da (des)utilidade do trabalho. Desconsideram a teoria ricardiana do “preço natural do trabalho”, entendendo que os níveis dos salários irão depender da oferta e da procura de força de trabalho. A demanda por força de trabalho vai se dar, assim, em função da utilidade marginal do trabalho:

A eficiência dos agentes humanos de produção, de um lado, e, de outro, a dos agentes materiais são ponderadas uma em relação à outra, e comparados com os seus custos em dinheiro, e cada um tende a ser aplicado até o ponto em que é mais eficiente que o outro em proporção ao seu custo em dinheiro. Uma função primordial numa empresa de negócio é facilitar a ação livre desse capital princípio de substituição. Geralmente em benefício do público, mas às vezes em prejuízo deste, os homens de negócios estão constantemente a comparar os serviços da maquinaria e da mão-de-obra (MARSHAL, 1988, p. 237).

Dessa forma, o próprio mercado se encarrega de fazer funcionar o ajustamento automático de pleno emprego. Por aceitarem a concorrência perfeita, flexibilidade dos fatores de produção e a automática substituição dos fatores de produção (capital e trabalho), o sistema de preços encarregar-se-á de assegurar o equilíbrio a pleno emprego dos fatores de produção. Com isso, verifica-se que, numa situação de excedente de força

de trabalho, os salários tendem a se reduzir e, com eles mais baixos, a demanda por força de trabalho cresce, levando a uma situação de pleno emprego. Isso acontece porque o salário caiu até o nível em que o capitalista concluíra que é mais lucrativo empregar mais homens do que máquinas. Ou seja: nesse momento, é de interesse do capitalista aumentar o capital variável, em detrimento do capital constante, uma vez que não compensa colocar máquinas no lugar de trabalhadores, que representam maior rentabilidade para o negócio.

Para os neoclássicos, esse mecanismo que leva ao equilíbrio de pleno emprego seria quebrado, caso o governo interviesse e os sindicatos agissem, no sentido de aumentar os salários (Marshall, 1988), sendo, desse modo, o Estado e os sindicatos, os responsáveis pelo excedente de força de trabalho, ou o próprio trabalhador, por não estar disposto a vender a força de trabalho pelo o salário vigente. Assim, o problema do desemprego seria resolvido por uma redução dos custos da força de trabalho (salários e benefícios sociais).

Ainda segundo os neoclássicos, só poderia ocorrer o desemprego voluntário, uma vez que o trabalhador optasse por não vender a sua força de trabalho pelo salário corrente. O ajuste, então, dar-se-ia em função dos preços. Os salários, em queda, levariam a preços inferiores as mercadorias. Com preços mais acessíveis, a população demandaria mais bens e serviços e, com isto, impulsionaria a economia para uma fase de crescimento e, por conseguinte, de mais emprego.

Este mesmo raciocínio serviria no caso do progresso tecnológico. Aceitando o pressuposto de perfeita flexibilidade dos fatores de produção e da automática substituição dos fatores de produção, em função dos seus preços, caso ocorresse desemprego derivado da substituição de força de trabalho humano (capital variável) por máquinas (capital constante), isso resultaria na geração de um excedente de mão-de-

obra, o que levaria a pressionar os salários para baixo, ocorrendo a queda dos salários ao nível em que a (re)inserção de trabalhadores possibilitasse a maximização do lucro.

Apesar de os neoclássicos introduzirem a questão da utilidade marginal do trabalho na problemática acerca da demanda por trabalho, observa-se que o grande responsável pelo ajuste, no fim das contas, é o sistema de preços, uma vez que a utilidade marginal do trabalho cresceria, à medida que o salário se reduzisse, ou por queda no preço deste, ou por maior eficiência técnica<sup>28</sup> e, com isso, ficaria mais vantajoso para o capitalista elevar a parcela do capital variável no capital total. Nesse sentido, observa-se que “as empresas empregam pessoas até o ponto em que o produto gerado por um montante adicional de trabalho não se torne inferior ou mesmo igual ao custo desse trabalho para a empresa; assim, a demanda por trabalho cresce ao se reduzir o salário” (MIGLIOLI, 1981, p. 31).

Uma vez que a tese do ajuste oferta e da demanda de força de trabalho no mercado, via preços, já foi debatida no tópico anterior, como também a “Lei de Say” na qual os teóricos neoclássicos se sustentam, esta parte do estudo buscará aprofundar um pouco mais a controvérsia da tese dessa Escola sobre os efeitos do avanço tecnológico na esfera da produção.

No que se refere ao progresso tecnológico, de acordo com Marx, contrariando os (neo)clássicos, observa-se que, mesmo com o crescimento econômico, a repulsão de força de trabalho é maior que a atração provocada pela introdução de máquinas no processo produtivo.

Os fatos verdadeiros, transvestidos pelo otimismo econômico, são estes: os trabalhadores deslocados pela maquinaria são jogados da oficina para o mercado de trabalho, aumentando o número de força de trabalho disponível para exploração capitalista [...] Os operários postos fora de um ramo da indústria podem, na verdade, procurar emprego em

---

<sup>28</sup> Ganhos em eficiência técnica significa a possibilidade de produção de determinada quantidade de uma mercadoria específica, fazendo uso de uma menor quantidade de, pelo menos, um dos fatores de produção (Gonçalves, 2002, p. 80).

qualquer outro ramo. Se o encontram [...] isso acontece por intermédio do novo capital adicional [...] E mesmo então, quão limitada perspectiva têm eles! Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres-diabos têm tão pouco valor fora do seu velho círculo de atividade que só conseguem acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho, portanto, ramos constantemente saturados e sub-remunerados (MARX, 1996, l. I, v. II, p. 72).

Marx mostra que a magnitude de repulsão, provocada pela maquinaria sobre a força de trabalho é maior que a atração de trabalhadores. Isso porque, a introdução de máquinas no processo produtivo potencializava a acumulação de capital, e esta, por sua vez, levaria a uma nova e constante substituição de capital variável por capital constante, ou seja, aumento progressivo da composição orgânica do capital. Dessa forma, o aumento do emprego poderia se dar em valores absolutos, mas, em relação à proporção do capital aplicado o aumento do emprego seria decrescente.

Para que não ocorresse o desemprego no processo de introdução da maquinaria, na esfera produtiva, a máquina deveria custar tanto trabalho quanto trabalho ela economiza ao ser utilizada. Assim sendo, não ocorreria o progresso tecnológico (BUARQUE, 1987, p. 31). Com relação a esse processo de substituição de capital variável por capital constante, Marx afirma (ibid., 74):

O acréscimo de trabalho exigido para a produção do próprio meio de trabalho, em maquinaria, carvão etc. tem de ser menor do que a diminuição de trabalho decorrente da utilização de trabalho da maquinaria. Se não, o produto da máquina seria tão caro ou até mais caro que o produto manual. Mas, ao invés de ficar igual, a massa global de artigo feito a máquina por um número reduzido de trabalhadores cresce, de fato, muito além da massa global do artigo artesanal deslocado.

Se assim não fosse, qual a vantagem, para a produção capitalista, da introdução da maquinaria? Nenhuma. O que levaria os capitalistas a desenvolver novas tecnologias? Primeiro, dada a concorrência capitalista, os capitalistas vêem, na máquina, a possibilidade de baratear a produção, o que permite, ao capitalista inovador, a obtenção de maiores lucros (mais-valia extra); segundo, o progresso tecnológico permite a ampliação da mais-valia relativa, devido à redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho.

Outro pensador a se contrapor às teses dos clássicos e neoclássicos, no que se refere à aceitação da “Lei de Say” é John Maynard Keynes. É sobre as idéias desse intelectual que se ocupará a análise do tópico seguinte. Antes, porém, será apresentada a conjuntura econômica da época, que favoreceu a aplicação das suas idéias em boa parte do globo.

### **2.1.3 Keynes e o desemprego**

#### **2.1.3.1. O fordismo e a emergência do keynesianismo**

Keynes não aceitava a idéia de que o sistema econômico fosse organizado por uma “mão invisível”. Para ele quando uma economia está em depressão não vai ser o mercado que vai promover o ajuste necessário, mas a intervenção do governo. Num momento de crise os empresários não desejam investir, sendo necessário, nesse momento maiores gastos do governo, os quais terão impacto positivo no emprego, na renda e no aumento do consumo, afastando assim a recessão. Para financiar o aumento dos gastos o governo deveria contrair dívidas no lugar de elevar a carga tributária. O resultado dessa política foi o crescimento da dívida pública.



As idéias keynesianas, econômicas e políticas, passam a ser adotadas em função de a economia real apontar para a sua viabilidade. Por que essas idéias passam a ser viáveis? Pode-se apontar dois motivos: o primeiro, de ordem política e o segundo, de ordem econômica.

Na esfera política, o “socialismo real” tinha florescido na Rússia, regimes nazifascistas tinham ganhado espaço e poder político, durante a década de 1930. Para frear a onda totalitarista e afastar o fantasma do comunismo, nada melhor do que mostrar uma face suave do capitalismo, por meio da adoção, por parte do Estado, das políticas econômicas keynesianas.

No que se refere ao motivo econômico, é importante salientar que a produção industrial vinha passando por transformações, que provocaram, no último quartel do século XIX, o avanço do capital monopolista. Com ele, surgiram novos princípios de organização do processo de produção que promoverem ganhos de produtividade, maior oferta de mercadorias.

Além de outros pensadores, destacam-se, nesse período, início do século XX, Henry Ford e F.W. Taylor, como baluartes da organização da produção e da gerência científica, sendo atribuída, ao último, o título de pai da administração<sup>29</sup>.

As transformações pelas quais a esfera produtiva vinha passando – como a parcelização das tarefas e mecanização do processo de trabalho, oriundas do taylorismo<sup>30</sup>, e a difusão da produção em massa, a especialização das técnicas de

---

<sup>29</sup> Braverman faz crítica a idéia de Gerência Científica, por entender que “faltam-lhe as características de uma verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela, (...) do ponto de vista do capital (...) Não procura descobrir e confrontar a causa dessa condição, mas a aceita como um dado inexorável, uma condição ‘natural’”(82-83, 1987).

<sup>30</sup> O taylorismo teoriza acerca da separação entre concepção e execução de tarefas, reduzindo o trabalho a atividades elementares, rebaixando, com isso, a remuneração, dada a simplificação do processo de trabalho, pela mecanização. Esses princípios, uma vez aplicados, levaram a ganhos de produtividade. Para saber mais, ver Braverman (1987), Antunes (2000) e Harvey (1998).

trabalho, a verticalização e as inovações tecnológicas, colaboraram, de forma decisiva, para o aumento da produtividade.

Essas inovações tornaram a exploração mais intensa, sendo a extração da mais-valia relativa o principal mecanismo de aumento dos lucros dos capitalistas. Contudo, esse processo traz, em seu interior, contradições. Para aumentar a extração da mais-valia relativa, o capitalista precisava investir mais em novas máquinas, fazendo com que a parcela do capital constante crescesse mais do que a parcela destinada ao capital variável. A introdução de novas máquinas levava a ganhos de produtividade, não sendo acompanhado pelos salários, com isso maior oferta, de um lado e, do outro, restrição na demanda.

Nesse momento, já é possível chamar a atenção para o processo que vai levar ao aumento da oferta de bens, ao mesmo tempo que a uma redução na absorção de mão-de-obra pela indústria. Esse processo vai culminar, na década de 1920, na crise de superprodução e de superacumulação. E vai ser diante da crise de realização do valor que J. M. Keynes vai elaborar, em 1936, a sua teoria – uma teoria coerente com as novas exigências do capital, que, para se realizar, precisa superar a anarquia do mercado, assegurando uma demanda efetiva mínima para a capacidade produtiva da indústria *nos moldes* fordista.

O modelo fordista baseava-se na produção em larga escala para mercados em expansão. Para que isso fosse possível, a política econômica de fundamentação keynesiana, assegurava a demanda interna, uma vez que o Estado estava atuando ativamente no ajuste de equilíbrio, garantindo a demanda por meio do estímulo ao emprego e aos investimentos; pelos financiamentos liberados (crédito); pela regulação do mercado de trabalho e da distribuição de renda entre salários e lucros.

Keynes defende um Estado promotor do desenvolvimento econômico, gerador de emprego e controlador dos ciclos de negócios por meios dos instrumentos de políticas macroeconômicas que venham reduzir os períodos de “desaquecimento” da economia. De acordo com as idéias keynesianas, para assegurar a reprodução ampliada do capital e sair da crise,

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa [...] requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava para controlar por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias [...] Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social [...] Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 1998, 129).

Se na política econômica a orientação keynesiana era hegemônica, na organização da produção predominava o modelo taylorista-fordista. Esse período em que predominou o paradigma fordista de organização da produção e o Estado do bem estar social ficou conhecido como keynesiano-fordista. Nas palavras de Harvey, “o fordismo<sup>31</sup> aliou-se firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo dedicou-se a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial [...]” (HARVEY, 1998, p. 125).

Contudo, esse modelo também chega ao seu esgotamento. É na década de 1960 que o modelo fordista-taylorista de organização da produção e o Estado keynesiano do bem estar começam a apresentar debilidade, chegando, na década de 1970, à sua

---

<sup>31</sup> De acordo com Antunes (2000), fordismo é a forma de organização da produção, sob cuja égide a indústria e o processo de trabalho se consolidaram, durante o século XX, tendo como características: a produção em massa, controle dos tempos e movimentos e a produção em série.

estagnação. A partir daí, as idéias liberais (re)tomam forças, sendo chamadas de neoliberais.

O esgotamento do paradigma keynesiano e do modelo fordista-taylorista de produção pode ser entendido como uma crise que tem sua origem na crise estrutural de reprodução capitalista, que abala todo o sistema. Desde então, observa-se um processo de elevação das taxas de desemprego, principalmente nos países periféricos. Ao perceber a elevação das taxas de desemprego a Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançou o Programa Mundial de Emprego (PME), com o objetivo de entender o processo de segmentação do mercado de trabalho, desencadeado pela crise estrutural. É nesse momento que surge a expressão economia informal.

### **2.1.3.2 As idéias keynesianas**

O fracasso das idéias liberais (dos clássicos e neoclássicos) expressou-se fortemente no início do século XX, e, mais precisamente, a partir de 1929, quando ocorreu uma crise de superacumulação e superprodução, que levou a um desemprego violento. As idéias de livre mercado, do mercado auto-regulador e do equilíbrio a pleno-emprego, no seio da economia capitalista, foram, então, temporariamente abandonadas.

É nesse período de instabilidade que aparece J. M. Keynes (1996), apontando para a necessidade de o Estado assumir uma postura intervencionista na economia, para fazer frente aos problemas econômicos que perturbavam a ordem econômica e imobilizava a “mão invisível”.

Contraopondo-se às visões dos clássicos e neoclássicos de equilíbrio natural de pleno-emprego, Keynes (1996) defende uma maior intervenção do Estado na economia. Ao contrário de Marx, Keynes acreditava no sucesso do sistema capitalista, entretanto,

criticou as falhas na condução desse sistema e verificou que este estava longe de assegurar automaticamente o pleno emprego e o desenvolvimento econômico.

Keynes estava preocupado com a salvação do capitalismo, e, devido a isso, apresentou alternativas para a economia sair da crise em que mergulhara nos anos 30. Os teóricos (neo)clássicos foram incapazes de enxergar os pontos levantados por ele como causa da “grande depressão dos anos 30”, uma vez que não previam grandes crises. É nesse momento que cai por terra a “Lei de Say”, de mercado auto-regulador. Foi em meio a essa turbulência econômica mundial que Keynes publicou, no ano de 1936, o livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em que defende um Estado administrador da demanda, benfeitor, e que deveria intervir para empregar (KEYNES, 1996). Defendia, também, que o Estado aumentasse o gasto público, pois, dessa maneira, impulsionaria a economia.

No pensamento dos economistas clássicos e neoclássicos, a problemática acerca do (des)emprego aparece, apenas, como um ponto numa discussão maior que era a questão do crescimento, da acumulação e do equilíbrio da economia<sup>32</sup>, para os clássicos, e alocação eficiente dos recursos, para os neoclássicos. Keynes (1996), já no próprio título da obra acima referida, insere a questão do (des)emprego, ao mesmo tempo em que defende uma maior intervenção do Estado na economia para gerar empregos. Afirma ele que o capitalismo funciona mal por insuficiência de demanda, sendo o princípio da *demanda efetiva*, por ele desenvolvido, contrário ao princípio da “Lei de Say”:

O primado dos gastos em consumo e investimento (demanda) sobre a produção (oferta). [...] quem determina o volume da produção e, portanto, o volume do emprego é a demanda efetiva que não é apenas a demanda efetivamente realizada, mas ainda o que se espera que seja

gasto com consumo mais o que se espera que seja gasto em investimento. O problema da formação das expectativas dos capitalistas é sumamente importante (KEYNES *apud* ARAÚJO, 1988, p. 115).

Keynes acreditava que o problema do desemprego é oriundo da insuficiência de demanda efetiva, que, por seu turno, tinha, como causas: a escassez de investimentos, as altas taxas de juro, como também a perda de poder aquisitivo dos salários. Esses fatores levam ao desemprego involuntário e, diante de um quadro de crise no mercado de trabalho, faz-se necessária a intervenção do governo, agindo de modo a gerar expectativas positivas na esfera econômica.

Para ele, não existia nenhum mecanismo de auto-ajustamento que levasse a economia ao equilíbrio, ao nível de pleno emprego. Mais do que isso, considerava o sistema capitalista instável, uma vez que a demanda efetiva poderia ser maior ou menor que a capacidade produtiva de um país. Por isso, defendia políticas econômicas que viessem a promover os ajustes necessários para se alcançar o pleno emprego<sup>33</sup>.

De acordo com o exposto, verifica-se que as medidas defendidas por Keynes para combater o desemprego estavam presas à apreensão do fenômeno – desemprego – e atuavam num curto prazo. De acordo com o princípio da demanda efetiva, não seria possível chegar às causas do desemprego da força de trabalho, e, muito menos, combatê-las na sua raiz. Portanto, não seria (não é) possível erradicar o desemprego da dinâmica de produção do sistema capitalista a partir do modelo keynesiano. A preocupação dele era resolver, em curto prazo, o problema que afligia as nações em crise.

---

<sup>32</sup> Marx, no século XIX, já tratara da questão do desemprego, ao apresentar a produção do *Exército Industrial de reserva* como próprio da dinâmica do sistema capitalista. É bom salientar que os neoclássicos, centravam suas atenções na questão da alocação ótima dos recursos.

<sup>33</sup> É importante salientar aí que a preocupação central de Keynes é com o emprego no curto prazo.

Ao incentivar a intervenção do governo na economia, via aumento dos gastos públicos e investimentos, Keynes (1996) estava propondo medidas que se contrapunham às tendências de crise cíclicas que estavam corroendo os lucros dos capitalistas e impossibilitando novos investimentos que viessem a gerar novos empregos.

O processo de acumulação capitalista encontrava-se frente a uma crise de realização que resultara da superacumulação de capital. De um lado, os capitalistas, com uma enorme produção a ser realizada e, do outro lado, uma população sem condições para efetivar a demanda. Nesse momento, o Estado ressurgiu como garantidor do ajuste necessário para assegurar a manutenção da taxa de lucro do capital.

Entendia Keynes que uma maior taxa de investimento e de gastos do governo geraria crescimento econômico e, assim, mais emprego. O crescimento econômico deveria ser, no mínimo, suficiente para acompanhar o crescimento da oferta de mão-de-obra, oriunda do crescimento vegetativo. O pensamento keynesiano não leva em consideração o progresso técnico, e, assim sendo, não há a preocupação com a possível liberação de trabalhadores da esfera produtiva, devido ao avanço tecnológico (BUARQUE, 1987, p.22).

Como se trata de um modelo que se preocupa com o emprego no curto prazo, não se podia esperar que as proposições saídas daí pudessem levar a um melhor entendimento da problemática do emprego, nem que viessem a trazer a solução para o ócio forçado dos trabalhadores, no sistema capitalista. O paradigma keynesiano buscou, na verdade, contrapor-se ao processo de crise que se manifestava nas economias mais avançadas da época e restaurar a taxa de lucro média. E o instrumento para essa contraposição à crise foi encontrado na intervenção do Estado na economia: “através desse processo, o Estado converte-se na fonte fundamental de modificações estruturais

no capitalismo avançado” (CASTELLS, 1979, p. 109). Admitindo-se ser o Estado controlado pelos capitalistas, fica evidente que tentará reverter o quadro de crise das economias nacionais para uma fase de expansão econômica.

Como já foi dito, o Estado deveria gastar mais, ampliando o déficit orçamentário de modo a impulsionar a demanda efetiva até o ponto em que a economia alcançasse o nível de emprego satisfatório. Contudo, sabe-se que os capitalistas não desejam atingir o equilíbrio de pleno emprego. Isso porque, como diz Miglioli (1981, p. 273),

[...] do ponto de vista político, o estado de pleno emprego é indesejável. Evidentemente que, com a plena utilização do aparato produtivo, o nível dos lucros seria mais elevado. Isso poderia não ocorrer se, dada a situação de pleno emprego e o conseqüente aumento do poder de negociação dos trabalhadores, estes conseguissem maiores salários [...] Mas, mesmo não havendo uma real redistribuição de renda a situação se tornaria incômoda para os capitalistas, porque certamente se intensificaria a luta dos trabalhadores por sua maior participação na renda nacional.

Dessa forma, observa-se que as políticas keynesianas têm um limite na geração do emprego, limite este que certamente se realiza antes da economia alcançar, no curto prazo, o equilíbrio a pleno emprego. A contribuição maior dada pela teoria keynesiana não se refere ao mercado de trabalho, mas a reprodução ampliada do capital. O Estado deve se contrapor à tendência à queda da taxa de lucro e assegurar a reprodução ampliada do capital.

A intervenção maior do Estado na economia vai se dar por meio de ações, como: realizar maiores gastos em setores não lucrativos; subsidiar o capital privado em diversas iniciativas, por meio de incentivos fiscais, empréstimos com redução de taxas de juros, criação de infra-estrutura etc.; assumir os custos de reprodução da força de trabalho via rede de assistência social, educação, etc. (CASTELLS, 1979).



Apesar de a implementação da proposta keynesiana ter, de fato, impulsionado o emprego, observa-se que isto veio a beneficiar os capitalistas, assegurando-lhes a sobrevivência, provocando um maior endividamento do Estado, sendo o déficit socializado com a população em geral. Já os lucros assegurados, devido à maior intervenção estatal na economia, esses foram e são privadamente apropriados pelos capitalistas.

Por se concentrar a tese keynesiana no crescimento da economia, é bom salientar que, dada a distribuição de renda, o crescimento econômico leva a uma maior acumulação de capital e este, por sua vez, cria as condições para a introdução de novas tecnologias. Logo, a tendência é que ocorra um aumento na composição orgânica do capital.

Levando-se em consideração que ocorre um crescimento vegetativo da população e que o progresso técnico libera mão-de-obra, para que esse processo não resulte no aumento do desemprego, é necessário que a economia cresça numa magnitude suficiente para compensar esses dois fatores.

Outro fator que se contrapõe à elevação da taxa de desemprego seria a redução da jornada de trabalho, em paralelo com os ganhos de produtividade. Contudo, sabe-se que a economia não caminha no sentido da redução da jornada de trabalho, nem o crescimento econômico se dá de modo a compensar o crescimento vegetativo da população e a liberação de força de trabalho que ocorre em função da inovação tecnológica. Como se vê, a teoria keynesiana não apresenta uma proposta viável e realizável que venha a levar a economia das nações ao equacionamento do problema do desemprego. Ela apresenta sim, no curto prazo, mecanismos que possibilitam a economia sair de uma crise de superacumulação, via endividamento público.

As políticas adotadas com relação ao emprego, depois da difusão das idéias Keynesianas, surtiram um efeito positivo no mercado de trabalho mundial e na reprodução ampliada do capital. Pode-se afirmar que, depois da crise de 29 e da aceitação da referida teoria, os governantes demonstraram uma preocupação com a geração do emprego, o que resultou, nos países de capitalismo avançado, num nível de emprego razoável, redução da pobreza e crescimento econômico. Até a primeira metade da década de 70, o emprego recebeu atenção especial, sendo as políticas adotadas no período entre o pós 2ª Guerra Mundial e a década de 1970 direcionadas à intervenção estatal, que assegurava a realização da mais-valia, além da criação de empregos.

### **2.1.3.3 O esgotamento do fordismo-keynesianismo e a expansão do trabalho informal**

A dinâmica capitalista, baseada no modelo keynesiano-fordista, em função da concorrência intercapitalista, levou a um aumento da composição orgânica do capital. A partir da década de 1970, a produtividade do trabalho não foi acompanhada pela redução da jornada de trabalho, nem pelo aumento real do salário. Isso implicou numa redução do consumo, resultando numa grande crise do sistema, apresentando, nesse momento, o esgotamento do modelo até então vigente.

No que se refere a crise do keynesianismo-fordismo, D. Harvey afirma que,

A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência [...] aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável (Idem, 1998, p.136).

Observa-se que o Estado keynesiano entra numa crise sem precedentes, não consegue mais administrar a demanda efetiva num nível capaz de assegurar a taxa

média de lucro. O Estado mergulha numa profunda crise fiscal, agravada pelo processo de internacionalização da economia.

A crise que se iniciara em fins dos anos de 1960 foi o resultado das oposições do capital (KxK) e (KxT). O modo de “regulação keynesiano” da economia significou uma ação estatal contrapositiva à deterioração da conjuntura sob “livres forças de mercado” ou à intensificação das crises periódicas. Na verdade, a “regulação keynesiana” representou a ação estatal, política e econômica no sentido de se contrapor ao movimento de queda da taxa de lucro.

O agravamento da crise deveu-se ao fato de que a busca incessante por novos mercados levou à internacionalização da produção e dos mercados e, com isso, o Estado perdeu o controle sobre a oferta e a demanda nacional. Isso se deu em função de a expansão da compra de bens estrangeiros e a entrada de capital externo impactarem, diretamente, no *quantum* do investimento produtivo na economia doméstica, e este, na determinação da demanda efetiva.

O Estado já não conseguia assegurar a demanda interna por bens e serviços produzidos internamente, devido às importações. Por outro lado, o fordismo necessitava de um amplo mercado consumidor, que garantisse a realização da mais-valia.

Com a economia em recessão, não era possível permitir a manutenção da rigidez da produção do modelo fordista. Assim sendo, fazia-se necessário que a produção se tornasse flexível, de modo a reduzir os riscos de uma superprodução num cenário de alta concorrência intercapitalista e internacional.

Na crise da década de 1970, processou-se uma série de transformações. Do lado da produção, desenvolveu-se um modelo de organização da produção, chamado de acumulação flexível, também conhecido como toyotismo<sup>34</sup>; do lado das formulações

---

<sup>34</sup> O toyotismo já vinha se desenvolvendo no Japão, desde a década de 1950, e se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, da produção, das relações de trabalho e de mudanças no padrão de consumo.

teóricas que visavam à superação da Crise, reapareceram as teses liberais, da Escola Clássica Inglesa, com o nome de “neoliberais”, que se encaixaram perfeitamente no novo regime de acumulação capitalista.

O esgotamento do keynesianismo-fordismo, trouxe consigo o avanço das taxas de desemprego nos países periféricos, fazendo com que instituições como a OIT lançassem o PME – Programa Mundial de Emprego, para melhor entender a miséria e a segmentação por que vinha passando o mercado de trabalho nos países “subdesenvolvidos”, assunto que será tratado no tópico seguinte.

## **2.2 Controvérsias sobre o “setor informal”**

### **2.2.1 A visão hegemônica**

Numa abordagem de cunho neoclássico, a questão da segmentação do mercado de trabalho foi tratada de forma dual, reconhecendo a existência de um setor protegido (existência de fatores institucionais como barreiras salariais, acesso ao crédito e a subsídio direto), e de um setor não protegido (ausência de subordinação as leis trabalhistas e aos estímulos institucionais) (FAGUNDES, 1992).

Essa concepção entende que a rigidez salarial e a proteção social ao trabalho desestimulavam os investimentos intensivos em trabalho, sobrepondo-se às inversões intensivas em capital, o que levaria a uma insuficiente criação de empregos no setor protegido, dirigindo-se o excedente de força de trabalho para o setor não protegido.

Como já foi visto nos tópicos 2.1 e 2.2, as teorias clássica e neoclássica aceitam a tese da plena mobilidade do trabalho, cujo entendimento é o de que a solução para a insuficiência na geração de emprego é deixar a livre força do mercado atuar no sentido do rebaixamento dos salários. A queda do poder aquisitivo, oriunda do salário mais baixo, atuaria em duas frentes: seria um freio e até mesmo um elemento de repulsão do

movimento migratório campo-cidade; também estimularia a substituição de capital por trabalho.

Esse tipo de concepção atribui o desajuste no mercado de trabalho aos sindicatos e ao governo, uma vez que estes, ao intervirem no mercado, colaboram para as distorções nos fatores de produção, tornando os investimentos em máquinas mais viáveis para o capital. Pode-se ver, então, que o problema do desemprego e da expansão de atividades não protegidas devia-se ao fato de interferências externas, e não à própria lógica de funcionamento do mercado, ou melhor do capitalismo.

Afastando-se dessa concepção de cunho neoclássico ortodoxo, outras teorias acerca das questões relacionadas ao desemprego foram desenvolvidas. Em virtude de essas questões apresentarem-se, de forma mais notável, nos países periféricos, a discussão sobre as formas de combater o desemprego e a pobreza concentrou-se em encontrar mecanismos que levassem esses países à eliminação do problema. Acreditava-se que a industrialização seria a via para superar a miséria de tais economias.

No caso da América Latina, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – destaca-se nos estudos sobre o tema, tendo apresentado a tese da Deterioração dos Termos de Troca<sup>35</sup>, que apontava para a crescente transferência de capitais, via comércio internacional, para os países centrais, o que debilitava a capacidade de investimento na economia interna. A tese questionava a vocação agrícola, quanto à capacidade de promover o desenvolvimento, ao mesmo tempo que chamava a atenção para a necessidade de impulsionar a industrialização, acreditando que, por tabela, o desemprego reduzir-se-ia.

A CEPAL desenvolve, também, a tese da Heterogeneidade Estrutural, considerando, nas economias subdesenvolvidas, a existência de estruturas diferenciadas. De acordo com o padrão tecnológico, as unidades produtivas foram classificadas em

tradicional (baixa produtividade e baixa renda *per capita*) ou modernas (apresentam padrão de produtividade semelhante aos encontrados nos países centrais) (FAGUNDES, 1992).

Apesar das “descobertas” feitas pelos pesquisadores da CEPAL, a problemática do desemprego e da miséria estava longe de ser resolvida. O lançamento do Programa Mundial de Emprego (PME) pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1969, objetivava entender melhor o fenômeno do desemprego e da miséria e, a partir daí, poder contribuir na formulação de políticas econômicas e sociais que viessem a provocar um impacto positivo nas condições de vida da sociedade.

Nessa perspectiva, diversas missões de estudo tentaram compreender as causas da miséria nos países do então chamado Terceiro Mundo. A OIT afastou-se<sup>36</sup> da tese neoclássica ortodoxa, ao atribuir a problemática do desemprego, oriunda da intensidade em capital, não às distorções entre os preços dos bens de capital e a os salários dos trabalhadores, e, sim, à dependência tecnológica, ponto esse também definido pelos pesquisadores da PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina)<sup>37</sup>, como, por exemplo, o trabalho de Souza e Tokman (1976).

De acordo com Fagundes (1992), a introdução da expressão economia informal, aconteceu em 1971, num estudo realizado em Gana, por Keith Hart, apresentado numa conferência sobre o desemprego urbano na África. Quanto à discussão acerca da problemática do emprego e da miséria na América Latina, o PME teve seus estudos dirigidos pela PREALC<sup>38</sup>, de que se tratará adiante.

---

<sup>35</sup> Para saber mais, consultar Nali de Jesus de Sousa, 1998.

<sup>36</sup> É bom salientar que não rompe com as fundamentações básicas dessa escola.

<sup>37</sup> Programa da OIT para a América Latina.

<sup>38</sup> Entre outros, destacaram-se, na compreensão da segmentação do mercado de trabalho, Souza e Tokman (1976). Em seu estudo, eles tratam do setor formal e informal, sem, contudo, admitirem estar fazendo uma análise dualista, uma vez que, afirmam eles: “o marco de análise proposto se distingue do dualismo, devido às relações que existem entre ambos os setores definidos e ao grau de homogeneidade que se encontra no interior dos mesmos” (1976, p. 152).

A OIT, em 1972 (*apud* Cacciamali, 1989), num estudo sobre emprego e renda no Quênia, observou a necessidade de criação de uma nova categoria analítica, pois o desenvolvimento capitalista tinha criado novos tipos de ocupações que não poderiam simplesmente ser enquadradas na abordagem clássica de setor moderno ou tradicional da economia. Isso porque, apesar de algumas das novas atividades poderem ser facilmente identificadas como integrantes do setor moderno da economia, outras exigiam análise mais aprofundada, pois não se organizavam com base no trabalho assalariado, e a remuneração poderia ultrapassar a do setor tradicional da economia.

Nesse estudo, utilizou-se a expressão “setor informal”, para identificar as novas relações de produção que se diferenciavam das tradicionais. Segundo os técnicos da OIT, a expressão serviria para representar um conjunto de atividades e ocupações observadas no Quênia e, posteriormente, nos demais países “pobres” (FAGUNDES, 1992).

É importante salientar que o fenômeno da informalidade apresenta-se em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, independente do sistema econômico adotado ou ideologia vigente. Entretanto, é mais notória a informalidade do trabalho nos países periféricos, em função da própria relação de dependência e submissão destes aos países centrais.

A OIT afirma que o surgimento do setor informal está diretamente relacionado com o crescimento econômico no mundo capitalista, onde a industrialização em desenvolvimento não conseguiu gerar empregos necessários para a população economicamente ativa (PEA), que, em boa parte, era composta pelos migrantes rurais. Como a industrialização nos países periféricos não criou os empregos demandados pelos trabalhadores, os excluídos do mercado de trabalho, na busca da sobrevivência, teriam, como alternativa, a abertura de pequenos negócios “não organizados”.

Aqueles estudiosos criticaram os rumos dados à economia, no que se refere ao crescimento econômico acelerado, e rejeitaram os resultados positivos gerados, pois viam o modelo adotado pelos países em desenvolvimento como o responsável pelas desigualdades sociais. Para eles, deveria ser dada prioridade à maximização da criação de emprego no lugar de maximizar o produto (Ibid.) .

Para a OIT, era necessário implementar-se uma política keynesiana de geração de emprego, políticas fiscais progressivas e políticas sociais que permitissem a inserção da população mais pobre no processo de desenvolvimento capitalista (ibid.). Esse posicionamento chamou a atenção para os impactos das políticas macroeconômicas adotadas pelos governos e, também, para o questionamento quanto ao tipo de crescimento e desenvolvimento econômico que um país deve adotar.

É certo que o modelo adotado pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos contribuiu, e contribui bastante, para o crescimento das desigualdades, precarização da renda e das relações sociais de produção, fazendo com que o setor informal apresentasse uma tendência de crescimento quantitativo, sem, contudo, ocorrer, em igual proporção, um aumento na renda *per capita*. Logo, percebe-se que as condições de existência desses trabalhadores tendem, num primeiro momento, a piorar.

O Relatório da OIT<sup>39</sup> (*apud* CACCIAMALI, 1972) tratou a unidade produtiva como a categoria a ser analisada. Para tanto, observou como o processo produtivo estava organizado. Nele aparecem os conceitos de setores formal e informal, substituindo à oposição setor protegido e setor não protegido, ou setor moderno e setor tradicional<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Uma síntese desse relatório pode ser encontrada em Cacciamali (1989).

<sup>40</sup> As unidades produtivas são classificadas de acordo com o nível de produtividade. São entendidas como tradicionais aquelas de baixa produtividade e baixa renda; as modernas são aquelas que apresentam produtividade média semelhante às observadas nos países centrais. Para saber mais, ver Fagundes (1992).



A partir desse estudo, as atividades informais são caracterizadas por apresentar: facilidade de entrada; técnicas simples, privilegiando o uso de tecnologia intensivas em trabalho; qualificação adquirida fora do sistema escolar formal; utilização de recursos locais; empresas de propriedade familiar; pequena escala de atividades; e mercados concorrenciais (TAVARES, 2002; FAGUNDES 1992).

A OIT afirma ser, esse setor, composto também pelos trabalhadores por conta própria (estabelecimentos com apenas um trabalhador, também conhecidos como independentes ou autônomos). Outra característica desses trabalhadores era a de atuarem em mercados competitivos, não terem acesso a linhas de créditos oficiais e não serem levados em conta nas políticas governamentais.

A OIT, para caracterizar as atividades do setor informal, utiliza a unidade econômica, fazendo parte deste setor as unidades de produção cujo objetivo é a geração de emprego e renda, excluindo as unidades de autoconsumo. Essas unidades têm as seguintes características: produção em pequena escala, baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre capital e trabalho.

No discurso hegemônico, tenta-se veicular a idéia de independência do trabalhador (capitalista, patrão, etc.) que se encontra inserido nas relações de produção na condição “informal”. É com base na última característica citada no parágrafo anterior que se encontra a raiz de tal idéia descabida. Primeiro, porque não é o fato de ser proprietário dos meios de produção que faz, desse trabalhador, um capitalista, pois se entende que o capital é, antes de tudo, uma relação social. O simples fato de ser proprietário do dinheiro, de máquinas, dos meios de produção, não significa que um indivíduo seja capitalista. É necessário, que esses meios de produção articulem-se com a exploração da força de trabalho com a qual será valorizado o dinheiro (capital).

Com relação ao deslocamento da questão da inserção do trabalho informal, na produção para a empresa, ou unidade econômica, assim tratada pela OIT, verifica-se que esse tipo de análise leva a um obscurecimento da relação existente entre capital e trabalho. Nesse sentido, Tavares afirma:

Desse modo, fica mais fácil negar a produtividade de certos trabalhos realizados informalmente, mas diretamente articulados à produção capitalista. Essa forma de organizar a produção, ao mesmo tempo fragmenta o trabalho e obriga-o a assumir a condição que aparenta. Com isso, certamente não se anula a mais-valia, mas a sua dissimulação serve de argumento para preservar a exploração em escala cada vez mais ampliada, conduzindo a pensar que estamos a caminho de uma organização da produção capitalista, onde todos serão capitalistas (TAVARES, 2002a, p. 53).

Outra questão controversa é a da afirmação de que o setor informal apresenta *facilidade de entrada*. Se assim fosse, não teríamos desocupados, pois qualquer um estaria apto a se inserir no mercado de trabalho. O que se vê na prática é que muitos trabalhadores forçadamente desocupados buscam, sem sucesso, crédito para abrir um pequeno negócio. ONGs como o CEAPE (Centro de apoio ao pequeno empreendimento) cujo público alvo são os trabalhadores informais, tem como diretriz financiar empreendimentos que já se encontram em funcionamento.

Na América Latina, o PME da OIT teve seus estudos dirigidos pela PREALC. Em um desses estudos, Souza e Tokman (*apud* FAGUNDES, 1992), apontam para a existência de segmentação no mercado de trabalho, identificando dois espaços de reprodução da força de trabalho integrados no mesmo mercado, ocorrendo, aí, tanto relações de competição quanto de complementaridade.

Atribuíam a segmentação do mercado aos fluxos migratórios e ao padrão tecnológico adotado, que gerava ocupações das quais sobreviviam os trabalhadores não

absorvidos nas “empresas organizadas”: **“assim, se organiza um setor econômico onde a demanda de mão-de-obra não é função do processo de acumulação de capital”** (SOUZA & TOKMAN, 1976, p. 151, grifo nosso) Prosseguem eles:

Podem-se distinguir dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano. Por um lado, encontra-se o ‘setor formal’ que concentra as atividades econômicas organizadas [...] Por outro lado, encontra-se o ‘setor informal’, que concentra os ocupados que, em geral, não exercem atividades nas empresas organizadas (Ibid., p. 152).

Nesse estudo, eles superam a visão de autonomia entre os setores, ao afirmarem que a “concepção de um mercado de trabalho formal estratificado permite visualizar o setor informal como o último elo na hierarquização da atividade econômica estabelecida pela heterogeneidade estrutural” (ibid., p. 153).

Segundo Fagundes (1992), e conforme o ensaio dos autores citados acima, a participação do trabalho informal no mercado tende a cair no caso de crescimento econômico, devendo as políticas, para o setor, promover a integração deste “à política econômica global” (idem, p. 33).

Souza, em *Salário e emprego em economias atrasadas* (1999), avança na concepção do que se entende por trabalho informal, afirmando existir diversos grau de subordinação deste ao capital,

[...] podendo ir desde o simples preenchimento de um espaço no mercado sem que haja qualquer relação de exploração ou extração de excedente, até formas mais diretas de subordinação onde estas relações existem. No primeiro caso, o núcleo capitalista da economia, nos seus movimentos de expansão e contração, vai criando, destruindo e recriando espaços no mercado a serem preenchidos pela produção não tipicamente capitalista [...] No segundo caso, temos as formas de organização diretamente vinculadas por laços de subcontratação a uma empresa capitalista ou subordinação a um único capital onde se caracteriza a superexploração da mão-de-obra (idem, p.136).

Apesar de se verificar um avanço no trabalho publicado em 1999, no que se refere ao publicado em 1976, quanto à subordinação e à relação entre o capital e o trabalho informal, ainda assim, constata-se que o autor não consegue se desprender da concepção de dependência da expansão ou redução quantitativa do trabalho informal aos ciclos de expansão e contração do capital.

Segundo Souza (*idem*), essas atividades não apresentam “qualquer relação de exploração ou extração de excedentes”, sendo intersticiais, por ocupar espaços que não despertaram interesse aos capitalistas, e subordinadas, por seu espaço econômico ser determinado pelo capital. Souza e Tockman (1976), e Cacciamali (1983) não tocam na questão da funcionalidade do trabalho informal para o capital; apenas mostram que este depende da dinâmica capitalista.

Tavares (2002) discorda de tal afirmação, quando diz, “Acerca da expansão e do modo como o trabalho informal está se relacionando com o capital, pode-se inferir que, caso essa tendência persista, a economia informal deixa de ser intersticial, como quer a teoria da subordinação, para assumir a sua funcionalidade no sistema” (2002a, p. 52).

A tese de Tavares será mais discutida na seção que trata das obras de inspiração marxista que fazem uma abordagem acerca da informalidade. Antes, porém, será apresentada uma outra visão que surge nos anos de 1980, e que, até os dias atuais, faz-se presente em obras de diversos autores da área econômica, como Paulani & Braga (2001) e Chahad (1998), este último apresentado no primeiro capítulo, na seção 1.1.2, ao se tratar da redução da discussão do trabalho informal à legislação específica que o regula.

### 2.2.1.1 Abordagem legalista

Essa abordagem procurará delimitar o fenômeno da expansão do setor informal pelo atendimento ou não das legislações fiscal, trabalhista e da previdência. Para essa corrente de pensamento, a existência das atividades informais deve-se à crise de gestão do Estado capitalista, ocorrida em decorrência do agigantamento promovido pelas políticas keynesianas.

No paradigma do *Welfare State*, o Estado assumiu uma série de funções, para assegurar a demanda efetiva capaz de afastar as crises de superprodução. Para tanto, precisava ter uma receita alta visando cumprir com suas funções, o que resultou numa alta carga tributária, que onerava os negócios, fazendo os empreendedores fugirem da organização formal.

O outro motivo que também compõe o receituário keynesiano, e que, segundo os defensores dessa “nova” visão de setor informal, também fez crescer as atividades que se firmavam fora dos marcos legais, foi a excessiva legislação trabalhista, esta mesma que está sendo derrubada tanto nos países centrais quanto nos “em vias de desenvolvimento”, como, por exemplo, o Brasil .

Observa-se que as idéias de teóricos do neoclassicismo, como as de Marshal (1988) fazem-se presentes na fundamentação dessa visão legalista de setor informal, que se desenvolve *pari passu* com as idéias neoliberais.

De acordo com essa nova concepção, o crescimento de atividades informais se deve à conjunção de dois fatores: desaceleração da atividade econômica, em meados da década de 1970 e elevação do padrão tecnológico e dos custos do trabalho, que se deu em função da rigidez de salários e dos altos encargos sociais.

Para fugir dos encargos da legislação trabalhista e da alta carga tributária necessária para nutrir o Estado keynesiano, a informalidade apresentou-se como o caminho capaz de assegurar acumulação de capital a uma parte dos empreendedores urbanos. Para freiar, e até mesmo fazer regredir o setor informal, os teóricos da nova visão de informalidade propõem a redução da carga tributária e dos gastos com os trabalhadores (flexibilização das leis trabalhistas). Essa proposta tem sido levada a frente pelo “governo dos trabalhadores”, no Brasil.

Desde a década de 1990, até os dias atuais (2003), observa-se que a idéia de flexibilização da legislação trabalhista apresenta-se como a fórmula capaz de reduzir o desemprego e a informalidade.

A questão que pode ser levantada nesse momento do trabalho é: não será a o trabalho informal o caminho encontrado pelas empresas capitalistas para redução dos custos com pessoal? Mais do que isso, não será ela um meio eficaz na extração da mais-valia absoluta? Não estarão as relações de trabalho, no mercado capitalista, aproximando-se mais da informalidade do que da formalidade?

Antes de responder essas questões, é importante frisar que as formulações acerca da informalidade, na década de 1970, e as últimas apresentadas como nova visão de informalidade, desenvolvida na década de 1980, apresentam cortes diferentes, chegando a definições distintas.

É importante salientar que as teses neoclássicas, aqui classificadas de ortodoxas, que se manifestaram atribuindo a intensidade em capital dos investimentos produtivos ao fator distorção de preços entre os fatores de produção, renasce no discurso hegemônico, aqui chamada de nova visão sobre o setor informal, como alternativa para se compreender as causas da informalidade.

No conceito desenvolvido na década de 1970, pela OIT, PREALC e diversos teóricos, faz-se o recorte focalizando a maneira como o processo de produção e trabalho se comportam, podendo também, aí, encontrarem-se as atividades clandestinas, submersas, enfim “empreendimentos” que fogem da legalidade. Na conceituação construída pela visão legalista de informalidade, na década de 1980, a questão central para definir se é atividade formal ou informal, encontra-se na condição de legalidade ou ilegalidade.

### 2.2.1.2 Avanços da visão hegemônica

Para Cacciamali (1983, 1989 e 2000), entre as principais características do setor informal, “destaca-se o elemento fundante de serem formas de organização da produção que não se baseiam em mão-de-obra assalariada para o seu funcionamento” (2000, p. 164). Logo, observa-se que a autora não parte do mesmo pressuposto apresentado no parágrafo anterior, apesar de levar em consideração o fator jurídico das relações.

Cacciamali (2000) observa que as transformações por que passa o sistema capitalista apresentam diferentes impactos nos mercados de trabalho com características estruturais diferentes. Diante dessas mudanças, o termo informal

**[...] reporta-se, ao invés de um objeto de estudo, à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições – denominado neste trabalho de processo de informalidade” (idem, 163, grifo nosso).**

A autora observa que decorrem, desse processo, principalmente, dois fenômenos que merecem ser discutidos: o primeiro é concernente às relações de trabalho no âmbito do setor formal; o segundo refere-se ao setor informal.

No primeiro, observam-se relações de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos competentes, como também contratações legais ou consensuais que selam relações de trabalho precárias. Nesse último caso, encontram-se “as cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, agências de trabalho temporário, locadora de mão-de-obra, prestação de serviços temporários dissimulada sob a forma de trabalho autônomo”(163-164). Já no segundo, inserem-se as atividades de baixa produtividade que ocupam o espaço econômico não ocupado pelas empresas capitalistas, em que predominam atividades de sobrevivência nas quais os trabalhadores, por meio do auto-emprego, conta-própria ou microempresas asseguram a sua existência (idem, 163-164).

Dessa forma, o uso do termo informalidade comporta inserções na produção que fogem da forma clássica de relação de trabalho assalariada, sendo componentes do processo de informalidade o trabalho por conta-própria, como também as diversas formas de assalariamento ilegal.

A autora verifica que, no quadro de mudanças nas relações de produção no contexto da globalização, as políticas econômicas e sociais de curto e longo prazos “devem voltar-se para as múltiplas dimensões do processo de informalidade” (idem, 171), devendo vigorar regras para o assalariamento, fiscalização e penalidades para aqueles que burlarem a lei; para o setor informal, entendido como atividades de subsistência, as políticas públicas devem ser específicas “para a sua promoção econômica” (idem, 171).

É notório o avanço que faz a autora no texto publicado em 2000, ao perceber o *processo de informalidade*, sendo o trabalho informal utilizado pelo setor formal de forma dissimulada, aparentando ser trabalho autônomo. Apesar de tal constatação, continua focalizando a unidade econômica-empresa, ao invés da relação capital-trabalho, e propõe políticas públicas que venham a conter o uso do trabalho informal no



setor formal da economia. Ora, se a exploração do trabalho informal é um meio de assegurar maior extração de mais-valia, e uso deste, pelo capital, se apresentar como tendência à expansão, pergunta-se: como inibir a exploração do trabalho desprotegido? Mais que isso, a própria conjuntura econômica e política aponta para a flexibilização das leis trabalhistas. Diante dessa constatação, acreditar na possibilidade de políticas que venham a inibir a precarização nas relações de trabalho, apresentam-se na contra-mão do movimento do capital.

Rompendo com essa visão neoclássica heterodoxa, desenvolvem-se as idéias de autores de inspiração marxista, que entendem o problema da informalidade como produto do modo de produção capitalista. Esses autores também verificam que o trabalho informal se apresenta-se como uma forma de contraposição à Lei Tendencial à Queda da Taxa de Lucro e, por isso, tendem à expansão, uma vez que reduz os custos da força de trabalho.

### **2.2.2 Visões de inspiração marxista**

Nesta seção serão enfocadas as abordagens de inspiração marxista acerca de heterogeneidade das formas de inserção da força de trabalho na produção de bens e serviços. A investigação parte de trabalhos publicados a partir da década de 1970, quando a discussão sobre a segmentação do mercado de trabalho nos países periféricos ganha notoriedade.

Para essa corrente de pensamento, o excedente de força de trabalho que se avoluma, principalmente, a partir da década de 1970, nos países periféricos, decorre das relações entre o centro e a periferia, em que o primeiro recebe recursos (transferência), via comércio internacional, oriundos dos países periféricos. Dessa forma, apontam não

apenas para a tecnologia (elevação da composição orgânica do capital) como responsável pelas altas taxas de desemprego e pela segmentação do mercado de trabalho, como também para a transferência de renda da periferia para o centro.

Diferente da tese hegemônica, apresentada no tópico 2.1, eles entendiam que o padrão tecnológico adotado pelos países periféricos, não é visto como inadequado para a geração de emprego, mas, sim, são tecnologias utilizadas devido à necessidade de reprodução ampliada do capital, diante das oposições  $KxK$  e  $KxT$ .

É nesse sentido que apontam o trabalho de Oliveira publicado em 1972 bem como o de Singer, 1977 (*apud* FAGUNDES, 1992). Neles, é defendida a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo leva a um processo de introdução de formas de produção novas no arcaico e de relações atrasadas no moderno. Ao contrário do que acreditavam os teóricos neoclássicos ortodoxos, tanto o segmento moderno (organizado) quanto o atrasado (não-organizado) derivam do sistema capitalista.

Esses autores rompem com a análise dualista, ao afirmarem que a heterogeneidade do mercado de trabalho é resultado das relações capitalistas de produção, estando estas interligadas. Mais do que isso, eles defenderam a idéia de “uma funcionalidade perfeita da produção não capitalista para a valorização do capital” (*ib.*, p. 37).

Com relação às funções atribuídas ao “setor informal” no processo de desenvolvimento do capitalismo, na década de 1970, eles destacam:

[...] o papel de locus de sobrevivência da força de trabalho de reserva para os momentos de aceleração no ritmo de acumulação; o rebaixamento do custo de produção da força de trabalho para o capital, através do barateamento do valor de certos bens de consumo, ofertados pelo setor informal a preços relativamente inferiores aos que vigorariam se a demanda fosse suprida pela produção capitalista, em virtude da sub-remuneração do trabalho e do “capital”; atendimento da demanda de bens e serviços nos casos em que os requisitos de lucratividade obstaculizam a realização de investimento capitalista;

redução dos custos de produção de determinadas empresas que se beneficiam de eventuais vantagens relativas dos sistemas de produção familiar por encomenda ou subcontratações; elo na cadeia de comercialização de produtos industriais (ib., p. 38).

É certo que não se pode generalizar tais funcionalidades para todas as formas de produção entendidas com integrantes do “setor informal”. Mas, mesmo que a atividade informal não se identifique com as funcionalidades apresentadas, certamente ela se enquadrará na condição de gerar ocupação que tende a diminuir a pressão social e, por conseguinte, afasta a possibilidade de uma convulsão social. Isto por que, ao se encontrar ocupado, mesmo com um pífio rendimento, o trabalhador alimentará esperanças de dias melhores e até de se tornar, no futuro, um grande capitalista, pois, hoje ele já é autônomo; amanhã, quem sabe ele não se tornará um empresário bem sucedido?!

Estudos mais recentes também apontam para a sustentação dessa concepção teórica sobre a heterogeneidade do mercado de trabalho. No estudo feito por Malaguti (2001), observa-se a contraposição com relação às abordagens dualistas (setores formal e informal). No seu trabalho, a informalidade é entendida como um conjunto de atividades, que engloba o setor informal (entendido setor informal composto por atividade de sobrevivência) como um subconjunto da informalidade.

Ele remete o estudo sobre o trabalho informal para uma pesquisa orientada para a totalidade, na qual formal e informal se interrelacionam e são elementos essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, rompendo, assim, com a idéia de setor informal isolado e como sinônimo de atraso e subdesenvolvimento. Como diz Malaguti (id., 101), “Fica estabelecido, pois, que a formalidade penetra o ‘setor informal’, nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um ‘setor’ sem o ‘outro’, parece-nos, na prática, inconcebível”. Ele questiona os conceitos e categorias vigentes e

defende, em sua tese, que os trabalhadores que se encontram, tanto em um setor como no outro, “[...]estão submetidos a um conjunto de valores e normas que compõem a ideologia do sistema salarial” (ibid., p. 167).

Com isso, ele levanta a questão de que, mesmo com a redução da participação dos assalariados com carteira assinada no mercado de trabalho, o salário que predomina no “setor formal” é a referência de remuneração para os trabalhadores informais.

Muito embora se indique que um dos pilares do capitalismo, o trabalho assalariado, caminhe para sua extinção, ou passe a representar uma insignificante massa de trabalhadores nessa categoria, verifica-se que novas formas de exploração que utilizam o referencial do salário, para manter a extração de mais-valia, encontram-se em ascensão. Como diz Malaguti quando se refere aos trabalhadores independentes e assalariados “[...] não seriam todos assalariados em idéia?” (ibid., p. 168).

Nesse sentido, declara Tavares: “Toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a condição formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadorias consubstancia trabalho informal” (TAVARES, 2002a, p. 52). Partindo da análise capital-trabalho, o que se poderia dizer das relações de trabalho engendradas por empresas como a Nike, que tem sua produção organizada em diversos países de continentes diferentes, fazendo uso de diversas formas de relações de trabalho nas quais, muitas vezes, não fica explícita a relação de assalariamento, como, por exemplo, o trabalho domiciliar, a terceirização, entre outros?<sup>41</sup>

Tavares (2002) desenvolve sua investigação na elucidação das novas formas de exploração do trabalho na contemporaneidade. A autora critica a posição dualista setor formal-informal adotada pelos pesquisadores da OIT (1972), que deslocou o debate do

---

<sup>41</sup> Cacciamali (2000) faz referência à empresa citada como uma tendência que está sendo seguida por diversas outras empresas.

campo da economia política para o da política econômica, por entenderem que é o Estado que deve tratar do problema, ao mesmo tempo em que defendem o apoio a expansão das atividades informais (entendidas como atividade de sobrevivência).

Se as personificações do capital, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), procuram deslocar a problemática do mercado de trabalho do campo da economia para o campo social, Tavares (*idem*) chama a discussão para o campo da economia política,

[...] o impulso da lei do valor ora convoca, ora libera trabalhadores, ora os assalaria, ora usa sua força de trabalho na clandestinidade, dando-lhes em troca situações ilusórias, como a idéia de autonomia que se apóia na dualidade econômica, argumento que não se funda na prática social, como o que fica demonstrado o equívoco que é discutir o ‘setor informal’ enquanto um conceito fechado que não dá conta da realidade. Procede, então, analisarmos o trabalho informal ou os ‘empregos informais’, que constituem o que estamos chamando de ‘nova informalidade’ (TAVARES, 2002: pp. 36-37).

Ela destaca a insustentabilidade teórica da idéia de setor, uma vez que um setor não deve agrupar, no seu interior, atividades tão díspares como as que se observam no “setor informal”. Recusa a idéia de que o trabalho informal se restringe às atividades de sobrevivência” (*idem*, 2002a, p. 52), desloca a discussão para o trabalho informal que se realiza no interior da produção capitalista<sup>42</sup>. Feito isso, encontra-se a explicação para a expansão do trabalho informal, constata-se funcionalidade do trabalho informal. É verificada a ocorrência de trabalho informal no “núcleo formal” e, este trabalho informal que aí se realiza, será denominado de “nova informalidade”, “fenômeno integrado à dinâmica capitalista” (*idem*, 30).

---

<sup>42</sup> Tavares (2002), partindo da concepção setorialista, afirma que seria necessário classificar as atividades informais em dois segmentos: um, atrasado, em que se encontram as atividades de sobrevivência, e outro, moderno, no qual o trabalho informal realiza-se no interior da produção capitalista.

Os trabalhos de Malaguti (2001) e Tavares (2002) são de grande importância para o entendimento das formas encontradas pelo capital, para se contrapor a mais uma crise estrutural que se desenvolve. O primeiro autor, amplia o conceito, levanta a questão do assalariamento em idéia, verifica as relações entre grande capital e trabalho. Tavares (2002, 2002a), centra sua investigação, principalmente, em desvendar as “novas” formas encontradas pelos capitalistas de extrair mais-valia absoluta via trabalho informal, ou da “nova informalidade”.

Tavares (2002, 2002a), verifica que o avanço do capitalismo não destruiu todas as formas de organização da produção que não são próprias deste, mas, pelo contrário, vem fazendo uso de formas arcaicas de extrair a mais-valia absoluta.

Diante das teses aqui analisadas, constatou-se que a visão de autores de inspiração marxista sobre o trabalho informal, apresenta maior coerência quando se contrasta essas teses com a realidade, pelos seguintes motivos: primeiro porque, à luz da teoria marxista, aqueles autores perceberam que a informalidade não seria passageira como queriam os neoclássicos, na sua primeira versão, em que apontavam para a industrialização como solução para o desemprego e, por conseguinte, redução do informal; segundo, concluíram que a expansão do trabalho informal não se dava apenas porque este estaria subordinado à dinâmica capitalista, mas, principalmente porque as atividades classificadas de informais são produto da dinâmica capitalista e estão inseridas na produção moderna (setor protegido, organizado, etc.); terceiro, já na década de 1970, constataram a funcionalidade do mesmo, a exemplo do aprofundamento dos estudos feito por Malagutti (2001) e Tavares (2002).

Até aqui, pode-se afirmar que a existência do trabalho informal não é nova; o que é novo é o contexto em que ele está inserido, e a forma de compreendê-lo, no campo das

ciências humanas e sociais. Assim como a dinâmica do desemprego acompanha o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho informal também avança com este.

Corroborando com a idéia que nega o setor informal como um fenômeno recente, Joan Robinson, na década de 1930, verificou que os trabalhadores desempregados desenvolviam atividades autônomas, com características bem parecidas com o que ficou conhecido, no terceiro quartel do século XX, como “setor informal”. Na ocasião, ela cunhou o termo “desemprego disfarçado”, para as atividades de baixa produtividade e baixo rendimento (FAGUNDES, 1992).

Quando o *mainstream econômico* reconheceu que o desenvolvimento do capitalismo estava gerando ou recriando formas arcaicas de ocupação da força de trabalho, entendeu que isso se dava em função da rigidez dos salários e da proteção social, sendo responsáveis, pela segmentação do mercado de trabalho, os sindicatos e o governo. Outros neoclássicos afirmavam ser produto da adoção de modelos de desenvolvimento inadequados, sendo o setor informal uma anomalia do sistema de capital, passível de correção. O remédio era a industrialização. Verifica-se que os teóricos neoclássicos atribuem sempre as causas do crescimento do “setor informal” a fatores exógenos, nunca o reconhecendo como um produto do próprio metabolismo do sistema capitalista.

Contudo, quando perceberam que a industrialização dos países periféricos não reduziu o “setor informal”, surgiu uma corrente que ressuscitou as teses de Marshal (1988), recolocando, na ordem do discurso (neo)liberal, a interpretação neoclássica sobre os desajustes no mercado de trabalho. Os que assim o fizeram entendem que, para resolver o problema da informalidade, basta flexibilizar as leis trabalhistas, pois, com a redução dos encargos, os capitalistas voltarão a contratar trabalhadores.

Verifica-se que a inconsistência dos pensadores de base neoclássica leva-os, num momento, a atribuir o fenômeno da informalidade a um determinado fator (distorção nos preços dos fatores) e, no momento seguinte, já admitem ser outro o elemento responsável (padrão tecnológico inadequado), para, depois, voltarem ao ponto de partida, apontando um elemento que já foi apresentado (alto custo do fator trabalho).

No que se refere à questão *Por que o trabalho informal tem se expandido?*, com a ampliação do conceito, pode-se adicionar mais elementos que ajudam a compreender a expansão, restando, ainda, uma análise das implicações da crise do capital nas transformações no mercado de trabalho.

Verifica-se que trabalho informal refere-se não só às atividades de sobrevivência, como também aos empregos informais, ao trabalho independente, assim como aos trabalhadores terceirizados, cooperados, conta-própria, dentre outros. Trabalhando com essa definição mais abrangente de informalidade, que centra a atenção para o processo de produção de mercadorias e para a relação capital-trabalho, é possível avançar da simples constatação fenomênica de que o trabalhador está vendendo mercadorias (bens e serviços), para o entendimento de que ele pode também estar vendendo, na verdade, trabalho plasmado nos produtos semi-elaborados que aparecem como mercadorias.

Por ser o trabalho, no capitalismo, o único capaz de gerar mais-valor, não pode o capitalista se desfazer dele. Logo, uma forma que venha a aumentar a extração de mais-valor absoluta é sempre bem vinda para o capital. A “nova informalidade” apresenta-se como uma forma encontrada, pelos capitalistas, de se contraporem à tendência ao descenso da taxa de lucro.

Dessa forma, não se vêem motivos para a extinção do trabalho informal. Primeiro, porque é própria do capitalismo a produção da superpopulação relativa, *locus* de germinação do trabalho informal; segundo, porque o metabolismo do capital tem



capacidade de se apropriar do resultado do trabalho gerado no processo de informalidade, mesmo quando, aparentemente, o trabalhador está a vender mercadorias; e o terceiro motivo pode ser atribuído ao fato de que o trabalho informal tende a se expandir por incentivo das políticas públicas defendidas pelos neoliberais, como, por exemplo, a flexibilização das leis trabalhistas.

Feita a análise da definição do trabalho informal e aprofundada a compreensão dos motivos que levam à expansão do trabalho informal, a investigação ocupar-se-á, no próximo capítulo, em entender as transformações no mundo do trabalho, com base na crise do capitalismo, que tem levado à expansão da informalidade do trabalho. Será apresentado também, como se dá a relação entre o trabalho informal e o capital.

### CAPÍTULO III

#### 3. O processo de subsunção do trabalho informal ao capital

Na exposição feita até aqui, foi apresentado o processo que deu origem à formação do mercado de trabalho no capitalismo, no qual se realiza não apenas a simples troca entre ofertante e demandante da força de trabalho, mas se confirma a relação entre explorador e explorado necessária para a valorização do capital. No modo de produção capitalista, o mercado de trabalho apresenta-se como o espaço que assegura, de um lado, a oferta de força de trabalho como condição imposta aos trabalhadores pelo desenvolvimento do capitalismo; do outro lado, o demandante, que compra a única mercadoria capaz de valorizar o capital.

O motor do capitalismo é a produção de mais-valia, e a única força capaz de gerá-la tem sua fonte no trabalho humano. Quando o trabalhador põe à venda sua força de trabalho, para assegurar sua sobrevivência, proporciona, ao mesmo tempo, a condição fundamental para a valorização do valor. O mercado aparece apenas como um instrumento, como um meio pelo qual o capital pode imprimir a sua dinâmica. Sendo assim, para se entender as transformações que ocorrem no mercado de trabalho, a atenção deve se voltar para a relação entre capital e trabalho, regida por leis intrínsecas ao capitalismo.

Foi apresentado, no primeiro capítulo, o processo de germinação e desenvolvimento do capitalismo, quando se destacou a produção da superpopulação relativa e a sua funcionalidade para o sistema, defendendo-se que, a partir dessa superpopulação, geram-se as condições sistêmicas para a expansão do trabalho informal. Em seguida, expuseram-se as teses que tratam da questão do desemprego e que serviram (e servem) de fundamentação para as idéias acerca da segmentação do

mercado de trabalho nos países periféricos. Naquele momento, constatou-se a inconsistência teórica das idéias fundamentadas no (neo)classicismo com respeito à heterogeneidade do mercado de trabalho e à construção do conceito de setor informal. Sobre este ponto, analisando-se as construções teóricas desenvolvidas por autores de inspiração marxista, percebeu-se que as suas teses apresentam maior consistência, tanto intrínseca (modelo teórico) quanto extrínseca, quando contrastada com a realidade.

Partindo da concepção de informalidade, exposta no último tópico do capítulo anterior, chega-se à conclusão de que se faz necessária a ampliação do conceito, passando este a incorporar as relações entre capital e trabalho, nas quais, explícita ou implicitamente desenvolvem-se relações de trabalho denominadas de informais. Portanto, o que vai definir se a atividade de trabalho é informal ou não é a forma como se dá a relação entre capital e trabalho, devendo a análise considerar como a relação capital-trabalho manifesta-se de imediato, e como ocorrem suas mediações.

A seguir, este estudo apresentará o impacto da crise iniciada na década de 1970, no mercado de trabalho, e por que ela contribui para o processo que tem levado à expansão do trabalho informal de modo geral e, em particular, da nova informalidade no contexto da acumulação flexível. Feito isto, será, então, aduzido o modo como se dá a funcionalidade e a subsunção do trabalho informal ao capital.

### **3.1 Crise capitalista e a expansão trabalho informal**

A crise dos anos de 1970 foi reveladora do esgotamento de um regime de acumulação — fordismo-keynesianismo — e impulsionadora do desenvolvimento de um outro regime, a acumulação flexível. Neste novo regime de acumulação, identificam-se, além das causas já apresentadas nos capítulos anteriores, outros fatores

que levam a expansão do trabalho informal, principalmente daquelas atividades classificadas de “nova informalidade”.

Nesse contexto, o desemprego avança e o modelo de Estado — promotor do investimento, fomentador do emprego e regulador do consumo em massa — esgota-se. Surgem diversas interpretações da crise e as transformações dela decorrentes. Num quadro de crescente desemprego da força de trabalho, são sugeridas, como forma para se sair da crise atual, propostas de fundamentação teórica keynesianas e neoliberais. Os defensores da primeira propõem maior intervenção do Estado, o fim dos monopólios, e a aceleração do crescimento. Já as sugestões de orientação neoliberal apontam para a necessidade do Estado mínimo, flexibilização das leis trabalhistas, do fortalecimento do livre mercado, do apoio à economia informal e da economia solidária.

Ora, defender tais propostas é desconsiderar a existência de leis de acumulação do sistema capitalista, que têm, como fundamento, a exploração do trabalho. Para aumentarem a acumulação, os capitalistas buscam elevar a taxa de extração de mais-valia<sup>43</sup> (relativa e absoluta). O aumento da exploração, via extração de mais-valia relativa, tende a provocar elevação da composição orgânica do capital<sup>44</sup>, tendo, assim redução da fonte original do lucro que é o trabalho. A elevação da taxa de exploração, via extração da mais-valia absoluta, tem seus limites na oposição capital *versus* trabalho, bem como, no limite natural da duração da jornada de trabalho humanamente possível.

Propor uma política de combate aos monopólios pode parecer uma saída viável, no entanto, este tipo de argumentação significa a não compreensão da dinâmica

<sup>43</sup> A taxa mede a razão entre trabalho excedente e trabalho necessário,  $m' = m/v$ , onde  $m'$  é a taxa de mais-valia;  $m$ , a mais-valia, e  $v$ , o capital variável. Essa taxa pode ser elevada por meio do prolongamento da jornada de trabalho, do aumento de produtividade e por uma redução do salário real. Em alguns momentos, os três fatores podem atuar em diversas combinações, e, em outros, momentos isoladamente.

<sup>44</sup> O aumento da COK ( $q = c/c+v$ ) tem um limite, que ocorre em função da impossibilidade real de se eliminar por completo o trabalho humano do processo produtivo (CASTELLS, 1979).

capitalista, que conduz à formação de monopólios, pois, a acumulação de capital leva, tendencialmente, ao crescimento dos recursos em mãos de capitalistas individuais (concentração de capitais). A concorrência entre os capitalistas (*K versus K*) leva à expropriação de capitalistas por capitalistas e, por conseguinte, à centralização do capital<sup>45</sup> (MARX, 1996), sendo uma tendência do sistema a centralização de capital e a formação de monopólios e oligopólios, assim como defender a viabilidade da livre concorrência<sup>46</sup>, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Mais do que isso, como afirma Braudel (1986), os monopólios e oligopólios fazem parte da cúpula, ocupam o *último andar e*, justamente aí, o poder e o dinheiro se encontram. Acreditar, pois, que, no capitalismo, o Estado aplique políticas que venham a desestabilizar os seus aliados parece ingenuidade!

Argumentos em favor do retorno do Estado promotor do desenvolvimento e controlador da demanda efetiva parecem também uma proposta inviável. Isso porque, como visto, a perda de controle, por parte do Estado, sobre a demanda efetiva e o processo de monopolização industrial é consequência do desenvolvimento do capitalismo. O controle relativo que o Estado teve da economia, no período do keynesiano-fordista, resultou das exigências da fase de acumulação de capital, quando esta requeria um mercado consumidor sob controle, que viesse a assegurar a demanda pelos bens e serviços produzidos em larga escala pelos monopólios ora em ascensão. Passada esta fase, por esgotamento do modelo de acumulação de capital, desenvolve-se uma outra em que o capital “reclama” por maior flexibilização dos mercados.

---

<sup>45</sup> Contribuem, para a centralização do capital, a concorrência, sob a forma de guerra de preços, permite ao grande capital, mais eficiente, destruir o pequeno; o crédito agiliza a reunião de recursos que se encontram dispersos na economia mundial.

<sup>46</sup> No que se refere a essa questão, Lênin, em *Imperialismo fase superior do capitalismo* (1979), crítica Kautsky ao propor o fim dos monopólios. Mesmo que por meio da intervenção estatal acontecesse uma contratendência, essa seria passageira, e, logo, os grandes capitais voltariam a controlar a esfera da economia que lhes interessa.

Diante do processo de mundialização da economia (tendência do sistema de acumulação de capital), o Estado perde o controle sobre a oferta e a demanda no mercado interno, não só de bens e serviços, como também do mercado financeiro, no que se refere ao crédito e ao investimento, elementos fundamentais para estimular a economia. Logo, a defesa de um Estado Keynesiano, promotor do crescimento econômico e fomentador do emprego, apresenta-se inadequada para o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Mais que isso, o crescimento econômico na atual fase do movimento de capitais não assegura a redução das taxas de desemprego, uma vez que os novos investimentos são intensivos em capital.

O apoio à economia informal, entretanto, parece adequado, uma vez que o próprio momento de reprodução ampliada do capital requer formas de trabalho mais flexíveis, que tornem possível fugir-se da legislação trabalhista, que impõe uma série de restrições à acumulação de capital. Verifica-se que os trabalhadores informais não apresentam grande resistência à questões como: exploração do trabalho infantil e ampliação da jornada de trabalho para além das oito horas diárias, como também à ausência de direitos trabalhistas. Com relação à economia solidária, soa bastante estranho, no modo de produção capitalista, o desenvolvimento da solidariedade num espaço econômico que produz individualidades “essencialmente” egoístas. Modo de produção no qual, para os empreendimentos continuarem a existir, precisam: explorar diretamente o trabalho do próximo; sugar até a última gota de energia de que dispõem o trabalhador, além de lhe extrair, ao máximo, o sobretrabalho.

Apesar de aceita e estimulada pelo próprio sistema capitalista, a expansão do trabalho informal não representa a solução para a crise sistêmica, mas apenas um meio encontrado, no momento, de assegurar a taxa de lucro em um patamar atrativo para os capitalistas e evitar uma grande convulsão social do lado do trabalho.

No que se refere à crise, pode-se imaginar que esta seja passageira e que no futuro todos estarão melhores! A modernidade, a tecnologia, a globalização resolverão os problemas da humanidade. Mas, não é isso que parece ser! E uma análise mais apurada da dinâmica do modo de produção capitalista mostrará que é própria deste sistema, a produção de desemprego<sup>47</sup>, de exclusão e de pobreza para a maior parte da humanidade.

Partindo do fato de que a tendência histórica do capitalismo aponta para a acumulação, concentração e centralização de capital, e, em paralelo, dá-se a elevação da composição orgânica do capital — isto é, o aumento da importância do capital constante frente ao capital variável e elevação da participação do capital constante no capital total —, conclui-se que o capital “tende a criar as condições sociais que conduzem ao que se constitui seu limite histórico” (CASTELLS, 1979, p. 94). Nesse sentido, diz Marx:

A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, na medida em que acarreta a concentração dos trabalhos em grande escala e com isso composição mais alta do capital. A queda da taxa de lucro por sua vez acelera a concentração do capital e sua centralização, expropriando-se os capitalistas menores, tomando-se dos produtores diretos remanescentes o que ainda existia para expropriar. Assim acelera-se a acumulação, em seu volume, embora sua taxa diminua com a queda da taxa de lucro (s.d. l. 3, v. 4, p. 278).

A tendência à queda da taxa média de lucro deriva do capital constante tender, progressivamente, a ocupar um espaço cada vez maior no processo de produção e, em paralelo, o capital variável sofrer redução relativa frente ao constante.

Uma observação importante a ser feita é que um aumento da taxa de mais-valia eleva a taxa de lucro caso a composição orgânica do capital permaneça inalterada.

---

<sup>47</sup> Observa-se que desde sua germinação o capitalismo promoveu a desocupação de parcela significativa da força de trabalho. Sobre esse ponto, este trabalho ocupou-se na apresentação do primeiro capítulo. Já no desenvolvimento do capitalismo até os dias atuais, constata-se a tendência à inovação tecnológica e a conseqüente substituição de trabalho humano por máquinas, ou seja, o sistema tende a torna-se cada vez mais intensivo em capital, como afirma Marx (1996), em que no capitalismo a composição orgânica do capital tende a elevar-se.

Entretanto, a concorrência capital *versus* capital não permite essa constância. Como já foi dito, o sistema caminha para a concentração e centralização de capital, e isso se dá devido à necessidade do capitalista superar o seu concorrente e ganhar mercado. Para tanto, precisa desenvolver formas de organização da produção que aumentem a produtividade e permitam, ao capitalista mais eficiente, a redução dos custos de produção que, no primeiro momento, permitirá um lucro extra. Pode também, ocorrer uma redução dos preços dos bens, fazendo com que o capital mais eficiente supere o menos eficiente e, com isso, domine o mercado, permitindo que este acumule mais, aumentando, assim, a concentração de capitais.

Marx (1996) afirma que a queda da taxa de lucro não se dá porque o trabalho se torna mais improdutivo e, sim, mais produtivo. A dinâmica capitalista caminha em direção à adoção de inovações técnicas que elevam a produtividade. Com a mudança na composição orgânica do capital, cada vez mais o capital variável diminui proporcionalmente ao capital total. Mesmo com o aumento da parte não paga do trabalho, este se dá sobre uma base cada vez menor, em relação ao capital global. Ainda de acordo com Marx, identifica-se, no processo de desenvolvimento do capitalismo, o aumento da importância relativa do capital constante, frente ao capital variável. Ele observa que é própria do modo de produção capitalista a tendência ao aumento da composição orgânica do capital (o sistema tende a se tornar capital intensivo). Esse aumento gradual do capital constante sobre o capital variável é acompanhado pelo aumento da produtividade do trabalho, o que leva, mantida a taxa de mais valia, à queda da taxa de lucro e, por conseguinte, a crises.

Observa-se, também, que existem fatores que se contrapõem ao declínio da taxa de lucro. Esses mecanismos são utilizados para evitar ou para reverter as crises econômicas. Para tanto, os capitalistas buscarão: aumentar o grau de exploração do



trabalho; a produção da superpopulação relativa e a redução dos salários; a baixa dos preços dos elementos do capital constante; a expansão do comércio exterior; e o aumento do capital em ações (MARX, s.d.).

No caso aqui em análise, serão apresentados os efeitos dos dois primeiros fatores<sup>48</sup>, citados no parágrafo anterior, que se contrapõem à Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro<sup>49</sup>, por entender que estes têm forte impacto no mercado de trabalho e, por conseguinte, no trabalho informal.

O aumento da exploração pode se dar via aumento da mais valia absoluta (ampliação da jornada de trabalho) e (ou) da mais valia relativa (intensidade do trabalho). Os meios de produzir mais-valia relativa (intensificação do trabalho) tendem a converter a maior quantidade possível de determinada massa de trabalho em mais-valia. O aumento da mais-valia relativa aponta para o emprego de uma menor quantidade de trabalhadores em relação ao capital adiantado. Assim, os mesmos fatores que permitem elevar o grau de exploração do trabalho impedem que se explore, com o mesmo capital global, a mesma quantidade anterior de trabalho.

No que se refere à mais valia-absoluta, verifica-se que o prolongamento da jornada de trabalho faz aumentar a massa de trabalho excedente extraído sem, necessariamente, ter ocorrido aumento na composição orgânica do capital. Esse é um mecanismo que tem se mostrado eficiente na contraposição da tendência à queda da

---

<sup>48</sup> Nesse momento, é bom salientar que a ordenação da exposição dos fatores não se dá em função da importância dos mesmos ou que eles atendam a uma ordem temporal. Esses fatores podem atuar todos ao mesmo tempo ou existir alguma combinação entre eles. Isso vai depender da fase de desenvolvimento do capitalismo e da forma de acumulação em processo.

<sup>49</sup> Castells (1979), ao analisar as teses e suas evidências empíricas contra a teoria do descenso da taxa de lucro, aponta para a existência de *obstáculos epistemológicos que estão na base da tentativa de verificação do processo de acumulação de capital* (1979, p.63-64). Afirma ele *que nenhum estudo sobre os EUA, Grã-Bretanha ou França pode oferecer resposta empírica que estamos buscando* (1979, p. 64). Levando em consideração que a análise da teoria marxista dá-se em escala mundial, como podem os apologetas do capital contraporem-se à teoria marxista das crises, com suas análises localizadas e sem articulação entre as diversas economias? Para Castells (1979), *a polêmica é formal e possui marcas de um ritual acadêmico*. Ele ainda chama a atenção de que a Lei da Tendência à Queda da Taxa de Lucro, como o próprio enunciado da Lei apresenta, é tendencial, existindo elementos que a ela se contrapõem. Sobre as contratendências, ver Marx, *O Capital* (1996), capítulo XIV, Livro terceiro, volume V.

taxa de lucro. Assim sendo, o capital vai desenvolver estratégias que terão, na extração da mais-valia absoluta, o seu principal objetivo, sem, com isso, abrir mão de mecanismos que elevem os ganhos de produtividade por meio da extração da mais-valia relativa. É quando o capital volta sua estratégia para a extração da mais-valia, utilizando-se do prolongamento da jornada de trabalho, que as formas de trabalho precário (nestas, o trabalho informal merece destaque) vão se expandir. Esses mecanismos importantes, utilizados pelos capitalistas no processo de produção global, para reverter os períodos em que ocorrem as crises que “não são nada mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito” (MARX, s.d. p, 286, I III, V. 4).

Por exemplo: para sair da crise da década de 1970, quando o regime de acumulação baseado no keynesianismo e no fordismo esgotou-se, a solução encontrada pelo capital foi a flexibilização da produção, como a forma de se contrapor à tendência ao descenso da taxa de lucro:

Se cai a taxa de lucro, o capital se torna tenso, o que transparece no propósito de cada capitalista de reduzir, com melhores métodos, etc., o valor individual de suas mercadorias abaixo do valor médio social, e assim fazer um lucro extra, na base do preço estabelecido pelo mercado; ocorrerá ainda especulação geralmente favorecida pelas tentativas apaixonadas de experimentar novos métodos de produção, novos investimentos de capital, novas aventuras, a fim de obter um lucro extra qualquer, que não dependa da média geral e a ultrapasse (MARX, s.d, p.297).

Conforme apontado por Marx, um dos caminhos de que o capital se utiliza para transpor a crise é reduzir, por meio de métodos mais eficazes, o preço individual das mercadorias. O capitalista buscará novos métodos de produção para obter lucros acima da taxa média corrente.

O esgotamento do regime de acumulação keynesiano-fordista significou a crise do sistema capitalista, nos anos de 1970, tendo, como seu epicentro, a queda da taxa de lucro. A acumulação flexível apresentou-se como o “ajuste” capaz de fazer a economia superar a crise, elevar a taxa média de lucro, uma vez que,

[...] a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx. A primeira, chamada de mais-valia absoluta, apóia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta da acumulação flexível de capital. [...] Nos termos da segunda estratégia, denominada mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho. Também aqui a violência proliferante dos investimentos, que cortou o emprego e os custos do trabalho em todas as indústrias [...] (HARVEY, 1998, p. 174).

Dessa forma, a acumulação flexível do capital é o recurso encontrado pelo sistema capitalista para sair da crise em que mergulhara a economia mundial, no último quartel do século XX, uma vez que a acumulação flexível possibilita a combinação das duas estratégias de extração da mais-valia, a absoluta e a relativa (HARVEY, 1998). A novidade, no entanto, deve-se à flexibilidade do mercado de trabalho.

No período marcado pelo keynesianismo-fordismo, a rigidez do mercado de trabalho e a intervenção estatal não permitiam a ampliação da extração da mais-valia absoluta. Pelo contrário, apresentava-se, como tendência, a redução da jornada de trabalho, uma vez que:

A evolução da jornada de trabalho apresenta uma impressionante homogeneidade internacional [...]. Em 1865, o movimento operário já tinha conseguido reduzir esse total, em média, a 3000 horas por ano. E esta tendência reducionista vai prosseguir durante um século. Em 1960, a duração anual do trabalho já estava entre 2000 a 2100 horas [...]. Na maioria dos países da OCDE, o movimento de redução pára em torno de 1980-82 (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p. 79).

A estagnação na redução da jornada de trabalho se dá na nova fase do capitalismo (acumulação flexível), na qual ressurgem as velhas formas de extração da mais-valia, que possibilitam a ampliação da jornada de trabalho. Isto é facilitado pela *superoferta* de força de trabalho no mercado, produto do desenvolvimento das forças produtivas, e, pelo processo que leva à fragilização do Estado interventor e dos sindicatos.

A acumulação flexível levou a uma redução do emprego formal, tornando o trabalhador mais frágil na relação capital-trabalho. Com a crise, o ajustamento deu-se via reestruturação das relações capital *versus* capital estatal (rentismo parasitário), capital *versus* trabalho (elevação da taxa de mais-valia que se deu via arrocho salarial e elevação da produtividade sem redução da jornada de trabalho) bem como por meio da desapropriação do Estado (processo de privatização que ocorre nos países subdesenvolvidos) (XAVIER, 2000).

O Estado não mais alavanca a reconversão produtiva de capitais, ao contrário, passou a impulsionar a inatividade, o rentismo e o parasitismo do capital financeiro, acelerando a centralização privada capitalista, que permite uma maior acumulação de capital e maior controle do mercado por parte de conglomerados econômicos (XAVIER, 2000).

Nesse sentido, Ramonet (1998) afirma que esses conglomerados servem-se dos Estados locais para assegurarem a realização da mais-valia pela dominação do mercado mundial. Mais do que isso: “Em uma economia global, o papel do Estado é

desconfortável. Já não controla o câmbio, nem os fluxos de capital, de informações ou de mercadorias [...]” (RAMONET, 1998, p. 57). No campo da economia real, continua ele, “[...] se se considera o volume de negócios global, das 200 principais empresas do planeta, seu montante representa mais de 25% da atividade econômica mundial; e, no entanto, essas 200 firmas empregam apenas 18,8 milhões de assalariados, ou seja, menos de 0,75% da mão de obra planetária [...]” (1998, *ibid.*, p. 59).

Para se ter a compreensão da dimensão do poder econômico e político dessas empresas, considere-se, por exemplo, que:

O volume de negócios da General Motors é mais elevado que o Produto Nacional Bruto (PNB) da Dinamarca; o da Ford é mais importante do que o da África do Sul; e o da Toyota supera o PNB da Noruega. [...] Assim, a realidade do novo poder mundial escapa amplamente aos Estados. A globalização e a desregulamentação da economia favorecem a emergência de novos poderes que, com a ajuda das tecnologias modernas, transbordam e transgridem incessantemente, as estruturas estatais (RAMONET, 1998 , p. 60).

Esse processo resulta numa maior acumulação, e, conseqüentemente, contribui para a elevação da composição orgânica do capital que, juntamente com os cortes de investimentos estatais, reduz a oportunidade de emprego para os trabalhadores. Assim, são excluídos do mercado de trabalho formal, restando-lhes, então, ocupações precárias (trabalho informal) e ócio forçado.

Sob o controle dos conglomerados e das idéias neoliberais, nos EUA, por exemplo, os trabalhadores estão trabalhando mais horas hoje do que na década de 1960 — um percentual maior que 25% dos trabalhadores em tempo integral, tem trabalhado 49 horas por semana ou mais (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002).

Verifica-se que, entre 1980 e 1995, período de desenvolvimento mais intenso do novo regime de acumulação (acumulação flexível – toyotismo – fordismo híbrido)<sup>50</sup>, a taxa de desemprego na Europa passou de 6% para 12%; na União Européia, 11% da população ativa encontra-se desempregada, o equivalente a 18 milhões de trabalhadores (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002).

Com a acumulação flexível, a mais-valia absoluta volta a ter uma posição importante na formação do lucro dos capitalistas. Isso vai permitir, associado a outros fatores, que as empresas freiem a queda da taxa de lucro. Por outro lado, a exploração do trabalho, volta a se dar tanto pela maior intensidade, como pela elevação da jornada de trabalho, e, mais tarde, pela flexibilização das leis trabalhistas. Resulta, para o trabalhador, o decréscimo no número de postos de trabalho e a precarização dos que surgem. Vê-se, também, a retomada de formas de superexploração aparentemente superadas, como, por exemplo, o trabalho domiciliar.

Corroborando a idéia até aqui desenvolvida, faz-se necessário citar Harvey (1998, p. 175), que chama a atenção para o retorno dos

[...] sistemas de trabalho domésticos, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado. O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do ‘teletransporte’, bem como o **enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado**, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que o sistema de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade [...] (HARVEY, 1998: 175. Grifo nosso).

---

<sup>50</sup> Uma discussão sobre a coexistência e a hegemonia entre os regimes de acumulação pode ser vista em Antunes (2000).

Harvey (1998) constata que, sob o regime de acumulação flexível, o capital faz retornar formas de exploração do trabalho aparentemente superadas. Pelo menos essas formas de superexploração não tinham a magnitude e importância, no regime fordista-keynesiano que passaram a ter na acumulação flexível. O fato de serem toleradas, apesar da sua face cruel, deve-se ao fato de que elas, agora, se encontram mascaradas em *slogans* como: são “trabalhadores autônomos”, “o trabalhador se tornou o próprio patrão”, são “capitalistas”. Como, então, não tolerar a condição de patrão, se, antes, era-se apenas empregado, mesmo que isso ocorra com muito esforço e sofrimento? Mais que isso: não restam muitas alternativas, dentro do sistema capitalista, para o trabalhador assegurar sua sobrevivência. Logo, parece ser melhor trabalhar em condições cruéis, do que ser um desocupado que não consegue assegurar a sua sobrevivência por meio do trabalho.

Isso se dá porque na sociedade capitalista para o trabalhador poder viver, depois de ter todos os meios que assegurem a vida extorquidos, é necessário, para a classe trabalhadora, vender a força de trabalho, vez que o trabalho é o fundamento do ser social, e, sem o seu trabalho, ou melhor, sem a venda da força de trabalho, o que fazer a classe-que-vive-do-trabalho? O que pode ser pior? Poderia, talvez, surgir a possibilidade de transformação das relações sociais de produção. Não se pode esquecer, contudo, que a ideologia liberal conservadora e dominante tem convencido os trabalhadores de que se chegou ao fim da história. O discurso hegemônico já lhes cortou, inclusive, a possibilidade de sonhar com um outro mundo potencialmente possível, restando-lhes, apenas, vender a força de trabalho a “qualquer preço”.

É nesse contexto que se dá o retorno do trabalho familiar, domiciliar e informal, forma de exploração do trabalho que reaparece por permitir a ampliação do lucro do capitalista, uma vez que reduz os custos. Isto acontece em função da possibilidade, que

tem se efetivado, do pagamento de salários mais baixos para os trabalhadores informais, devido à inclusão do trabalho feminino e infantil (a remuneração recebida por mulheres e menores trabalhadores tende a ser mais baixa que a média), à redução do capital fixo nas empresas — pois, agora, o trabalhador utiliza as instalações de sua própria moradia — à ampliação da jornada de trabalho (maior extração de mais-valia absoluta) e, por fim, à flexibilização ou completa ausência de encargos trabalhistas.

Como é visível, anteriormente, mais ou menos no período que vai de 1945 a 1965, o desemprego era produto do crescimento da composição orgânica do capital; no período de 1965 a 2003, isto tem ocorrido em função não apenas do fator anterior, como também de formas como a superexploração do trabalho, que gera mais desemprego. Mas o principal elemento dessa nova fase de expansão do desemprego é a expansão de formas de trabalho precárias, como, por exemplo, o trabalho informal.

Além da superexploração ser propulsora do desemprego, ao mesmo tempo ela é uma forma de “empregar” informalmente o trabalhador e fazer com que ele venha a desempenhar funções antes desenvolvidas pelos empregados (formais). Nesse processo, verifica-se que as transformações do mundo do trabalho levaram a

[...] uma articulação dos regimes de mais-valia absoluta, mediante um conjunto de formas de produção de mercadorias modernas e arcaicas, cujo propósito é tão-somente uma adequação ao processo de valorização do valor [...] enquanto a dinâmica capitalista está efetivamente desempregando no regime da mais-valia relativa, expandem-se as atividades informais em regime de mais-valia absoluta, o que mobiliza a esfera jurídica no sentido de criar mecanismos que garantam legalidade as velhas formas de extração de sobretrabalho, como as cooperativas, por exemplo, que o modelo de acumulação flexível ressuscitou (TAVARES, 2002, p. 57).

De acordo com o exposto, observa-se que as transformações advindas, com a transição do modelo de acumulação keynesiano-fordista, para a acumulação flexível (ou



toyotismo), fizeram ganhar importância uma forma de extração de mais-valia absoluta que corresponde à subsunção formal do trabalho ao capital, característica de uma fase anterior do desenvolvimento capitalista, que se pautava na extração do sobretrabalho por meio do prolongamento da jornada de trabalho. Contudo, o que se está afirmando aqui é que a extração da mais-valia absoluta passa a ganhar maior importância com o avanço do regime de acumulação flexível, desenvolvendo-se, lado a lado, com a extração da mais-valia relativa, que corresponde à submissão real do trabalho ao capital.

A importância de trazer a discussão para a esfera da subsunção formal e real do trabalho ao capital dá-se pela percepção de que a acumulação flexível (que se desenvolve numa fase de desenvolvimento do capitalismo avançado e, por isso subsunção real) está fazendo ressurgir modalidades de extração de mais-valia típicas da fase formal, fase anterior do desenvolvimento capitalista, em que a produção e a relação dos trabalhadores com os meios de produção e subsistência apresentavam características próximas àsquelas encontradas hoje, entre os trabalhadores informais.

Diante disso, torna-se necessário uma análise sobre a subsunção formal do trabalho ao capital, pois acredita-se ser possível, por esse caminho, elucidar melhor os seguintes pontos: a funcionalidade do trabalho informal ao capital; a forma de extração da mais-valia em alguns segmentos do trabalho informal; a própria subsunção, afastando com isso a idéia de independência do trabalhador informal.

### **3.2 Da funcionalidade à subsunção formal do trabalho ao capital**

Diante da tendência à informalidade do trabalho, ora em curso, observa-se que parte dos trabalhadores informais encontram-se inseridos em atividades, nas quais o processo de trabalho não se encontra subsumido ao capital; em outras atividades, a subsunção se dá apenas formalmente; há, ainda, aquelas em que se revela a subsunção formal e real do processo de trabalho ao capital.

A constatação de que parte significativa das atividades informais não se encontra com seus processos de trabalho subsumidos formalmente ao capital, não nega a funcionalidade dessas atividades para o sistema. Mais do que isso, todas as atividades informais de trabalho estão subordinadas, integradas e são funcionais à reprodução da sociedade do capital. Nesse sentido, afirma Tavares: “A subordinação do trabalho ao capital não se explica apenas na relação empregador/empregado, mas em todas as formas de trabalho na sociedade capitalista” (2000, p. 68).

É desse trabalhador informal, não subsumido ao capital, mas funcional, integrado e subordinado, que a subseção seguinte tratará. Esse tipo de trabalho informal tende a buscar a sobrevivência, não apresentando fins acumulativos de capital, sendo o trabalho, no âmbito do capitalismo, considerado não produtivo. Também será apresentado, no tópico subsequente, o trabalho informal que se encontra na condição de funcional, integrado, subordinado e subsumido ao capital. Os trabalhadores, aí, são considerados produtivos ou improdutivos, conforme participarem direta ou indiretamente do processo de valorização do capital.

Como se afirmou, no último parágrafo, sendo o trabalho informal ora subordinado, ora subordinado e subsumido, faz-se necessário, agora, distinguir o porquê do uso de palavras de significados semelhantes, para diferenciar a relação capital-trabalho, nas diferentes formas sob as quais o trabalho informal se apresenta.

A palavra subordinado<sup>51</sup> expressa *o estado de dependência ou obediência* em relação ao capital e às suas leis, mas não dá conta da especificidade da relação capital-trabalho. Por estarem subordinadas ao capital, as atividades informais podem se expandir ou serem reduzidas em seu *quantum*, a depender das flutuações da economia,

---

<sup>51</sup> Autores neoclássicos, como os citados nesse trabalho, como, por exemplo, Souza e Tockman (1976), utilizam o termo *subordinado* para fazer referência que a expansão e/ou redução quantitativa das atividades informais dependem dos ciclos econômicos.

estando suas relações de produção, e comerciais, subordinadas aos ciclos econômicos. No processo de subsunção, a força de trabalho é mais do que dependente do capital, ela é aprisionada, passa a fazer parte deste. O trabalho passa a ter, como finalidade, a valorização do capital.

### **3.2.1 A funcionalidade**

As atividades classificadas aqui como apenas funcionais e subordinadas ao capital têm, como características, não serem produtivas. Ou seja, o processo de trabalho não é um meio para o processo de valorização do valor, uma vez que,

O trabalho produtivo troca-se diretamente por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital e que como capital se contrapõe à capacidade de trabalho; trabalho produtivo, por conseguinte, é aquele que para o operário reproduz apenas o valor previamente determinado da sua capacidade de trabalho, ao passo que na sua condição de atividades geradoras de valor valoriza o capital e enquanto capital opõe ao operário os valores por ele mesmo criado (MARX, 1985, 114).

Os trabalhadores, de que agora se trata, geralmente desenvolvem atividades, de sobrevivência podendo se encontrar na esfera da produção de bens de consumo como, por exemplo: trabalhadores rurais que se dedicam às atividades voltadas para a esfera da produção; vendedores ambulantes; aqueles que realizam pequenos empreendimentos familiares, sejam eles urbanos ou rurais. Todos eles têm, em comum, a atividade voltada para a subsistência, e não visam a acumulação.

Na maioria das vezes, correspondem aos modos de produção precedentes, são possuidores dos meios de produção, dedicam-se apenas à venda de mercadorias e, não, de força de trabalho.

Há também os trabalhadores que desenvolvem atividades classificadas como trabalho informal improdutivo, uma vez que é trabalho a ser trocado por dinheiro como dinheiro. Auferem renda por meio da realização de trabalho como: as atividades dos trabalhadores domésticos; por conta própria; biscateiros; membros de cooperativas de serviços, que oferecem trabalho improdutivo, como, por exemplo, limpeza; e vendedores. Nessas atividades, não fica explícita a relação de assalariamento e ou de compra e venda da força de trabalho. No entanto, isso não altera a essência, pois as relações são orientadas e submetidas as regulações do sistema assalariado.

Os principais motivos que levam esses trabalhadores a se inserirem no mercado de trabalho através das atividades acima elencadas, são resultado de: a) encontrarem-se desempregados (foram excluídos ou não conseguiram se inserir no mercado de trabalho), b) falta de capacitação para se tornarem trabalhadores assalariados; d) “opção pessoal”.

Constata-se que parcela significativa dos trabalhadores, que se encontram nessa condição de inserção no mercado de trabalho, é produto da dinâmica capitalista, que gera a superpopulação. Esta é constituída por todos os trabalhadores (produtivos, improdutivos, e nem produtivos nem improdutivos) que não se encontram incluídos no núcleo formal, tipicamente capitalista. Parte dessa superpopulação é composta pelo *exército industrial de reserva*, que é constituído pelos trabalhadores mobilizados, enquanto força de trabalho, para serem consumidos pelo capital, assim que este precisar. A grande maioria dos que formam esse exército vê-se sem chances de se (re)inserir no mercado de trabalho, indo compor a terceira categoria da superpopulação, a estagnada, de que fala Marx (1996). A parcela estagnada consiste em três categorias compostas pelos: a) aptos para o trabalho; b) candidatos, em época de grande crescimento; c)

incapacitados. É esta última a que mais tem se expandido com o desenvolvimento do capitalismo:

[...] são notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho [...] o peso morto de exército industrial de reserva [...] sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 1996, p. 273).

Entende-se aqui que existe mobilidade entre as populações *flutuante e latente*, e destas no sentido de se integrarem à *estagnada*. O inverso só ocorre como exceção. Com isso, a categoria que comporta os trabalhadores estagnados na condição de incapacitados é a que mais tem crescido, sendo esta um polo de atração dos trabalhadores das categorias flutuante e latente. Esse movimento migratório leva a um crescimento da *redundância*. Por um lado, a atual dinâmica capitalista produz menos a parte da população excedente que integra as categorias componentes do *exército industrial de reserva* ativo; por outro, produz, em progressão geométrica, a parcela da população que se encontra “incapacitada” para compor, de forma ativa, aquele mesmo *exército*. Constata-se, assim, que, a esses trabalhadores, sem alternativas no mercado de trabalho formal, resta-lhes, se o conseguirem, desenvolver atividades de sobrevivência classificadas como trabalho informal. Tavares (2002) ressalta que essas atividades de estrita sobrevivência não são produtivas, nem improdutivas, mas funcionais e subordinadas ao capital.

Como visto, essas modalidades de trabalho informal funcionam como geradores de ocupação<sup>52</sup> para significativa parcela da população mundial. Funcionam como uma

---

<sup>52</sup> Segundo o relatório da OIT sobre o emprego nos países em desenvolvimento, o setor informal é responsável pela criação de 500 milhões de empregos (*apud* TAVARES, 2002). No caso do Brasil, segundo o SEBRAE (*apud* MALAGUTI, 2001), 70% dos empregos existentes estão nas micro e pequenas empresas. Contudo, são responsáveis por apenas 13% do emprego formal total.

forma de manter a ordem, evitando uma convulsão social. Deve ser por isso que instituições como o Banco Mundial, a OIT, o Banco do Nordeste do Brasil<sup>53</sup>, entre outros, estimulam políticas de apoio para o “setor informal”.

As atividades informais de trabalho, que compõem o setor de serviço — atividades de prestação de serviços, cooperativas de limpeza, e trabalhadores domésticos —, são funcionais, uma vez que servem para baixar os custos das empresas, entrando no *cômputo* como gastos: embora não sirvam para valorizar o valor, fazem com que os gastos pertinentes ao negócio sejam reduzidos, como, por exemplo os gastos com serviços gerais nas empresas. Com relação às cooperativas de serviço, para Lima (*apud* TAVARES, 2002, . 156), “a relação entre empresas e cooperativas permite considerar a existência de assalariamento disfarçado, uma vez que, malgrado os contratos de prestação de serviços, as cooperativas funcionam, efetivamente, como um setor das empresas”. Assim sendo, os associados desenvolvem atividades improdutivas necessárias ao sistema, mas não participam diretamente do processo de valorização do capital. Nesse caso, o dinheiro é trocado por dinheiro, ou seja, o dinheiro utilizado pela empresa contratante não se destina a se valorizar, não entra no processo como capital.

Por fim, os trabalhadores informais que se encontram na esfera da circulação, como os vendedores de mercadorias produzidas por empresas tipicamente capitalistas, são funcionais para o sistema, porque fazem com que o capital retorne o mais rápido possível para a esfera da produção (TAVARES, 2002).

As formas de trabalho tratadas acima são as que os neoclássicos entendem como “setor informal”, restringindo o trabalho informal a esta dimensão. No entanto, entende-se no presente estudo, que o trabalho informal é mais amplo e complexo do que supõem

---

<sup>53</sup> No caso brasileiro, temos também; o CEAPE — Centro de apoio a pequenos empreendimentos, o Banco da Mulher e o Banco do Povo. Existem muitas outras ONG's de caráter regional, que também apoiam os pequenos empreendedores urbanos, em sua maioria, informais.

esses estudiosos, não sendo apenas subordinado: há, também, o processo de trabalho subsumido ao capital, participando ativamente do processo de valorização deste último, ao gerar mais-valia. Na subseção seguinte será explicitado como se dá o processo de subsunção formal do processo de trabalho informal ao capital, na fase especificamente capitalista, ou seja, período em que se dá a subsunção real do trabalho ao capital.

### 3.2.2 A subsunção formal

No capítulo VI, inédito, Marx (1985) analisa duas fases históricas do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A fase que ele denomina de subsunção formal

é a forma geral de qualquer processo capitalista de produção, é porém, simultaneamente, uma forma particular em relação ao modo de produção especificamente desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém a primeira não inclui necessariamente o segundo (MARX, 1985 , p. 87).

Vê-se, com essa afirmação, que, na fase especificamente capitalista em que predomina a subsunção real do trabalho ao capital, coexistem as duas modalidades de extração de mais-valia. É justamente essa fase que o presente tópico focaliza.

Na fase que corresponde ao modo de produção especificamente capitalista, de que nos fala Marx, ele chama de submissão real do trabalho ao capital o processo, no qual “desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” (MARX, 1985, p. 105).

Diz subsunção do trabalho ao capital, porque este termo indica a relação entre trabalho e capital em que a força de trabalho encontra-se submetida de forma específica ao capital, “subsunção expressa, esta submissão específica com maior precisão. Trata-se

da geração de uma situação social, na qual a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital” (GALVAN, 1989, p. 90).

No processo de subsunção do trabalho, nota-se que o próprio processo de trabalho é transformado em meio para o processo de produção que tem como finalidade única a valorização do capital, e não a satisfação dos trabalhadores, nem mesmo dos capitalistas; o avanço das forças produtivas aparece como meio e fim para o avanço do capital, não para o desenvolvimento da humanidade. O importante, no capitalismo, é que

[...] ‘a produção pela produção’ — a produção como fim em si mesma — já entra, é claro, em cena com a subsunção formal do trabalho ao capital, logo que o objetivo imediato da produção é produzir a maior quantidade possível de mais-valia, logo que o valor de troca do produto se torna decisivo (MARX, 1985: 107).

O trabalhador não trabalha para se realizar enquanto ser humano, mas para fazer o sistema capitalista continuar funcionando; a produção não se faz para suprir as necessidades dos seres humanos, como querem e acreditam ser possível os defensores do livre mercado, mas para valorização do capital. Marx denomina de

[...] subsunção formal do trabalho ao capital a forma que se finda na mais-valia absoluta, pois que só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque **o produtor** (producer. Ing.) **atua como empregador de si mesmo** (self-employing. Ing.), **seja porque o produtor direto tem que fornecer sobretrabalho a outrem**. O que muda é a coação que se exerce, isto é, o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido (MARX, 1985, p. 94, grifo nosso).



Para Marx, o essencial na subsunção formal é: primeiro, “a relação puramente monetária entre o que se apropria do trabalho e o que o fornece [...]”; segundo, “é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital” (1985, p. 94).

Nessa fase, o capital não controla todas as formas de produção (as técnicas), estando o processo de subsunção do trabalho apenas na forma, que se tornam mais “livres”, resultando a subordinação da venda entre possuidor de mercadorias (força de trabalho) e o comprador (possuidor das condições de trabalho) do seu aspecto puramente econômico (mas, não mais como antes, quando a subordinação se dava pela coação política, religiosa, etc.).

Na última metade do século XIV, os trabalhadores do campo e da cidade (camponês, artesão) tinham uma posição protegida “pela economia camponesa autônoma no campo e pela organização corporativa da cidade [...]. A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista” (1996, p. 359). Nessa fase o produtor direto<sup>54</sup> mantinha a sua autonomia ao mesmo tempo em que vendia a força de trabalho. Hoje, o trabalho informal desenvolve-se em bases pretéritas, apresentando uma relativa autonomia. A venda da força de trabalho e a apropriação da mais-valia gerada ocorrem, assim, de forma implícita.

A especificidade da subsunção formal implica no método empregado para extorquir o sobretrabalho do produtor direto. Trata-se de uma relação monetária entre um possuidor de mercadorias que se apropria do sobretrabalho e o possuidor de mercadorias que fornece o sobretrabalho. Cabe ressaltar que, apesar de ser característico

---

<sup>54</sup> Para saber mais, ver no *Capital* o capítulo XXIV, l. 1, v. 2.

de uma fase anterior, o processo de subsunção formal do trabalho ao capital pode se dar como uma forma particular coexistente e articulada no interior do modo de produção especificamente capitalista.

É sobre a base formal de subsunção do trabalho ao capital (onde se encontra formas de processo de trabalho que existiam antes da intervenção capitalista) que emerge um modo de produção específico: o capitalismo. É com a subsunção real do trabalho que se verifica a situação,

[...] na qual não se trata apenas do fato de que o trabalho se encontra inserido num processo produtivo cujo sentido reside na produção de mais-valia; mas se trata também do fato de que o próprio processo de trabalho – enquanto processo técnico de relação entre o trabalhador e os meios de produção – foi transformado pelo capital a ponto de torná-lo homogêneo à relação formal já existente entre o trabalho e o capital; isto é a técnica produtiva já não é mais a antiga, é uma técnica nova, especificamente capitalista, na qual a subsunção do trabalho ao meio de produção não é mais apenas uma subsunção que pode ser captada no terreno econômico, mas é uma subsunção que se capta também no terreno material; ou seja, o trabalho é subsumido ao instrumento, no sentido propriamente dito, que tem sua culminação na máquina; de fato o uso da máquina é a realização plena da subsunção real do trabalho ao capital (NAPOLEONI, 1981, p.68).

É nessa fase avançada do capitalismo, da subsunção real, que as velhas formas de extração de mais-valia voltam a ocupar lugar de destaque nas estratégias do capital, promovendo os ajustes necessários na esfera da produção, para que assim se dê continuidade ao processo de valorização do capital.

### 3.2.1 A subsunção formal do trabalho informal ao capital

No capítulo II, do presente estudo, viu-se que os teóricos de inspiração marxiana apontavam para fatores que davam o caráter funcional ao trabalho informal. Sem a intenção de esgotar a discussão, será enfocada, agora, à luz da teoria marxiana, a compreensão da questão da funcionalidade, ao mesmo tempo que será mostrado como se dá o processo de subsunção do trabalho informal ao capital, ou seja, como se dá o processo em que o trabalho informal gera mais-valia absoluta e valoriza o capital, apesar de muitas vezes, aparentemente, parecer que o trabalhador informal está vendendo mercadorias.

Sem pretender, com isso, abarcar todas as formas nas quais o trabalho informal se configura, serão apresentados, no entanto, aquelas categorias nas quais essa forma de trabalho mais tem se expandido com o processo de terceirização, como os “empregos” informais, as cooperativas, as pequenas empresas e o trabalho a domicílio, formas essas que Tavares (2002) chama de “nova informalidade”.

Como já foi dito no início desse capítulo, quando se falava da acumulação flexível, a economia mundial vem passando por um processo de reestruturação da produção que tem seu início por volta da década de 1970, intensificando-se, principalmente, a partir de 1985. Nesse processo, nota-se a tendência e concretização da flexibilização da produção e das relações de trabalho, em que se destaca a busca da redução dos custos por meio da terceirização.

A terceirização caracteriza-se pelo uso de uma empresa contratar, de outras empresas, produtos e serviços necessários para o seu processo de produção. As empresas contratantes, ou seja, as que estão terceirizando parte do processo de produção, vão implementar a redução dos custos provenientes da força de trabalho, por meio da exploração de relações de trabalho precárias, como, por exemplo, a contratação

de pequenas empresas e de cooperativas; a subcontratação de trabalhadores, cujas atividades são desenvolvidas em domicílio; o trabalho por tempo parcial e o trabalho sem registro em carteira.

Essas práticas vão levar à expansão do trabalho informal, devido à natureza flexível e à facilidade de interação com o processo de produção capitalista. Como diz Tavares (2002, p. 129), “nesses termos, o trabalho informal deixaria de ser intersticial ou suplementar, para, cada vez mais, como tendência, tornar-se parte do núcleo capitalista”. E isso acontece em função do trabalho informal apresentar-se como um meio de o capitalista extrair sobretrabalho, por meio da mais-valia absoluta.

A questão é; como se dá a extração do sobretrabalho na relação entre capital e trabalho informal? Como afirmar que a exploração acontece, se não existe, na maioria dos casos, uma relação de assalariamento? Além disso, não seriam esses trabalhadores autônomos? Não são eles seu próprio patrão?

Antes de se responderem as questões, buscar-se-á apresentar algumas dessas formas de trabalho informal e a sua relação com o capital, para então, “desvendar” como se dá a subsunção do processo de trabalho ao capital. A análise será centrada no trabalho informal que se realiza na empresa sob a forma de “empregos informais”; no trabalho dos membros de cooperativa; naquele realizado nas pequenas empresas, bem como no trabalho domiciliar. Essas três últimas formas de trabalho têm aspectos, em comum, por encontrarem-se vinculadas às grandes empresas por meio de contratos. Em todas essas formas de trabalho informal será focalizada a relação capital-trabalho. Com isso, não se quer afirmar que todo trabalho domiciliar, cooperativo ou realizado nas pequenas empresas está subsumido ao capital, ou que sempre mantém relação com o capital, com extração da mais-valia pelo capitalista. Apenas se quer mostrar que, quando essas formas pretéritas de trabalho relacionam-se com a empresa capitalista, por

meio de contrato ou outras formas que permitam o controle do capital sob o trabalho, o capitalista pode extrair o sobretrabalho mesmo não ocorrendo, de forma explícita, a relação de compra e venda de força de trabalho.

Observa-se, no núcleo formal da economia capitalista, a ocorrência de relações de trabalho informais, que se revelam por meio de trabalho assalariado sem registro, do trabalho por contrato temporário, como também, por tempo parcial. Nesses casos, por já virem os trabalhadores realizando suas atividades no núcleo formal da economia, é possível, de imediato, constatar a compra e a venda da força de trabalho na relação capital-trabalho.

O trabalho informal, no caso acima, pode ser produtivo ou improdutivo, ou seja, ou participa diretamente do processo de valorização do valor, ou é necessário para que esse processo se realize. Caso o trabalhador esteja na esfera da produção e gerando mais-valia e, portanto, realizando um trabalho produtivo, o processo de trabalho desenvolvido por ele encontrar-se-á subsumido ao capital. Não vai ser o fato de eles não terem carteiras de trabalho assinadas que negará o estado de subsunção. É certo que a relação salarial está oculta, mas não deixa de ser o sistema salarial o balizador das negociações. A remuneração que estes recebem tem como referência o salário, que tem como base para o seu cálculo o tempo de trabalho social médio.

Contudo, deve-se ressaltar que não são todos os trabalhadores sem registro em carteira, ou trabalhadores temporários ou parciais que geram mais-valia, uma vez que eles podem ser “empregados” de indústrias domiciliares, operando em caráter de sobrevivência. Outro fator que deve ser salientado é que se trata de categorias móveis, estando estes trabalhadores desenvolvendo atividade numa empresa domiciliar que ora é subcontratada por uma empresa capitalista, ora produz apenas mercadorias para serem trocadas no mercado (produto final). Neste último caso, são estes trabalhadores apenas

funcionais no sentido exposto no tópico que se referia às atividades de sobrevivência. Na condição de “empregado” informal<sup>55</sup>, exercendo a atividade em empresas que não estão na esfera da produção, os trabalhadores são considerados trabalhadores informais improdutivos, funcionais e subordinados à produção capitalista.

No caso das cooperativas<sup>56</sup>, verifica-se um processo de cooptação pelo sistema capitalista do trabalho dos cooperados. O período recente de expansão das cooperativas deve-se não ao fato de que estas se contrapõem em idéia, ou por princípios cooperativistas, à organização da produção nos *moldes* capitalista, mas, sim, porque as cooperativas, mostram-se funcionais para o capital. Além disso, constata-se, que em alguns tipos de cooperativas o processo de trabalho demonstra ser facilmente subsumido pelo capital. As cooperativas podem ser de produção, crédito, trabalho, serviços, mistas, etc.

Não é proposta deste estudo analisar as especificidades de cada uma delas, mas apenas mostrar como os trabalhos desenvolvidos por seus membros podem ser funcionais e subsumidos pelo processo de produção capitalista. No tópico anterior, foi apresentada a possível articulação que pode existir entre as cooperativas de serviço e a empresa, bem como a sua funcionalidade. Aqui se tratará das cooperativas de produção que podem funcionar apenas como apêndice da grande empresa. Isso ocorre quando elas firmam contratos com as grandes empresas. Nesses casos, de modo geral, as empresas determinam o que produzir, quanto e, às vezes, como deve ser produzido.

---

<sup>55</sup> No Brasil, 50% dos trabalhadores ocupados não têm carteira assinada (MALAGUTI, 2002).

<sup>56</sup> O movimento cooperativista foi iniciado pelo inglês Robert Owen. Na França, o movimento representava uma negação ao capitalismo, sendo incentivado por Charles Fourier, Saint Simon e Lois Blanc. A doutrina, inicialmente, visou resolver os problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação.

Não restam dúvidas de que, ao se configurar este tipo de relação, a empresa contratante controla a produção no interior da cooperativa e o trabalho encontra-se como constituinte do capital da grande empresa. É este capital que determina o grau de exploração do trabalho, é a lei de produção capitalista (extração de mais-valia) que determina a duração da jornada de trabalho. O trabalho, aí, não é nada mais do que um meio para a valorização do capital, ou seja, processo de trabalho subsumido pelo capital.

Assim sendo, observa-se que o processo recente de expansão das cooperativas é mais uma forma encontrada pelos capitalistas para fugir dos encargos trabalhistas e da rigidez da jornada de trabalho. Sendo os trabalhadores seus próprios patrões, nas cooperativas, eles podem ampliar a jornada de trabalho e intensificá-la. Isso ocorrendo, certamente que a empresa contratante não correrá o risco de sofrer penalidades da legislação trabalhista, e nem resistência por parte dos trabalhadores quanto à elevação da jornada de trabalho.

No que se refere às pequenas empresas ou formas análogas, estas podem funcionar no setor industrial, comercial e de serviços. Têm como características: atender à lógica familiar; alto grau de exploração do trabalho; o patrão também trabalha; se irregulares, (ilegais) fogem da legislação; se regularizadas, tendem a não cumprir todas as determinações legais, principalmente as trabalhistas. Segundo Malaguti,

Cruzando as informações do SEBRAE com as do IBGE e Dieese/Seade, conclui-se que as pequenas e micro empresas têm um papel fundamental na difusão da ilegalidade, da irregularidade, da corrupção e da precarização das condições de trabalho de parcela expressiva da população brasileira (2001, p. 85).

Elas podem assumir diversas configurações, ora podendo se encontrar isolada e ora articulada com o capital. No primeiro caso, os trabalhadores aí ocupados não são nem produtivos nem improdutivos e, por conseguinte, o processo de trabalho não se

encontra subsumido ao capital, porém, subordinado às determinações da metabolização do sistema capitalista. No segundo caso, quando articulada com as empresas tipicamente capitalistas na esfera produtiva, verifica-se a subsunção do trabalho ao capital. Confirmando isto, Tavares (2002) nos apresenta o caso das pequenas empresas *façonistas*<sup>57</sup> do setor têxtil:

Por trás das marcas conhecidas como *Teka, Alpargatas, Staroup, Zoomp, Fórum, Pakalolo* etc. estão empresas *façonistas*, marcadas pela ilegalidade e pelo alto grau de exploração de seu subcontratados. O capital se aproveita da lógica familiar que permeia esse tipo de empreendimento, utilizando a seu favor o grau de parentesco para criar condições de exploração entre os próprios tecelões [...] (TAVARES, 2002, p. 181).

No exemplo acima, observa-se que as pequenas empresas *façonistas* encontram-se subcontratadas por grandes empresas. Isso se dá em função da busca de redução de custos pelas grandes empresas que, através das empresas subcontratadas, conseguem fugir dos encargos trabalhistas e aumentar o grau de exploração pelo mecanismo de extração de mais-valia absoluta. Isso ocorre devido ao aumento da jornada de trabalho que gera um excedente de trabalho plasmado nos produtos semi-elaborados adquiridos pela grande empresa. Sendo assim, verifica-se que tanto o trabalho do patrão que trabalha, quanto do operário, encontram-se subsumidos ao capital.

Outra forma de extração do sobretrabalho encontrada pelas empresas é o trabalho em domicílio. Interessa apresentar, nesta parte da pesquisa, como no processo de trabalho domiciliar acontece a extração do sobretrabalho. Embora não seja facilmente perceptível, a relação de compra e venda da força de trabalho desenvolve-se em

---

<sup>57</sup> Tavares (2002) utiliza-se da pesquisa realizada por Colli (2000), para analisar relações de produção desenvolvidas pelas pequenas empresas. O *façonismo*, caracteriza-se por ser uma forma pretérita de exploração da força de trabalho (antigo salário por peça e domiciliar) adequada a acumulação flexível, que se destaca no setor têxtil da região de Americana – SP.



essência. perceptível, a relação de compra e venda da força de trabalho desenvolve-se em essência.

Observa-se que o processo pode ocorrer da seguinte forma: a empresa contratante desloca parte da produção que seria realizada na fábrica para o domicílio do trabalhador, imprimindo mudanças nas relações de trabalho. Esse fenômeno é comumente apreendido, pela ideologia dominante, do modo como se segue: a relação de trabalho é convertida em uma relação comercial, na qual quem, antes, era o empregador passa à condição de cliente, enquanto que o trabalhador empregado passa à condição de trabalhador autônomo, de fornecedor, capitalista. Extinguem-se, assim, os vínculos empregatícios. O trabalhador contratado, por sua vez, pode realizar o serviço sozinho, com ajuda da família ou, ainda, pode contratar outros trabalhadores. Em geral, nessas relações secundárias, tende a predominar o assalariamento sem registro em carteira de trabalho.

O trabalho domiciliar caracteriza-se: 1) pelo prolongamento da jornada de trabalho; 2) o local geralmente é improvisado, apresentando má condição de trabalho; 3) ausência de proteção social; 4) uso flexível do trabalho, como, por exemplo, o mesmo trabalhador pode ter diversas funções, sem horário para iniciar ou parar as atividades; 5) geralmente incorpora o trabalho familiar (das crianças, dos idosos e das mulheres), sem remuneração ou com baixa remuneração.

O trabalho dos familiares é inserido quando a exploração esgota os limites físicos do indivíduo subcontratado. Ao fazer isso, são transferidos, para a família, os custos da reprodução da força de trabalho, ou seja, todos passam a ser responsáveis economicamente pela reprodução da força de trabalho da família. Observa-se que toda a família passa ser explorada pelo capital. Contudo, no discurso liberal, hegemônico, diz-se que é o trabalhador (sub)contratado que a explora. Verifica-se, aí, que no capitalismo,

o limite da extração da mais-valia absoluta não se encontra no esgotamento físico do trabalhador (indivíduo subcontratado), mas se prolonga até o último membro da família que apresente condições de trabalhar, para a valorização do capital.

Ao analisar a relação de exploração do trabalho em domicílio, Tavares faz referência à pesquisa desenvolvida por Navarro no ano de 1998, que investiga os impactos da reestruturação produtiva sobre a produção de calçados de couro no município de Franca – SP. Com base no estudo citado, constata-se que o trabalho domiciliar já se fazia presente mesmo antes do processo de terceirização, “[...] na década de 40, era comum o trabalho feito em casa ou em barracões, pago por peça, uma vez por mês [...]”, (TAVARES, 2000, p. 166) o que ocorreu foi uma intensificação das práticas pela indústria calçadista, no final da década de 1980, momento no qual se extingue, por completo, os vínculos empregatícios entre as empresas e os trabalhos externalizados. Ao mesmo tempo, verifica-se o crescimento da externalização das operações.

Tavares (2002) chama a atenção para o fato de que

[...] as operações externalizadas só adquirem sentido no trabalho coletivo, cujo resultado final é o calçado. Observa-se que a execução de cada uma das operações realizadas fora da fábrica depende de matéria-prima fornecida pela mesma, e atividades como a modelagem e o corte, que consubstanciam o início do processo, embora terceirizadas, sofrem o controle direto do capital (ibid., p. 170).

A A. observa que a produção resultante de cada operação externalizada não resulta em mercadorias, não possui valor no mercado: “Elas só existem como mercadorias após a junção de todas as partes. Sua origem está na empresa, para a qual retorna o resultado de todas as operações realizadas externamente, onde conforma o produto final” (TAVARES, 2002, p. 175). Verifica-se que as operações realizadas pelo

trabalho em domicílio não têm autonomia e que essa produção é parte do trabalho coletivo que gerou mais-valia no processo relatado. A apropriação do sobretrabalho, pela empresa contratante, vai se dar pela compra das partes que foram processadas separadamente, e não diretamente, pela relação de compra e venda da força de trabalho.

É importante salientar que o trabalho domiciliar é uma forma pretérita de trabalho, e que já apresentava, em séculos anteriores, características semelhantes às encontradas no último quartel do século XX e início do XXI. Marx assim se pronuncia a respeito da indústria do trabalho domiciliar:

Ela está agora transformada no departamento externo da fábrica, da manufatura ou da grande loja. Ao lado dos trabalhadores fabris, dos trabalhadores manufatureiros e dos artesãos, que concentra espacialmente em grandes massas e comanda diretamente, o capital movimenta, por fios invisíveis, outro exército de trabalhadores espalhados pelas grandes cidades e pela zona rural. Exemplo: a fábrica de camisas do Sr. Tillie em Londonderry, Irlanda, que emprega 1000 trabalhadores na fábrica e 9 mil trabalhadores domiciliares espalhados pelo campo (1996, L. I, V. II, p. 92).

Hoje não se tem estatísticas que apontem qual o montante dos trabalhadores domiciliares vinculados às fábricas, nem quantos trabalhadores informais encontram-se subsumidos ao capital. A obtenção desses números possivelmente se contraporiria ao discurso tão propalado da crise da sociedade do trabalho, do fim do emprego. O que se constata é que a crise, na verdade, é do capital. Concordando que a tendência do sistema é tornar-se capital intensivo, pode-se observar que o número de trabalhadores incorporados ao processo produtivo tende relativamente a diminuir, quando comparado com o crescimento do capital global. Entretanto, acredita-se que parte significativa dos empregos destruídos foi recriada na esfera do trabalho informal, desenvolvendo, assim, a extração da mais-valia de forma disfarçada e de modo mais cruel. Esse tem sido um

dos principais mecanismos que tem permitido ao capital contrapor-se à tendência à queda da taxa de lucro.

Parte dos trabalhadores que aparecem nas estatísticas dos desempregados, da população supérflua, excedente, trabalhadores que não conseguem emprego, é, na verdade, supérflua, para ser empregada dentro da legislação trabalhista ainda em vigor (ou do que resta dela). Parte deles, no entanto, além de não ser supérflua, é produtiva para o capital; são trabalhadores criadores de riqueza material, apropriada pelos capitalistas, que se beneficiam ainda mais das irregularidades do emprego na contemporaneidade. O trabalho informal aparece como “refúgio”, para parte significativa da superpopulação excedente, enquanto integrante da sociedade capitalista, válvula de contenção de um processo de convulsão social, e mecanismo de extração de mais-valia absoluta por parte dos capitalistas.

Como a dominação do capital se dá disfarçadamente, os trabalhadores não se sentem explorados. Caso venham a perceber essa exploração, a quem dirigirão seus reclames se o patrão e o empregado, na aparência, são a mesma pessoa? Verifica-se que, “por fios invisíveis, o capital movimenta um exército de trabalhadores”, e os explora, extraindo o sobretrabalho.

A extração do sobretrabalho tem se dado em escala crescente sob o título de trabalho informal, principalmente, no último quartel do século XX e início do XXI. Esta tem sido a forma encontrada, pelo capital no âmbito do mercado de trabalho, para se contrapor à tendência à queda da taxa de lucro — uma forma “invisível”, para os teóricos que se utilizam do instrumental neoclássico, e não conseguem ir além do imediato, do que se apresenta à superfície, como também, para os trabalhadores, que se vêem cercados pela ideologia da classe dominante.

Os capitalistas, por meio de um discurso hegemônico, da sua ideologia, convencem todos de que: o trabalhador é o patrão e que o patrão é um cliente; a crise é do trabalho e não do capital; há um excesso de população e não uma demanda efetiva insuficiente própria da lógica do processo de valorização do capital, também responsável pela produção da superpopulação, que só é excedente porque impera, e enquanto imperar o modo de produção capitalista.

Partindo da análise da relação capital-trabalho e indo além do imediato, da aparência, o estudo aqui desenvolvido contraria o discurso hegemônico e as teses neoclássicas concernentes ao mercado de trabalho, referentes à posição ocupada pelo trabalhador nas relações de produção no capitalismo. Verificou-se que o trabalho informal é mais amplo e complexo do que supõem os organismos internacionais e o *mainstream* econômico, apresentando-se como um meio de extração da mais-valia absoluta.

Neste estudo, verificou-se que o trabalho informal além de comportar as atividades de sobrevivência, também é integrado pelas formas de trabalho, chamadas de “nova informalidade”, que se desenvolvem articuladas com as empresas capitalistas, como, por exemplo, os trabalhadores das cooperativas; os trabalhadores das pequenas empresas; e os domiciliares. Se as atividades de sobrevivência se encontram apenas na condição de funcionais e subordinadas, as que compõem a “nova informalidade”, apresentam-se em grande parte subsumidas pelo capital.

Com base na definição de Marx (1985) sobre subsunção formal, verifica-se que: primeiro, o capital subsume as formas de organização da produção “antigas” assim como elas são; segundo, *o produtor atua como empregador de si mesmo*; terceiro, o controle do processo de trabalho compete ao capital, apesar de relativa autonomia do trabalhador; quarto, o capital intensifica a estratégia de ampliação da extração da mais-

valia, através da elevação da jornada de trabalho; quinto, o objetivo maior da produção é valorizar o capital, estando a força de trabalho incluída e “transformada” em capital. Pode-se afirmar, então, que o trabalho informal, no âmbito das três categorias citadas aqui encontra-se subsumido ao capital. Isso porque o capital apropria-se do trabalho nas pequenas empresas, do trabalho cooperativado, e do trabalho domiciliar, assim como eles existiam antigamente, a exemplo do que foi apresentado, quando se tratou do caso das empresas *façonistas* e do trabalho domiciliar voltado para a produção de calçados de couro no município de Franca – SP. Em ambos os casos, pôde se constatar a apropriação, pelo capital, do sobretrabalho realizado sob formas pretéritas de produção.

Outra característica que revela a subsunção do trabalho informal ao capital é a condição que revela ser o trabalhador o empregador de si mesmo, autônomo. Apesar da aparência, ao analisar as mediações que ocorrem no processo de produção, verifica-se que o processo de trabalho é controlado pelo capital, apesar de isto não ser facilmente perceptível. Os contratos firmados entre as empresas capitalistas e as formas, citadas aqui, de trabalho informal, configuram os meios pelos quais o capital controlará a produção.

Nas formas de trabalho informal aqui apresentadas, também chamadas de “nova informalidade”, foi possível ver que o capital utiliza-se da estratégia da ampliação da jornada de trabalho para a geração de mais-valia. Observa-se que os bens produzidos por essa “nova informalidade” são intensivos em trabalho, diferente dos produtos oriundos da indústria especificamente capitalista, que tem elevada composição orgânica.

Por fim, não restam dúvidas, principalmente quando se observam os exemplos das empresas *façonistas* e o trabalho domiciliar no âmbito da produção de calçados de couro no município de Franca, de que a produção desses trabalhadores informais está voltada para a valorização do capital, que a força de trabalho foi incluída e transformada em

capital, estando em movimento para valorizar o capital. O processo de trabalho se dá não para a realização do homem, mas para atender ao objetivo maior da produção capitalista que é a geração de mais-valia, de onde se origina o lucro.

Diante do exposto, constata-se que o capital encontrou na exploração do trabalho informal um meio de reverter a queda da taxa de lucro. Sendo esta afirmativa verdadeira, a tendência é que ocorra uma expansão ainda maior das formas de trabalho informal que são subsumidas pelo capital na contemporaneidade.

## Considerações finais

A discussão no âmbito do *mainstream econômico* acerca do trabalho informal, até a década de 1990, entendia ser este um apêndice do emprego formal, modo de ocupação que os trabalhadores buscavam quando as flutuações da economia entravam num período de descenso, desaquecimento. Por outro lado, quando da expansão da economia, o “setor formal” geraria empregos e, com isso, o “setor informal” cederia trabalhadores para o setor formal. Dessa forma, o “setor informal” estaria subordinado aos ciclos econômicos.

No limiar do século XXI, observou-se que essa mesma corrente do pensamento econômico contemporâneo<sup>58</sup>, que se apresenta de forma hegemônica, promoveu alguns avanços na compreensão do papel do trabalho informal no mundo capitalista. Esses constatam que o trabalho informal não é algo transitório e que comporte apenas atividades de sobrevivência. Com isso, rompem com a fidelidade à idéia de dualidade entre setor formal e setor informal. Verificam também que a industrialização de forma isolada não promoveu e não promoverá o fim das ocupações informais e, diante desta constatação vão propor a formulação de políticas públicas que reduzam a carga tributária. Segundo eles, esta redução deve ter um duplo efeito no mercado de trabalho: por um lado, permite que os empresários empreguem mais trabalhadores uma vez que os custos estão mais baixos e, por outro lado, empreendimentos informais podem se formalizar.

Apesar dos avanços, esta corrente do pensamento não conseguiu chegar à essência do problema, talvez porque utilize como ponto de partida sobre o trabalho informal a discussão iniciada pelo relatório do Kênia/OIT (*apud* CACCIAMALI, 1989) a década de 1970, ou por partir de bases neoclássicas na sua versão que perde de

---

<sup>58</sup> Podemos citar os trabalhos de Souza (1999), e Cacciamali (2000).



vista o debate no âmbito da economia política em que se destacam D. Ricardo e A. Smith.

No nosso entendimento as limitações apresentadas por esta Escola devem-se, principalmente, a dois motivos: primeiro, à limitação de classe; e segundo o fato de que as condições materiais ainda não apresentavam-se de forma tão clara quanto na época de Marx. Desta forma a Escola Clássica não conseguiu entender o processo de extração de mais-valia, sendo esta teoria desenvolvida mais tarde por Karl Marx de forma a compreender por completo as leis econômicas que existem no modo de produção capitalista.

Tentando superar as limitações apresentadas pela corrente hegemônica da economia — no que se refere ao momento do surgimento, as causas e o papel desempenhado pelo trabalho informal na sociedade capitalista —, o presente estudo procurou iniciar a investigação compreendendo a dinâmica do modo de produção capitalista desde a sua gênese e qual o papel da força de trabalho vendida pelo trabalhador no mercado.

Entendido isto, buscamos, a partir daí a compreensão teórica de diversas correntes do pensamento econômico que tratam do (des)emprego da força de trabalho com o objetivo de ir à raiz teórica das teses que surgiram a partir de 1970, as quais tentavam compreender a segmentação do mercado de trabalho. Depois de analisar a questão concluímos que as teses de inspiração marxiana são as que melhor contribuem para uma definição mais precisa da categoria trabalho informal.

Apesar de reconhecermos que a definição adotada a partir do debate aqui exposto, entre neoclássicos e marxianos, sobre o que é o trabalho informal não se apresenta como a formulação final, acreditamos que uma definição mais abrangente adotada neste estudo implique numa melhor compreensão do que seja o trabalho

informal e qual sua importância para a exploração capitalista na contemporaneidade. A partir daí passamos a entender como trabalho informal não só as atividades de sobrevivência, como também os trabalhadores autônomos, os empregados informais, os trabalhadores terceirizados, os cooperados, aqueles que trabalham por conta-própria, dentre outros. Contudo, é necessário salientar que o trabalho informal vai se concretizar com a existência de relações de trabalho em que de imediato ou nas mediações seja possível identificar o controle do capital sobre o trabalho e/ou a compra e venda da força de trabalho nas relações entre capital e o trabalho.

Com a pesquisa, inferiu-se que as condições para o surgimento do trabalho informal se dão *pari passu* com o desenvolvimento do capitalismo. Logo, não é algo produzido por um descompasso econômico resultante de políticas econômicas mal formuladas nos países periféricos ou da semi-periferia, ou por opções tecnológicas que levam à substituição de homens por máquinas. Na nossa compreensão, a produção de um contingente de trabalhadores informais, assim como a produção do exército industrial de reserva e da superpopulação relativa, são produtos da dinâmica capitalista, na qual se verificam leis econômicas que regem e normatizam as relações de produção que se estruturaram com base no processo conhecido como *acumulação primitiva*. Na nossa compreensão, as leis econômicas que surgem têm caráter social e não natural como queriam, e ainda querem alguns (neo)liberais que atribuem à *mão invisível* e/ou às livres forças de mercado o bom funcionamento da economia, o equilíbrio econômico.

O trabalho permitiu concluir que, para se compreender o trabalho informal no que refere ao seu surgimento, expansão e o papel desempenhado por este no capitalismo, é de fundamental importância desvendar as leis econômicas que regem o capitalismo e a relação entre o capital e o trabalho. Ao observar a dinâmica do capital, constatou-se que o dinheiro se transforma em capital ao fazer uso e explorar força de

trabalho, extraindo desta a mais-valia que se constitui em fonte de lucro e, por conseguinte, de capital. Apesar do trabalho estar no centro da criação do valor, verifica-se no capitalismo uma tendência à queda da taxa de lucro a qual é resultado do processo que leva à elevação da composição orgânica do capital — no processo de desenvolvimento do capitalismo os investimentos tendem a se tornar mais intensivos em capital.

Para se contrapor à tendência à queda da taxa de lucro, os capitalistas adotam métodos que venham a permitir a reversão do processo que leva às crises econômicas. Dessa forma, pode-se afirmar que para uma compreensão mais aprofundada do trabalho informal, fez-se necessário também, identificar em que fase se encontra o capitalismo na contemporaneidade e quais as características assumidas pelo regime de acumulação.

Com base nas análises do regime de acumulação foi possível entender o porquê da expansão, de forma significativa, do trabalho informal a partir da década de 1970. Verificou-se que a crise do sistema capitalista iniciada nos anos de 1970, expôs o esgotamento do modelo de acumulação baseado no fordismo-keynesianismo. Com o novo modelo em desenvolvimento — acumulação flexível — o capital passa a exigir reestruturações da produção que venham permitir a reversão da crise, a reprodução ampliada do capital e a recuperação da taxa de lucro média.

No mundo do trabalho as transformações oriundas da nova fase de acumulação (flexível) levaram a um processo de precarização das relações de trabalho, com a expansão da terceirização, das subcontratações, do maior uso do trabalho domiciliar, agora de modo ainda mais cruel, entre outras, ou seja, expande-se o que podemos chamar de trabalho informal. É neste cenário que vamos verificar que a definição de “setor informal” firmada pelo neoclássicos não responde à dimensão assumida pelas relações de trabalho informal observadas no capitalismo. Entendemos que o trabalho

informal comporta mais do que a inserção no mercado de trabalho em atividades que visam apenas assegurar a sobrevivência do trabalhador, devendo ser incluídas na categoria trabalho informal as relações de trabalho nas quais, em essência, possa se verificar ser o trabalho (informal) produtivo ou improdutivo ao capital, rompendo assim com a idéia de trabalho informal como sinônimo de atividades de subsistência.

Fazendo uso das evidências empíricas, como as apresentadas no trabalho de Tavares (2002), é possível afirmar que o trabalho nas cooperativas, o trabalho domiciliar, os trabalhadores terceirizados, os trabalhadores autônomos que desenvolvem pequenos negócios, podem se encontrar subordinados e/ou subsumidos ao capital.

Nesse trabalho consideramos como atividades funcionais e subordinadas ao capital, aquelas que estão voltadas apenas para a sobrevivência do trabalhador (trabalho nem produtivo e nem improdutivo) e aquelas que não participam diretamente do processo de valorização do valor (atividades classificadas como trabalho informal improdutivo). Consideramos funcionais, uma vez que essas atividades absorvem parte do contingente desempregado evitando com isso uma convulsão social, ao menos temporariamente.

Constatamos também a ocorrência do processo de subsunção formal do trabalho ao capital no âmbito do trabalho informal. Neste caso, a subsunção do trabalho ao capital se dá quando a força de trabalho é incluída e “como que transformada em capital”. O trabalho existe para a reprodução do capital e o constitui. Isso pode ser melhor elucidado ao analisar as experiências investigadas por Tavares (2002 e 2002a) no que se refere às pequenas empresas *façonistas* no município de Americana – SP, o trabalho domiciliar a “serviço” da indústria de couro em Franca – SP, podendo também incluir aí o trabalho domiciliar utilizado pela Nike na Ásia.

Nos casos analisados, apesar das relações de trabalho no imediato se apresentarem como compra e venda de mercadorias, uma relação entre iguais, o que de fato se processa é a extração de mais-valia. Observou-se que a impressão de que o resultado do trabalho domiciliar é uma mercadoria, é falsa. Isto porque a produção resultante da operação não encontrará demanda por parte dos consumidores de modo geral, mas serão demandadas, apenas, pelos contratantes que externalizaram parte do processo produtivo da mercadoria. Os capitalistas/contratantes juntam as partes da produção na fábrica com o intuito de dar forma ao produto final. Os produtos só assumirão a condição de mercadoria quando ocorrer a junção das suas partes, aparecendo, por fim, a mercadoria.

O que se verifica é que o capitalismo na sua fase atual faz ressurgir formas de extração de mais-valia ainda mais cruéis, onde se observa a exploração de um grande número de trabalhadores de forma invisível. Com isso, não queremos afirmar que todas as formas de cooperativas, terceirização, trabalho domiciliar, subcontratações, dentre outras, são atividades informais que existem para valorizar o capital. O que se quer mostrar é a tendência do capital fazer uso de formas pretéritas de trabalho e de novas para encobrir o processo mais cruel de extração da mais-valia que se intensificou a partir da chamada acumulação flexível.

A expansão do trabalho informal se dá em função de se permitir uma maior exploração, a qual vai contribuir para recompor a taxa média de lucro em um patamar aceitável pelos capitalistas. Dessa forma, o trabalho informal — longe de ser uma anomalia, um apêndice, algo que pode ser corrigido via formulações de “boas” políticas públicas —, é produto do desenvolvimento do capitalismo e não há como eliminá-lo via políticas públicas. Mas do que isso, verifica-se que as políticas formuladas a partir de 1980, tendem a facilitar o processo de informalização do trabalho. As formulações das

políticas econômicas têm seguido o movimento do capital. Quando este requeria que o Estado assumisse a responsabilidade sobre a demanda efetiva, para assegurar mercado consumidor para as mercadorias produzidas nos moldes do fordismo-keynesianismo (produção em série, larga escala de produção), assim ocorreu. Nesse período o trabalhador passa a contar com um salário mínimo, seguro desemprego, entre outros benefícios sociais, os quais certamente asseguram para os trabalhadores mesmo quando desempregado o acesso ao mercado na condição de consumidor.

Na fase conhecida como acumulação flexível que é caracterizada pela abertura comercial, pela liberação do mercado financeiro e, pela flexibilização da legislação trabalhista, as políticas públicas adotadas sinalizam para atender os interesses dos capitalistas em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Ao promover a flexibilização da legislação trabalhista, confirma-se que as transformações na base econômica levam às mudanças nas leis e não o inverso.

Aceitando, diante das conclusões provisórias, que várias manifestações do trabalho informal podem se processar de forma subsumida ao capital, a tendência é que os capitalistas venham a fazer uso cada vez mais do trabalho informal, uma vez que a adoção deste implica em redução de custos, pois não requer o pagamento de uma série de encargos sociais por parte do patrão, sendo possível também a ampliação da jornada de trabalho (maior extração de mais-valia absoluta) e a utilização do trabalho infantil que recebe remuneração inferior ao salário corrente.

Diante do exposto, impõe-se a conclusão de que o trabalho informal tende a continuar se expandindo, devendo, possivelmente, generalizar-se como forma predominante nas relações de trabalho no capitalismo. Sendo assim, é possível afirmar que as condições de trabalho caminham para uma maior precarização, com o aumento da jornada de trabalho, redução do salário real e extinção dos benefícios sociais ainda

existentes. Com isso, a tendência é ampliação do grau de alienação do homem, maior brutalização do gênero humano e, por conseguinte, “barbarização” das relações sociais. Ao reconhecer a existência de leis econômicas na dinâmica capitalista e ao compreender a sua lógica desumanizante, constata-se que só por meio de uma transformação radical da estrutura do sistema será possível frear o processo de “desenvolvimento da brutalização” das relações sociais e, substituí-lo por um processo humanizante.

Apesar das imprecisões aqui contidas e das limitações conjunturais, espera-se que o presente trabalho sirva para uma melhor compreensão das transformações ocorridas no mercado de trabalho, como também venha a contribuir no diagnóstico do papel desempenhado pelas diversas formas do trabalho informal que se apresentam subsumidas ao capital na fase conhecida como acumulação flexível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A Ordem do Progresso**. Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

AMADEO, E.J. e ESTEVÃO, M. **A Teoria Econômica do Desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed . Campinas, SP: Cortez, 2000.

AQUINO, R. S. L.; FRANCO, D. A.; LOPES, O. G. P. C. **História das sociedades:** das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do Pensamento Econômico**. Uma Abordagem Introdutória. São Paulo: Atlas, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

AUED, I. Dois dedos de prosa com Karl Marx sobre o capital. Florianópolis: Dept. Ciências Econômicas – UFSC, s/d.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. 2. Ed. Lisboa: Teorema, 1986.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BUARQUE, S. C. (COORD.). **Teoria do emprego e industrialização tardia**. Recife: Massangana, 1987. (Série população e emprego).

CACCIAMALI, Maria Cristina . **Globalização e processo de informalidade**. In: *Economia e Sociedade* nº 14. Campinas: junho/2000.

\_\_\_\_\_. **As Economias Informal e Submersas:** Conceitos e Distribuição de Renda. ANPEC, Vol. III, pp831-850, 1990.

\_\_\_\_\_. **Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Ministério do Trabalho, 1989.

\_\_\_\_\_. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo: IPE/USP, 1983.

CARNEIRO, Francisco Galvão. **Intervenção Estatal, Expectativas e Economia Informal**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 18, Brasília: ANPEC, Vol. 3, p.815-830,1990.



CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de trabalho conceitos, definições e funcionamento**. In: Manual de economia da USP, 1998.

CORREIA, Cláudia e BERNHOEFT, Patrícia e FARIAS, José. **Economia Informal e Viabilidade Econômica**. Recife: CEAS/CEDAC/MOC, 1998.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo: Vol. 27, p. 64-84, 1997.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.

FAGUNDES, M.E.M. **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um Estudo Exploratório**. Salvador: Dissertação de Mestrado, 1992.

FERNANDES, Luis. Os Mitos da Globalização e os Desafios do Desenvolvimento. **Revista Princípios**. n. 43, nov/jan. 1997.

GALVAN, C.G. **Capital-tecnologia & questionamentos**. João Pessoa, Shorin, 1989. 102 p.

GALVES, C. **Manual de economia política atual**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1985.

GONÇALVES, R. **Vagão descarrilhado: o brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e Subemprego no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1980.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

JATOBÁ, J. e SANSON, J.R. **Política de Emprego para O Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massanga, 1985.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os economistas).

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Salvador: Texto apresentado no Seminário Economia dos Setores Populares, UCSAL, nov. 1999.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: Obras escolhidas, vol. 1, Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LESSA, S. **Introdução à filosofia de Marx**. Maceió, 2002.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pequena Empresa e Cidadania**. Vitória: Revista Interface, UFES/Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, ano 1, pp. 27-33, 1996.

MALTHUS, T. **Princípios de economia política e Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARSHAL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os economistas).

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I, vols. 1 e 2. (Coleção Os economistas).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Livro III, Vols. 4, 5 e 6. Trad. de Reginaldo Sant'anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

\_\_\_\_\_. **Salário, preço e lucro**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI (Inédito) de O capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1975.

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (Coleção pensamento crítico).

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. 0 Manifesto Comunista (1848). In; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) et all. **O Manifesto Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATOS, Olga Lúcia. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA, 1999, Universidade Estadual de Feira de Santana. **Pequenos Empreendimentos Informais Urbanos de Feira de Santana**. Feira de Santana, 03/04/99.

MELLO, Alex Fiuza. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MIGLIOLI, JORGE. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: TAQ, 1981.
- NAPOLEONI, C. **Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx**. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- NASCIMENTO, Carla J. S. **Caracterização das Relações Formais e Informais no Mercado de Trabalho de Feira de Santana**. Salvador: CME/UFBA. Dissertação de Mestrado, 1996.
- PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- PINHO, Diva Benevides. (org) **Economia Informal, Tecnologia apropriada e Associativismo**. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.
- RAMONET, I. **Geopolítica do Caos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- REZENDE, C. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 1991.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril cultural, 1982. (coleção Os economistas).
- RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo, Makron Books, 1995.
- ROSSETI, J. P. **Introdução à economia**. 13<sup>a</sup> ed.. São Paulo: Atlas, 1988.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 4ed. São Paulo: Best Seller, 2000.
- SILVEIRA, Caio Márcio (org) **Trabalho e Renda**. Rio de Janeiro: FASE/GTZ/NAPP/SACTES, 1995.
- SILVEIRA, Caio Márcio e Mello, Ricardo. **Setor Informal Urbano**. Projeto de Geração de Emprego e Renda no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Liberalismo. São Paulo: **Revista Proposta**, n.72, 1997.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOARES, Alcides Ribeiro. Apresentação, In: MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. 4.ed. São Paulo: Global editora, 1987. (Coleção bases; economia).

SOARES, M.A.T.; COSTA, A. B. Globalização: expansão de mercados enquanto necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista. In: **2º Colóquio Marx & Engels**, Campinas, Nov. de 2001.

**SOUSA, N. de J. de.** Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1998

SOUZA, P. R. **Salário e emprego em economias atrasadas.** Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1999 (Coleção Teses).

\_\_\_\_\_. **Emprego, salário e pobreza.** São Paulo: HUCITEC-FUNCAMP, 1980. Coleção Economia e Planejamento. (Série “teses e pesquisas”).

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo.** Março de 2002. UFRJ. Escola de S. Social, CFCH.

\_\_\_\_\_. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da exploração capitalista. In: Outubro, n. 7, Instituto de Estudos Socialistas, 2º. Semestre de 2002.

TOKMAN, V. E.; SOUZA, P. R. O problema ocupacional: o setor informal urbano. In: **América Latina: ensaios de interpretação econômica.** José Serra (Coor), Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. 402 p. (Estudos Latino-americanos, v. 5).

TONET, I. **Sobre o socialismo.** Curitiba: HD, 2002.

VICECONTI, Paulo E. V. ; NEVES, Silvério das. **Introdução à economia.** São Paulo: Frase, 2002.

XAVIER, Jurandir Antônio. **Economia política das crises.** Apresentando no I Congresso de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento d História, FFLCH, USP, 2000.

Já análise do padrão de formação educacional dos trabalhadores do setor vimos, no conjunto, duas alterações mais significativas, em que a primeira se trata da pequena participação por parte dos analfabetos quando, em 1996, eles ainda ocupavam cerca de 7,68% dos postos de trabalho chegando em 2000 a apenas 1,92% e, na segunda alteração, foi grande a ampliação da participação dos que possuem o 2º grau completo, pelo fato, sem dúvida, de que em 1996 esse percentual era de 22,92% e, no ano 2000, essa participação alcançou o nível de 35,66% dos trabalhadores, enquanto nas outras categorias de instrução ocorreram alterações, mas não tão significativas quanto as duas primeiras.

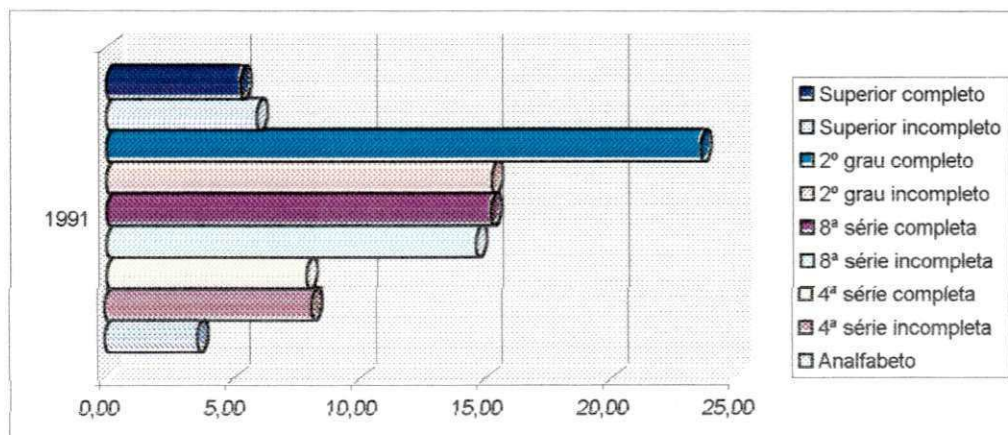
**Tabela 64**  
**Grau de Instrução no Setor de Comércio no Mercado de trabalho Formal em Campina Grande**

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	205	3,64	557	7,53	164	1,92
4ª série incompleta	457	8,10	622	8,40	490	5,73
4ª série completa	442	7,84	733	9,90	640	7,48
8ª série incompleta	817	14,49	1.083	14,63	1.033	12,07
8ª série completa	850	15,07	956	12,92	1.224	14,30
2º grau incompleto	852	15,11	912	12,32	1.150	13,44
2º grau completo	1.315	23,32	1.662	22,46	3.052	35,66
Superior incompleto	333	5,91	331	4,47	374	4,37
Superior completo	297	5,27	369	4,99	431	5,04
Ignorado	71	1,26	176	2,38	0	0,00
Total	5.639	100,00	7.401	100	8.558	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

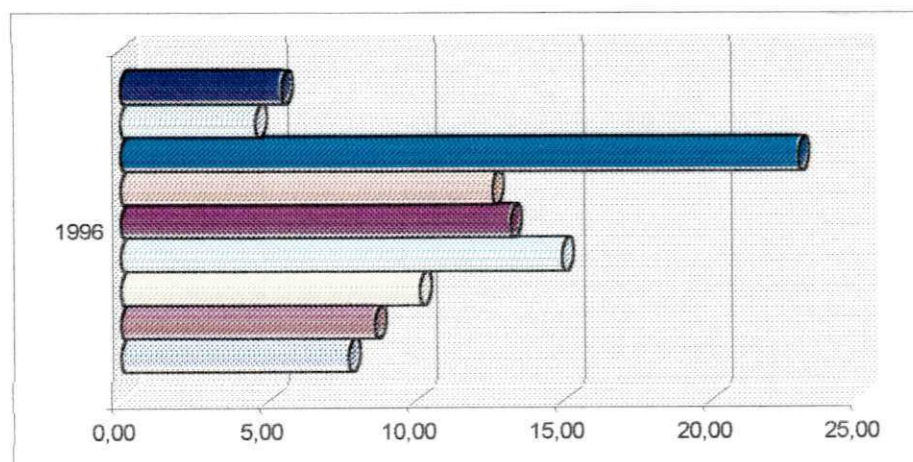
### Grau de Instrução no Setor de Comércio no Mercado de trabalho Formal em Campina Grande (%)

Gráfico 34



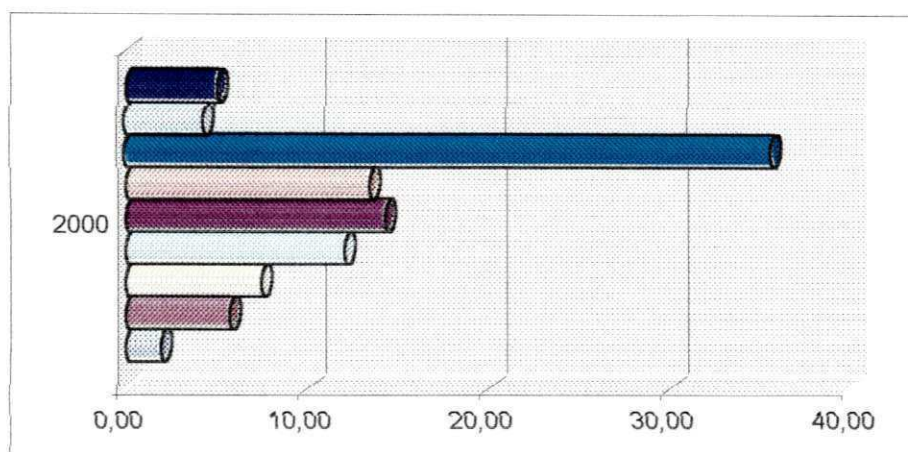
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 35



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 36



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Um fato curioso e que mostra uma das características mais marcantes do setor é a existência de duas etapas no que se refere ao padrão de instrução durante a década. Em 1991 eram 49,61% dos trabalhadores do setor com grau de instrução baseado em quatro categorias: 2º grau completo, 2º grau incompleto, superior completo e superior incompleto. Em 1996 esse percentual cai para 44,24% de participação e volta a se ampliar quando apresenta em 2000 o percentual de 58,51%.

Desta forma, torna-se claro que, mesmo ocorrendo uma melhora significativa no padrão de formação educacional dos trabalhadores do setor de Comércio em Campina Grande, verificamos, no entanto, piora nos rendimentos salariais, tornando claro a ampliação da exploração do trabalho, fato que também está em sintonia com a dinâmica do setor comercial, a nível nacional.

Do ponto de vista da ocupação formal por sexo, o setor apresentou, no decorrer da década de 90, pequena oscilação quando em 1991 possuía uma participação masculina de 64,39%, subindo para 65,12% em 1996 e diminuindo em 2000 para 64,39%, enquanto a participação feminina no período sofreu oscilação inversa.

**Tabela 65**  
**Participação por Sexo no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	3.589	63,64	4.820	65,12	5.511	64,39
Feminino	2.050	36,35	2.581	34,87	3.047	35,60
<b>Total</b>	<b>5.639</b>	<b>100,00</b>	<b>7.401</b>	<b>99,99</b>	<b>8.558</b>	<b>99,99</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Esta dinâmica por sexo que o setor apresentou em Campina Grande não é a mesma verificada a nível nacional, já que a tendência em todo o período foi a ampliação da participação feminina no trabalho. Um aspecto que seguiu a mesma lógica que em Campina Grande, foi a tendência de manutenção de um mesmo patamar de participação entre homens e mulheres. Os homens na faixa de 63,0% e as mulheres na faixa de 37,0%.

**Tabela 66**  
**Participação por Faixa Etária no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Faixas Etárias	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	120	3,54	167	2,25	89	1,03
18 a 39 anos de idade	4.570	81,04	5.936	80,20	6.976	81,52
40 anos acima	881	15,62	1.268	17,13	1.492	17,43
Ignorado	68	1,2	30	-	0	-
<b>Total</b>	<b>5.639</b>	<b>99,98</b>	<b>7.401</b>	<b>99,98</b>	<b>8.558</b>	<b>99,98</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em relação à dinâmica etária dos trabalhadores do setor em Campina Grande, é possível detectar-se duas alterações no decorrer da década, uma perfeita sintonia com a dinâmica do mercado de trabalho nos anos 90, que é a diminuição da participação dos mais jovens, e outra que se refere à ampliação da participação dos mais “idosos” no mercado de trabalho do setor, já que em 1991 eles representavam 15,62% e chegam ao ano 2000 com 17,43% de participação, conforme tabela seguinte. Este último fato pode perfeitamente ser creditado à experiência dos profissionais que, pelo tempo de profissão e sua experiência no



setor Comércio, terminam sendo aproveitados, mesmo diante de algumas estratégias empresariais de absorver profissionais de faixa etária intermediária.

#### **4.5 A Dinâmica do Setor da Construção Civil**

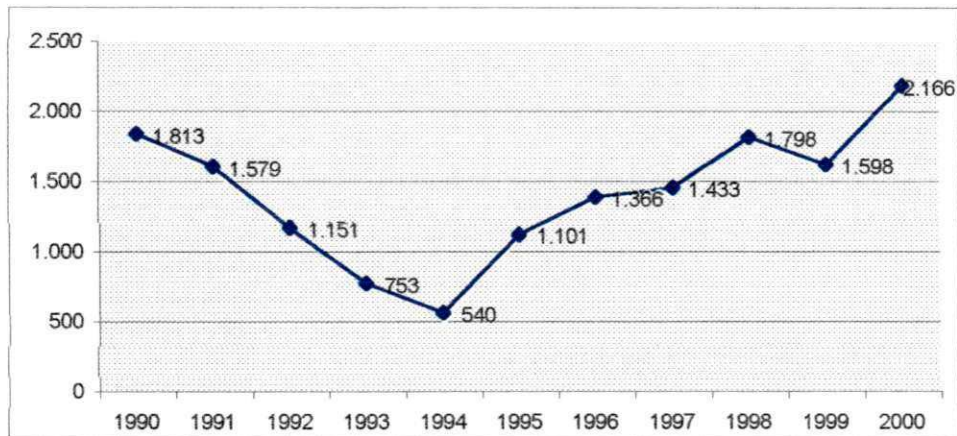
O setor da Construção Civil em Campina Grande, em virtude da nossa trajetória recente, caracterizou-se por se transformar num elemento de extrema importância na dinâmica do nosso mercado de trabalho, pelo fato de termos sido barreira de contenção migratória e tido, aqui, vultosos investimentos no setor, ao longo dos anos 70, advindos dos projetos CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada) e PCPM (Programa Cidades de Porte Médio) que incorporaram uma gama enorme de trabalhadores de baixa qualificação, dinamizando a economia e retendo a explosão da crise econômica no município, naquele período.

Nos anos 80, o município ainda era a “menina dos olhos” daqueles que, no entorno regional de Campina Grande, buscavam uma alternativa de sobrevivência, o que fez carrear para aqui contingentes populacionais significativos em busca de novas possibilidades ante o fenômeno das secas, razão por que Campina Grande detém um grande percentual de sua população com pequena formação educacional e que possui, como alternativa de vida, o trabalho no setor da Construção Civil, pelo fato deste incorporar trabalhadores com baixa escolaridade.

O setor passou, então, por duas fases bastante distintas mas que seguiram praticamente a mesma dinâmica do emprego no conjunto da economia do município: a primeira fase vai de 1990 a 1994, período em que ocorre queda sucessiva nos postos de trabalho, justificada pela crise econômica que vivia a economia brasileira naquele período, enquanto num segundo momento, de 1995 a 2000, ocorreu ampliação dos postos de

trabalho existentes, pela mudança no cenário econômico trazido pela consolidação do Plano Real em que uma segunda justificativa era a existência de um grande déficit habitacional no município.

**Gráfico 37**  
**Ocupação Formal no Setor da Construção Civil**  
**em Campina Grande (1990 – 2000)**  
**(valores absolutos)**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (Elaboração própria)

Esta oscilação fez baixar o nível de participação dos empregos na Construção Civil, de 4,49% em 1991 para 3,61% em 1996 e, posteriormente, elevou novamente o patamar de ocupação em 2000 para 5,06%, no total dos ocupados formais em Campina Grande, porém não nos esqueçamos de que o setor possui, como uma de suas características essenciais, baixo nível de formalização e alta rotatividade de mão-de-obra pela própria dinâmica do setor, que sobrevive a partir das encomendas realizadas.

**Tabela 67**  
**Participação do Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em**  
**Campina Grande**

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Construção Civil	1.579	100,00	1.366	100,00	2.166	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Portanto, o setor, seja em Campina Grande ou no Brasil, permaneceu ao longo do período, apesar de pequenas alterações, num patamar de participação próxima de 4,0% de sua mão-de-obra no conjunto dos setores que formam a economia, o que revela os seus próprios limites internos, face à dinâmica econômica, o que se coaduna com as argumentações expostas acima.

Sob o ponto de vista dos rendimentos, é possível visualizar-se que no decorrer da década, um aumento na participação daqueles que recebem até 2 salários mínimos, pelo fato de em 1991 ter 67,82% dos empregados formais do setor nesta faixa de remuneração, passando em 1996 para 76,28% e atingindo, em 2000, o percentual de 77,51%.

No que se refere àqueles que estão na segunda faixa de agregação, entre 2 e 5 salários mínimos, verificou-se diminuição na sua participação relativa dentro do setor. Os números mostram, em 1991, 27,61% nesta faixa, diminuindo em 1996 para 21,01% e, no ano 2000, para 19,94%; já os inseridos na faixa de renda acima de 5 salários mínimos apresentaram, na década, um patamar de participação em torno de 2,4%.

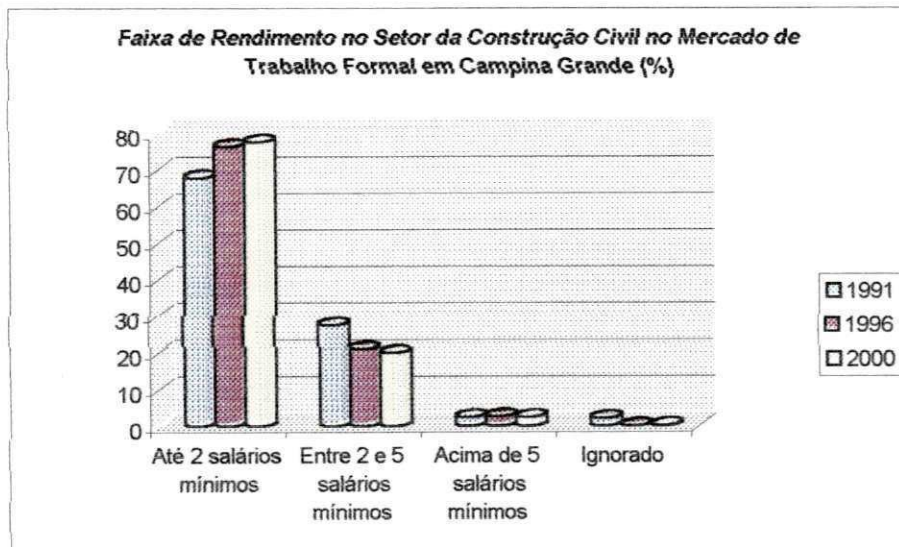
Portanto, os rendimentos do trabalho no setor da Construção Civil ao longo dos anos 90, mostraram-se decrescentes a medida em que cada vez mais se ampliavam aqueles que se inseriam nas menores faixas de rendimento, fato este que mostra que o setor segue a mesma trajetória da dinâmica dos rendimentos, a nível tanto do ponto de vista do conjunto da economia brasileira como do ponto de vista do próprio setor.

**Tabela 68**  
**Níveis de Rendimento no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	1.071	67,82	1.042	76,28	1.679	77,51
Entre 2 e 5 salários mínimos	436	27,61	287	21,01	432	19,94
Acima de 5 salários mínimos	38	2,40	35	2,56	52	2,40
Ignorado	34	2,15	2	-	3	0,13
<b>Total</b>	<b>1.579</b>	<b>99,98</b>	<b>1.366</b>	<b>99,85</b>	<b>2.166</b>	<b>99,85</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

**Gráfico 38**



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista do grau de instrução, o setor possui uma marca característica, ou seja, o receptáculo das pessoas com menor formação educacional devido às próprias características da atividade.

Assim, a marca maior do setor neste aspecto é a incorporação de um percentual significativo de trabalhadores que possuem a 4ª série incompleta. Em 1991 esse percentual de participação era de 50,48%, ocorrendo queda em 1996, para 43,34% chegando, em 2000, a 44,28%.

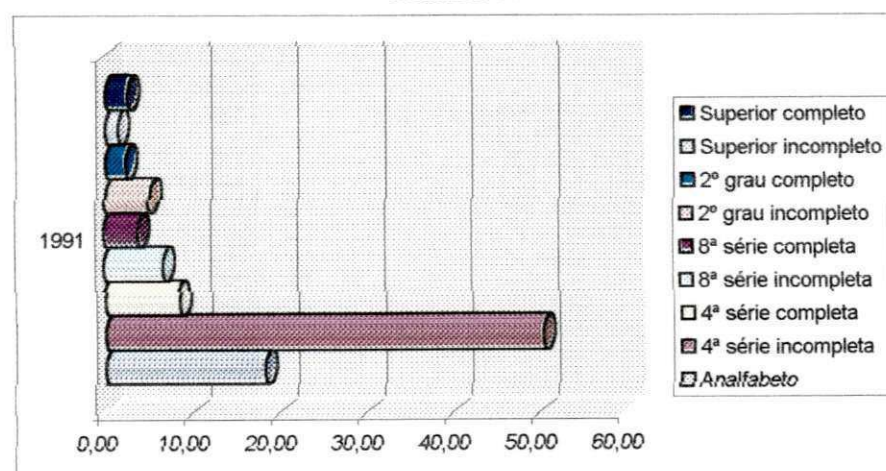
**Tabela 69**  
**Grau de Instrução no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho**  
**Formal em Campina Grande**

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	266	18,11	246	18,01	173	7,99
4ª Série incompleta	784	49,65	569	41,65	959	44,28
4ª Série completa	133	8,42	160	11,71	375	17,31
8ª série incompleta	107	6,78	117	8,57	206	9,51
8ª série completa	62	3,93	85	6,22	182	8,40
2º grau incompleto	80	5,07	42	3,07	62	2,86
2º grau completo	37	2,34	59	4,32	131	6,05
Superior incompleto	23	1,46	16	1,17	27	1,25
Superior completo	41	2,60	19	1,39	51	2,35
Ignorado	26	1,65	53	3,88	0	0,00
<b>Total</b>	<b>1.579</b>	<b>100,00</b>	<b>1.366</b>	<b>100</b>	<b>2.166</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

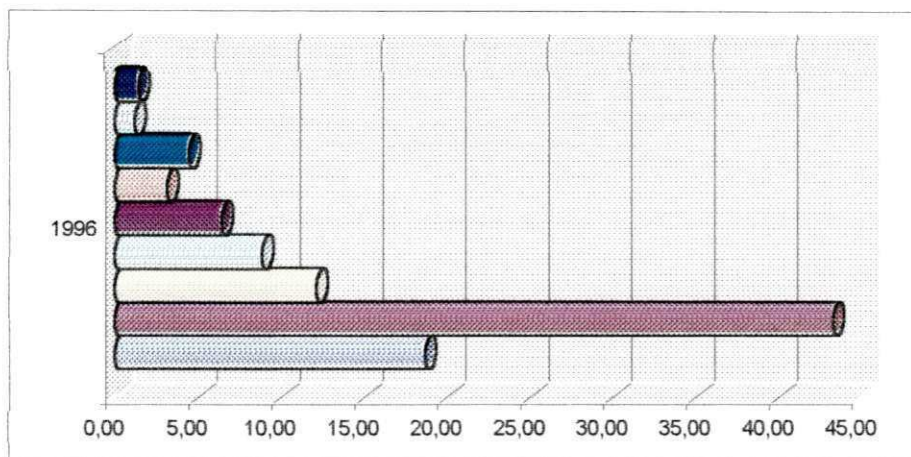
**Grau de Instrução no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal**  
**em Campina Grande (%)**

**Gráfico 39**



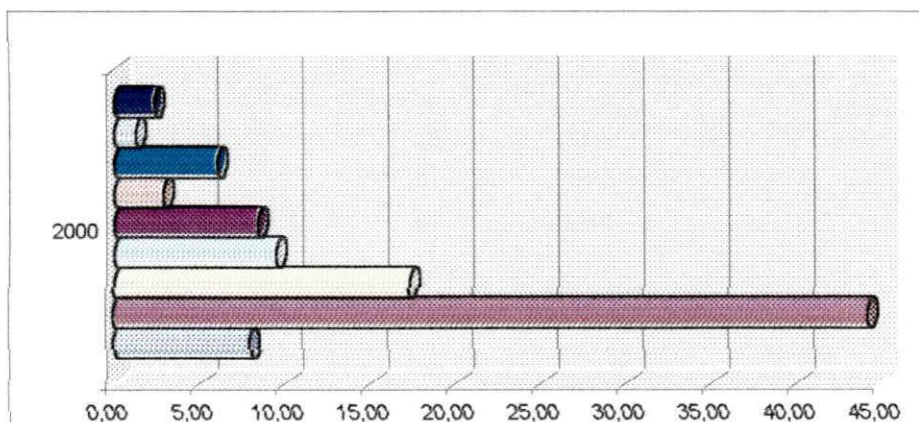
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 40



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 41



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em relação às outras categorias de instrução em 1996, em confronto com 1991, surgem números bastante animadores que nos permitem confirmar que o setor está sofrendo grande impacto no nível de melhora educacional dos seus trabalhadores, de vez que diminuimos, em mais da metade, a presença de analfabetos aqui inseridos, porém, quando relacionamos a dinâmica do padrão de formação educacional do setor a nível nacional, vemos claramente visível, ainda, um nível muito baixo de qualificação, em termos gerais, podemos considerar atraso de uma década.

**Tabela 70**  
**Participação por Sexo no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	1.511	95,69	1.316	96,33	2.080	96,02
Feminino	68	4,30	50	3,66	86	3,97
<b>Total</b>	<b>1.579</b>	<b>99,99</b>	<b>1.366</b>	<b>99,99</b>	<b>2.166</b>	<b>99,99</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em relação à participação por sexo no setor, os dados indicam que Campina Grande possui, no decorrer da década, um patamar de participação masculina próximo de 95,0%, em virtude das características das funções exercidas pela categoria do setor. Os 5,0% restantes de participação feminina são devidos a ocupação de funções administrativas e de escritório. Salientamos que, a nível nacional, o setor possui um patamar de participação feminina maior que em Campina Grande, oscilando próximo a 7,0% de participação.

Do ponto de vista etário, o setor no município detém uma pequena participação de menos de 0,5% daqueles que possuem de 10 a 17 anos de idade; já a performance a nível nacional foi diferenciada no decorrer da década porque enquanto tivemos uma estabilização num patamar de participação, o Brasil mostrava tendência declinante na participação dos mais jovens, enquanto em 1991 o setor detinha 1,46% dos empregados uma faixa etária, diminuiu em 1996 para 0,93% e chegou, em 2000, com apenas 0,37% de participação.

Quando se trata da segunda faixa de agregação etária, que vai de 18 a 39 anos de idade, o setor mostra um patamar de participação de 65,0% dos trabalhadores, praticamente o mesmo nível de participação no setor a nível nacional (Tabela 28).

**Tabela 71**  
**Participação por Faixa Etária no Setor da Construção Civil no**  
**Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Faixas Etárias	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	6	0,37	6	0,43	8	0,36
18 a 39 anos de idade	1.038	65,73	892	65,30	1.443	66,62
40 anos acima	488	30,90	465	34,04	715	33,01
Ignorado	47	2,97	3	0,21	-	-
<b>Total</b>	<b>1.579</b>	<b>99,97</b>	<b>1.366</b>	<b>99,98</b>	<b>2.166</b>	<b>99,99</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Dentre os que possuem 40 anos de idade acima, o setor mostrou uma trajetória de 1991 a 1996 de crescimento, quando cresceu a participação de 30,9% para 34,04% e, posteriormente, ocorreu um pequeno declínio no ano 2000, para 33,0% de participação. Assim, como tem sido a lógica tanto no plano local quanto nacional, o setor apresentou uma ampliação da participação dos mais idosos, fato comprovado com a presença de 29,96% em 1991 para 33,56% em 2000, a nível nacional.

#### 4.6. A Dinâmica do Setor da Agropecuária

Pensar a dinâmica do emprego no setor Agropecuário em Campina Grande torna-se necessário, sobretudo, enxergar em que dimensão se dá sua participação no conjunto da economia do município e, sendo assim, a partir dos dados veremos que a sua participação não se mostra significativa em virtude das características próprias do município.

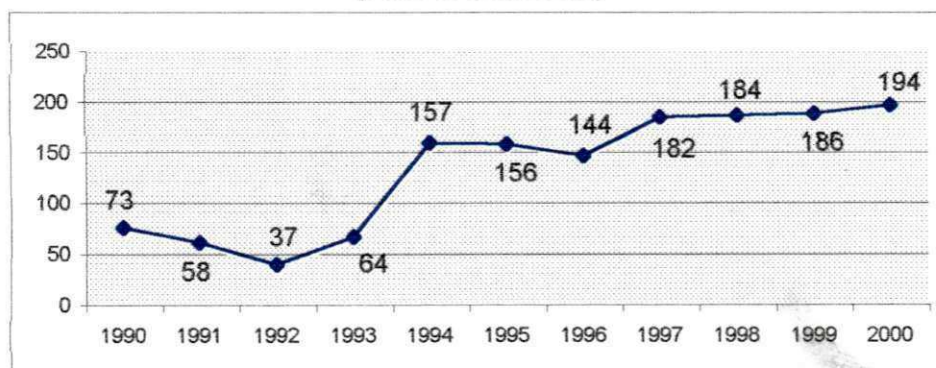
Do ponto de vista comparativo com a realidade nacional, o setor apresenta as mesmas características no que se refere à declaração dos dados, fato que terminou por provocar um crescimento geométrico nos números de trabalhadores do setor, razão pela



qual o setor agropecuário obteve uma média de crescimento anual de 19,15% nos empregos formais; mesmo assim, não deixa de permanecer sem importância dentro da economia do município. Neste período, o setor passou de um total de 58 empregos formais em 1991 para 158 no ano 2000.

Campina Grande possuía, em 1991, cerca de 0,64% dos empregos formais na Agropecuária, passando em 1996 para 3,46% e chegando em 2000 a 3,46%. Este nível de participação só vem demonstrar a ínfima participação no emprego no conjunto dos setores municipais.

**Gráfico 42**  
**Ocupação Formal no Setor Agropecuário em Campina Grande (1990-2000)**  
**(valores absolutos)**



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Campina Grande possuía, em 1991, aproximadamente 0,64% dos empregos formais na Agropecuária, passando em 1996 para 3,46% e, em 2000, a 3,46%, cujo nível de participação só vem demonstrar a ínfima participação no emprego no conjunto dos setores do município.

**Tabela 72**  
**Ocupação Formal no Setor Agropecuário em Campina Grande**

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Agropecuária	58	100	144	100	158	100

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

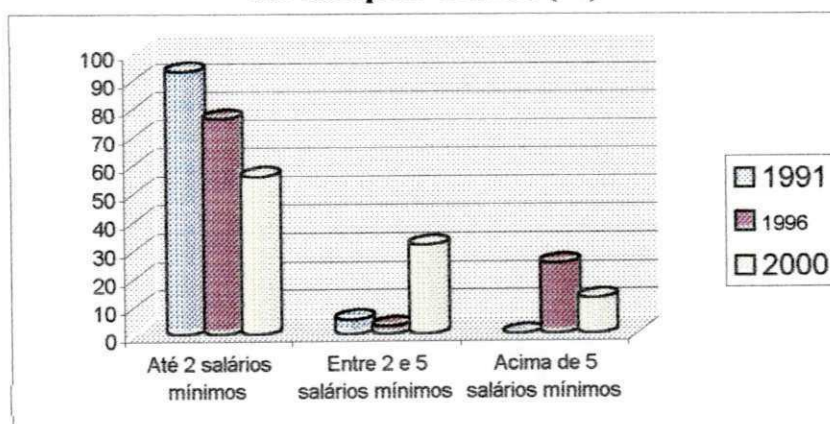
Do ponto de vista do rendimento médio tivemos, no decorrer da década de 90, uma situação bem diferente da constatada no conjunto dos setores do município, pelo fato de ter havido diminuição paulatina daqueles inseridos na faixa de renda de até 2 salários mínimos; em 1991 eram 93,1%, diminuindo para 72,22% e chegando, ao ano 2000, a 55,69%. Já o percurso da segunda faixa de agregação mostra que só conseguirá uma expressão mais significativa após 1996; prova disto é que em 1991 possuía cerca de 5,17%, ocorrendo diminuição em 1996 para 2,77% e, no ano 2000, apresentou um patamar de participação de 31,64%.

**Tabela 73**  
**Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	54	93,10	104	72,22	88	55,69
Entre 2 e 5 salários mínimos	3	5,17	4	2,77	50	31,64
Acima de 5 salários mínimos	0	0	36	25,0	20	12,65
Ignorado	1	1,72	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>99,99</b>	<b>144</b>	<b>99,99</b>	<b>158</b>	<b>99,98</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

**Gráfico 43**  
**Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande (%)**



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

No que se refere à última faixa de agregação em que estão os que recebem acima de 5 salários mínimos, tivemos, num primeiro momento, um crescimento

significativo e, em seguida, uma diminuição dos inseridos nesta faixa. Em 1991 não havia ninguém nesta faixa de renda, atingindo o patamar de 25,0% em 1996 e sinalizando uma queda no ano 2000, com 12,65%.

No geral, quando procuramos entender a dinâmica dos rendimentos, percebermos que após 1996 o setor passou por algumas alterações quanto à sua composição, pelo fato de terem surgido trabalhadores com renda salarial de maior valor significativo, fato que se confirma pelos dados do ano 2000.

Sob o ponto de vista do grau de instrução no setor, é possível observar-se, que ao longo do período, mudanças significativas que evidenciam certa mudança no perfil da mão-de-obra existente.

Quando analisamos a participação dos inseridos no setor com os seguintes graus de instrução: analfabeto, 4ª série incompleta, 4ª série completa, 8ª série incompleta e 8ª série completa, vemos que em 1991 possuía 91,38% da mão-de-obra do setor; em 1996 esse percentual cai para 87,5%, porém no ano 2000 os dados mostram uma queda substancial no percentual, para 71,52%.

Os números apresentados, mesmo não indicando melhoria que pudesse pelo menos igualar a média dos outros setores, deixam-nos visualizar que diminuiu substancialmente a participação das pessoas nas menores faixas de instrução, o que é um fator bastante significativo.

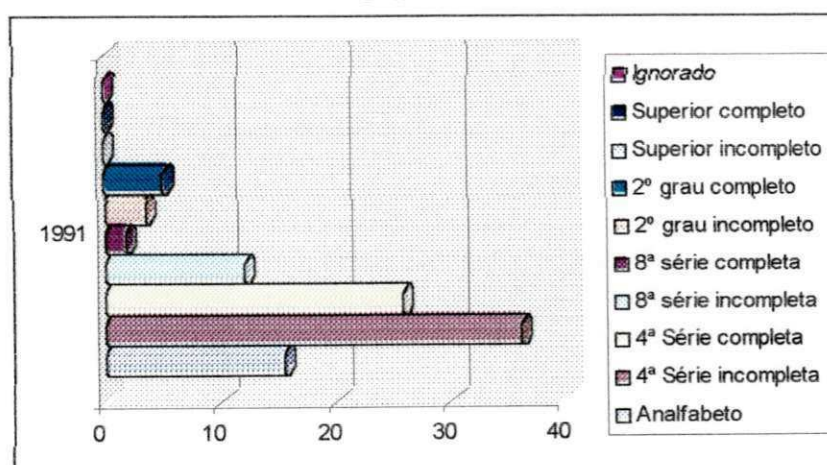
**Tabela 74**  
**Grau de Instrução no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	9	15,52	22	15,28	15	9,49
4ª série incompleta	21	36,21	31	21,53	32	20,25
4ª série completa	15	25,86	14	9,72	19	12,03
8ª série incompleta	7	12,07	52	36,11	23	14,56
8ª série completa	1	1,72	7	4,86	24	15,19
2º grau incompleto	2	3,45	2	1,39	8	5,06
2º grau completo	3	5,17	5	3,47	17	10,76
Superior incompleto	0	0,00	2	1,39	4	2,53
Superior completo	0	0,00	4	2,78	16	10,13
Ignorado	0	0,00	5	3,47	0	0,00
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,00</b>	<b>144</b>	<b>100</b>	<b>158</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

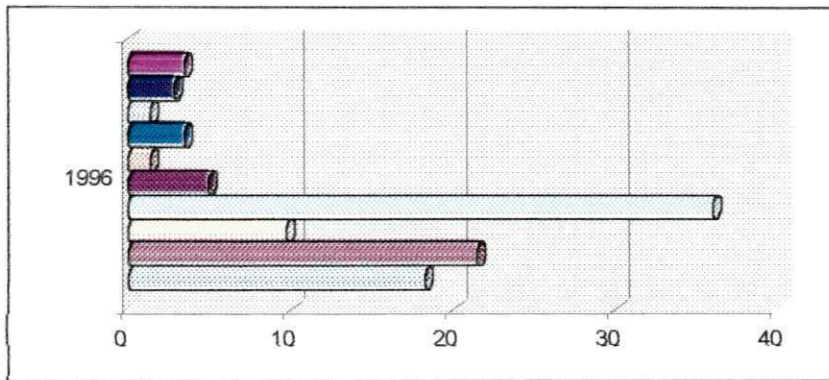
**Grau de Instrução no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande (%)**

**Gráfico 44**



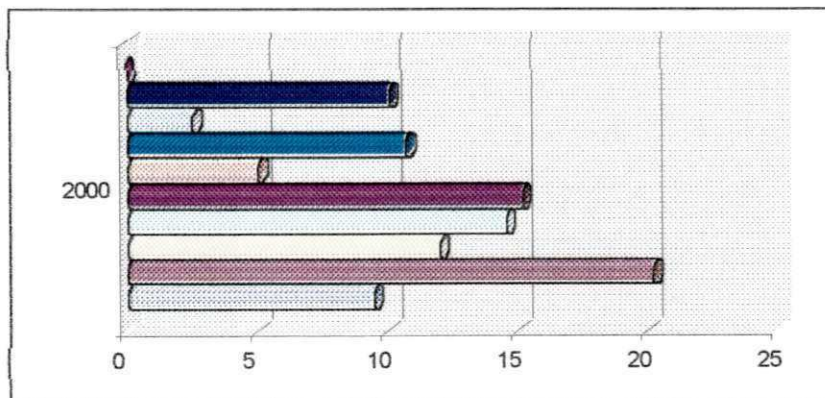
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 45



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 46



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista da composição do setor por sexo, percebemos claramente que ocorreu, ao longo da década, num primeiro momento, que vai de 1991 a 1996, crescimento da participação masculina, passando de 79,31% para 87,5% ocorrendo, posteriormente, sua estagnação no ano 2000 no patamar de 87,34%. A participação oscila de acordo com os dados abaixo.

**Tabela 75**  
**Participação por Sexo no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	46	79,31	126	87,5	138	87,34
Feminino	12	20,68	18	12,5	20	12,65
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>99,99</b>	<b>144</b>	<b>100,0</b>	<b>158</b>	<b>99,99</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em relação à faixa etária, e seguindo as definições preestabelecidas, o setor sentiu paulatinamente, a diminuição da participação dos mais jovens, pelo fato de, em 1991, ocuparem 3,44% dos empregos formais chegando, em 1996, a 1,38% e, no ano 2000, apenas 0,63% que, em termos absolutos, representa apenas 1 emprego dentro do setor.

**Tabela 76**  
**Participação Faixa Etária no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande**

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	2	3,44	2	1,38	1	0,63
18 a 39 anos de idade	36	62,06	83	57,63	66	41,77
40 anos acima	19	32,75	57	39,58	91	57,59
Ignorado	1	1,72	2	0,01	0	0
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>99,97</b>	<b>144</b>	<b>98,6</b>	<b>158</b>	<b>99,99</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

No que se refere à segunda faixa de agregação, de 18 a 39 constatamos, ao longo do período, diminuição em sua participação, pois tínhamos, em 1991, o percentual de 62,06%, passamos em 1996 para 57,63% e diminuimos mais ainda em 2000, para 41,77%. Esta trajetória se mostra totalmente contrária ao que ocorre com essa faixa etária, seja sob o ponto de vista da economia brasileira ou sob a ótica do setor agropecuário, a nível nacional.

Os dados da participação nos empregos formais dos que têm 40 anos acima, mostram que essa categoria teve, ao longo da década de 90, uma trajetória crescente dentro do setor, pelo fato de, em 1991, ter um percentual de 32,75%, alcançar em 1996 o patamar

de 39,58% e chegar ao ano 2000 com 57,59%, indicando envelhecimento da mão-de-obra do setor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise em que o sistema capitalista adentra a partir dos anos 60, com quedas substanciais na lucratividade e produtividade do capital, impulsionada mais ainda pela crise do petróleo em 1973, trouxe sérias conseqüências ao funcionamento do sistema capitalista, trazendo à tona um ajuste natural na economia capitalista, a partir de suas próprias leis, culminando num intenso processo de reestruturação produtiva que impôs aos Estados nacionais, sobretudo os latino-americanos, um leque de políticas de visavam um novo reordenamento em suas funções.

Assim, a economia brasileira viveu uma nova configuração a partir de alguns elementos que foram fundamentais, como por exemplo: o esgotamento da matriz industrial; a crise da dívida externa; o redirecionamento do capital internacional; e a falência financeira do Estado brasileiro.

O início dos anos 80 foi um momento em que a política econômica brasileira esteve voltada completamente para o ajuste da crise do endividamento externo, levando a priorizar os superávits na balança comercial, a partir de um primeiro choque de competitividade, como forma de honrar compromissos para o pagamento da dívida externa.

Com o agravamento do quadro econômico, pela incapacidade da economia gerar postos de trabalho suficientes para a acomodação dos que a cada dia estavam aptos ao trabalho, foi-se criando um fosso mais profundo entre a viabilidade econômica do país e a possibilidade de conseguir alguma forma de ser “explorado” pelo capital, impondo um processo de desestruturação no mercado de trabalho.

A reestruturação produtiva, imposta pela crise econômica, cria todos os elementos para a expansão da 3ª Revolução Tecnológica, agudizando ainda mais a



realidade do mercado de trabalho brasileiro, sob o ponto de vista social, ao longo dos anos 90.

E o papel do Estado brasileiro foi assumir uma nova forma mediante a natureza e a própria intensidade das transformações econômicas, consagrando e reproduzindo o processo de acumulação de capital de maneira muito mais intensa, criando um leque de políticas que visavam à ampliação da flexibilidade cada vez mais intensa no mercado de trabalho.

Esse foi o panorama em que Campina Grande esteve inserida nesse período. Porém, é preciso visualizar que o município possui uma dinâmica peculiar no que se refere à trajetória de seu mercado de trabalho. Essa peculiaridade refere-se à sua trajetória recente pelo fato de se ter tido um intenso processo de industrialização e de Campina Grande ter atuado como cidade de contenção migratória intra-regional.

A partir desses elementos expostos, foi possível ver que ambos os projetos (de industrialização e de urbanização) exauriram-se pela incapacidade do Estado, tanto na esfera nacional quanto regional, e, até mesmo municipal, de permanecer bancando os pesados incentivos fiscais aos capitais que migravam para investimentos, e carrear recursos para obras de saneamento, saúde, pavimentação, habitação entre outras.

Assim, o que fundamentava o interesse das populações circunvizinhas quando definia seu rumo em direção à Campina Grande havia entrado em estado terminal, porém o município permaneceu ainda nos anos 80 recebendo um contingente significativo de migrantes que impôs um intenso processo de desestruturação no seu mercado de trabalho.

Mesmo nos anos 90, o município, tendo tido um patamar de crescimento populacional quase que vegetativo, permaneceu com seu mercado de trabalho desestruturado, em virtude ainda dos reflexos da migração sofrida que fizeram as taxas de

crescimento da População em Idade Ativa serem maiores do que a quantidade de postos de trabalho criados.

Durante os anos 90, o emprego formal no município esteve muito mais ligado à dinâmica do Estado da Paraíba do que a do Nordeste e a do próprio Brasil, no que se refere à sua temporalidade, pelo fato da crise maior no município e no Estado ter ocorrido em 1994, enquanto que na região e no país ocorreu em 1992. Porém, em termos percentuais o município teve uma maior proximidade com a dinâmica do Nordeste do que com a da Paraíba e do Brasil.

Em termos da dinâmica dos setores, a partir da comparação com a realidade nacional, foi possível detectar que o município detém características próprias em sua estrutura econômica que não permitem seguir *pari passo* as mesmas alterações da realidade nacional. Prova maior disso obtém-se quando se compara a dimensão dos empregados formais no setor industrial no município e no Brasil. Enquanto no país extinguem-se postos de trabalho industrial, em Campina Grande eles mantiveram, no ano 2000, o mesmo patamar de 1991.

Ademais, foi possível diagnosticar também uma extrema disparidade entre os níveis de rendimento médio do município e a realidade existente em nível nacional, mesmo tendo ocorrido em ambas esferas melhoras significativas nos graus de instrução das pessoas, confirmando que realmente Campina Grande é um espaço de baixo rendimento monetário.

Sob o aspecto da composição do mercado de trabalho formal por sexo, foi observado que Campina Grande, num primeiro momento, tem uma estabilização da participação feminina, mas posteriormente entra em uma rota de pequeno declínio,

diferentemente do Brasil que ao longo do período manteve sempre uma tendência de intenso crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal.

Quando se trata da dinâmica por faixa etária, viu-se que o traço comum entre a realidade nacional e a do município refere-se à diminuição da participação no mercado de trabalho dos mais jovens (10 a 17 anos), por um lado, e, por outro, uma ampliação dos mais “idosos” (acima de 40 anos). A análise da faixa intermediária (18 a 39 anos) mostrou que, enquanto o Brasil manteve um patamar de participação dessa categoria, o município apresentou uma tendência de diminuição, chegando ao final da década ao mesmo patamar da realidade brasileira.

Diante de todos os elementos expostos, em suas características gerais ligados ao mercado de trabalho, os dados mostram que o município de Campina Grande segue a mesma dinâmica de precarização do trabalho que foi a marca do Brasil nos anos 90.

## BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

ALBAN, Marcus. *Crescimento sem emprego*. Salvador-BA: Casa da Qualidade Editora, 1999.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_ *Adeus ao trabalho?* Campinas- SP: Editora Cortez/Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_ *A rebeldia do trabalho*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_ (org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_ *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Alexandre de F. & MORRETO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo-SP: Abet, 1998.

BENJAMIN, César. (org.) *A opção brasileira*. São Paulo: Contraponto, 1998.

BOITO, Armando. *A questão do refluxo do movimento Operário*. in-Debate Sindical, São Paulo, ano 10, Nº23, Out/Dez, 1996.

BRAGA, Rui. *Reestruturação do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Editora Xamã, 1997.

BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas-SP: Editora Papirus, 1988.

CARVALHO, Maria L. G., AGUIAR, Gelfa de Maria C. e DANTAS, Leilian C. *Políticas públicas e o setor industrial de Campina Grande*. In – Revista Raízes, Nº 12, 1996.

CARVALHO, Marcelo S. *Condições do mercado de trabalho no setor terciário brasileiro, desenvolvimento tecnológico e dinâmicas de desenvolvimento regional*. (mimeo), São Paulo: DIEESE/UNICAMP, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CATTANI, Antonio D. *Trabalho & autonomia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

CHESNAIS, Francois. *Uma análise da seleção das Inovações no quadro do sistema capitalista: elementos para um estudo completo*. In-Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. Brasília-DF: CNPQ e UNESCO, 1983.

\_\_\_\_\_ *A mundialização do capital*. Editora Xamã, São Paulo, 1996.